

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

JOSIANE BORTOLUZZI

**GÊNERO E TRABALHO: mulheres propondo um Grupo de Produção como
alternativa de inclusão no mundo do trabalho**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 18/02/03


Prof.^a Krystyna Marys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis
2002

JOSIANE BORTOLUZZI

**GÊNERO E TRABALHO: mulheres propondo um Grupo de Produção como
alternativa de inclusão no mundo do trabalho**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
da Universidade Federal de Santa
Catarina, para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.**

Orientadora: Profª Dra. Teresa Kleba Lisboa

Florianópolis
2002

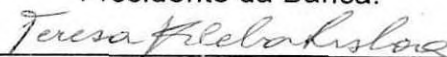
2631130
02631130

JOSIANE BORTOLUZZI

**GÊNERO E TRABALHO: mulheres propondo um Grupo de Produção como
alternativa de inclusão no mundo do trabalho**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovado, em sua forma final, pela Banca Examinadora:

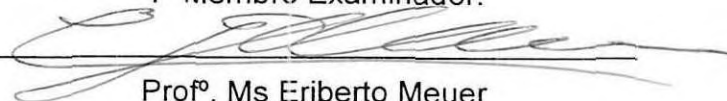
Presidente da Banca:



Prof^ª. Dra. Teresa Kleba Lisboa

DSS / UFSC

1^a Membro Examinador:



Prof^º. Ms Eriberto Meuer

DSP/UFSC

2^a Membro Examinador:

Assistente Social Ms. Simone Matos Machado

DSS /UFSC

NOTA FINAL:

Dedico este trabalho as mulheres que vem lutando cotidianamente por uma vida com qualidade e equidade, representadas pelas protagonistas do Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que esta presente em minha mente, nos meus atos e em meu coração..

*Aos familiares que acompanharam meus esforços e hoje comemoram comigo essa conquista, em especial tia
Néqui.*

*As minhas amigas que vibraram comigo a entrada na Universidade, que apesar da distância fazem parte do meu
dia-a-dia, Andrezza, Ângela, Gizele, Juliana, Simone e Tatiane e as minhas irmãs Gisa e Juli, que eu adoro.*

*As inesquecíveis amigas(os) e companheiras(os) que compartilharam comigo esse quatro anos: Aline, Elisandra,
Fabiana Marisa, Fabiana, Fabrício, Jocilene, Lurdiane, Sheila, Virginia e Luiz Carlos.*

*Aos professores, que no decorrer do curso, foram nossos alicerces durante o repasse do conhecimento, em especial
a Professora Teresa Kleba Lisboa, que acompanhou minha trajetória acadêmica nesses dois últimos anos, como
coordenadora do projeto de extensão, supervisora de estágio obrigatório e por fim, orientadora desse trabalho.*

*Aos membros do NESSOP que na prática do Serviço Social mostraram-me o significado do trabalho sócio-
comunitário. A professora Iliane Köller e Simone Matos Machado pelo carinho, compreensão e respeito.*

A Assistente Social Mara e o Grupo de Mútua-Ajuda do Hospital da Polícia Militar pelo carinho e incentivo.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço e dedico esta conquista a duas pessoas que acreditaram em meu potencial e me acolheram nos momentos mais difíceis desse percurso. Uma mulher que, com o amor de mãe e amiga, me ensinou a respeitar e valorizar todas as pessoas para que façamos de cada momento a construção de um mundo melhor. Também, ao meu pai, que ao longo dessa caminhada ensinou-me o sentido da conquista, que com seu jeito encantador dedica sua vida a nossa família.

LISTA DE SIGLAS

ASA – Ação Social Arquidiocesana

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento Social

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPROM – Centro de Apoio e Promoção ao Migrante

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CETE – Conselho Estadual de Trabalho e Emprego

CMTE – Conselho Municipal de Trabalho e Emprego

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPP – Centro de Profissionalização Popular

DAEX – Departamento de Apoio a Extensão

DDS – Departamento de Desenvolvimento Social

DGR – Divisão de Geração de Renda

DSS – Departamento de Serviço Social

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

GGRT – Gerência de Geração de Renda e Trabalho

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

Mtb – Ministério do Trabalho

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organizações Populares

PEA – População Economicamente Ativa

PASEP – Formação do Patrimônio do Servidor

PIS – Programas de Integração Social

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PMAS – Prefeitura Municipal Assistência Social

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem

SHTDS – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social

SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

	LISTA DE SIGLAS	06
1	INTRODUÇÃO	09
2	GÊNERO E TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS	
2.1.1	A Política Pública de Geração de Trabalho e Renda	13
2.1.2	No Brasil	13
2.1.3	No Município de Florianópolis	19
2.2	Economia Solidária no Mundo do Trabalho: estratégia coletiva	28
2.3	Trabalho, Gênero e a Política Pública de Geração de Trabalho e Emprego – Aspectos Gerais	32
3	AS MULHERES COMO SUJEITOS PROTAGONISTAS DO GRUPO DE PRODUÇÃO	
3.1	Trabalhando na e com a Comunidade: Contextualizando	40
3.2	Trajetórias Sócio-ocupacionais das Mulheres de Comunidades de Periferia	44
3.3	O Grupo de Produção como alternativa ao desemprego	61
3.4	Serviço Social no Processo de Formação do Grupo de Produção: uma Abordagem Grupal	62
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	89
	ANEXOS	92

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é o resultado da experiência de estágio desenvolvida no período de março de 2001 a dezembro de 2002, no Sub-núcleo de Serviço Social e Relações de Gênero do Departamento de Serviço Social, mais especificamente, no Projeto "Da Solidariedade Comunitária ao Empreendimento Cooperativo", que foi apontado pelo Departamento de Apoio a Extensão (DAEX).

O Brasil vive um momento histórico de transição democrática. O povo elege um representante político com 63% dos votos totais nas eleições de 2002. Luiz Inácio Lula da Silva, um líder político que emerge da classe trabalhadora e do movimento sindical, que propõe buscar soluções para a questão social através de um pacto social consolidado pela participação dos atores sociais. Esse é um momento de esperança para o povo brasileiro que acredita numa trajetória diferenciada da vivenciada, principalmente, no que se refere às formas de enfrentamento ao desemprego, vislumbrando os princípios cooperativistas e de economia solidária.

Da mesma forma, percebemos o gênero feminino sendo representado em cargos que outrora eram masculinos. Para algumas autoras, só haverá igualdade de gênero quando a política deixar de ser pensada, exclusivamente, a partir do masculino. Assim, a partir da inserção da questão de gênero na política em seu sentido amplo, que a categoria gênero poderá expressar o significado da equidade.

Nesse contexto, busco no presente trabalho de conclusão interpretar a realidade social das mulheres de periferia no viés das relações de gênero e na sua relação com a política pública de trabalho e emprego.

Este projeto, inicialmente elaborado pela professora Teresa Kleba Lisboa coordenadora do sub-núcleo acima citado teve como objetivo gerar trabalho e renda para as mulheres desempregadas, moradoras do bairro Monte Cristo, através da criação de um empreendimento solidário.

Neste trabalho procuro relatar tanto a experiência vivenciada como estagiária quanto às ações de intervenção de Serviço Social junto ao grupo de mulheres que se organizaram para de forma coletiva fazer frente ao desemprego.

As atividades de estágio iniciaram-se com a pesquisa “Gênero e Qualificação – trajetórias sócio-ocupacionais de mulheres”, com o objetivo de conhecer e interpretar a trajetória sócio-ocupacional da mulher de periferia. A pesquisa permitiu aproximarmos-nos da realidade das mulheres e identificar a idéia de formar um empreendimento.

Dessa forma, nós, equipe do sub-núcleo, elaboramos juntamente com as mulheres os passos do processo, ou seja, a metodologia de trabalho que consistia nas etapas de formação de um Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade.

Sendo assim, descreveremos a prática de Serviço Social em todo o processo de organização de um grupo de mulheres que se uniu para formar um empreendimento, principalmente, resgatando as trajetórias sócio-ocupacionais de cada uma delas como elemento desencadeador da iniciativa.

A experiência vivenciada surgiu no espaço comunitário e buscou soluções para o desemprego e a não-inserção no mundo do trabalho no município de Florianópolis, recorrendo às políticas públicas e aos grupos sociais.

O presente estudo está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo, apresentaremos a Política Pública de Geração de Trabalho e Renda a nível nacional e centraremos esforços no Município de Florianópolis, mostrando como essa política está estruturada e desenvolvida pela atual gestão da prefeitura, 2003. Em seguida, apresentaremos o conceito e os princípios da Economia Solidária, salientando a proposta como uma alternativa importante a ser incorporada na questão do desemprego estrutural. Ressaltaremos também, no item Trabalho, Gênero e a Política Pública de Geração de Trabalho e Renda, a discussão do mundo do trabalho para as mulheres sob a perspectiva de gênero, bem como as políticas públicas de trabalho e renda, nesse viés.

No segundo e último capítulo, colocamos o relato da experiência vivenciada no Processo de Formação do Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade, construindo assim uma metodologia alternativa para a prática do Serviço Social reforçando o que consta no código de ética profissional.

Assessorar esse tipo de iniciativa apresenta-se como um novo campo de trabalho para o Assistente Social vislumbrando a transformação social. Por isso, contextualizamos a prática de Serviço Social no âmbito comunitário, denominado Trabalhando na e com a Comunidade. Em seguida, apresentamos as Trajetórias Sócio-ocupacionais das Mulheres de Comunidade de Periferia que nos possibilitou o reconhecimento da demanda a partir dos atores sociais. Por fim, ressaltamos a importância do Grupo de Produção como alternativa ao desemprego numa perspectiva pedagógica e emancipatória que o Serviço Social preserva no seu compromisso ético político.

Para finalizar, temos as considerações finais, onde faremos uma reflexão sobre cada capítulo buscando aperfeiçoar a prática do Serviço Social nesse contexto.

2 GÊNERO E TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS

2.1 A Política Pública de Geração de Trabalho e Renda

2.1.2 No Brasil

No Brasil o índice de desigualdade de renda encontrado é superior ao de qualquer país da América Latina. Este índice é mais expressivo ainda em nível mundial: enquanto a média da renda de um indivíduo, entre os 10% mais ricos é de até 10 vezes maior do que a renda de 40% dos mais pobres, no nosso caso, a renda de um indivíduo entre os 10% mais ricos é, em média, quase 30 vezes maior do que a renda entre os 40% mais pobres (Lesbaupin apud Barros, Mendonça e Duarte, 1997, p. 18).

Pensar em políticas públicas sociais no Brasil, que promovam a cidadania com base nos direitos sociais humanos, requer fazer uma reflexão sobre as mudanças sociais, econômicas, ideológicas, políticas e, ao mesmo tempo, recorrer aos seus objetivos de minimizar as expressões das questões sociais. Para isso, o profissional de Serviço Social além do conhecimento sobre a política num sentido amplo (compreensão de todas as áreas de intervenção social) necessita da compreensão destas numa visão de totalidade, ou seja, os conflitos de classe e as relações sociais que permeiam a gestão das políticas públicas (ativas e as compensatórias). Historicamente as políticas públicas são usadas para a reprodução de mão-de-obra provendo os mínimos sociais, deixando a margem da sua abrangência a grande maioria da sociedade.

Nessa direção, estudaremos as políticas públicas de trabalho e emprego em relação ao desemprego conjuntural e estrutural. No Brasil, as políticas de emprego e rendas nos anos de 1980 assumem novas características, nascendo assim o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). Trata-se de um programa de concessão de financiamento e é um dos programas financiados pelo FAT. Esse programa foi o primeiro programa de crédito para atender o setor informal, as pequenas e micro empresas, profissionais liberais, associações e cooperativas e outras clientela excluídas do sistema tradicional de crédito. Entretanto, somente os segmentos sociais organizados formalmente têm a possibilidade de acesso ao crédito proveniente do PROGER, essa exigência inviabiliza a participação dos trabalhadores desempregados, pois estes não continuam sendo representados por um sindicato ou outra entidade, ou seja, não terão acesso ao crédito, bem como a representação nos conselhos de trabalho e emprego.

Em 1990, é criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), um fundo de arrecadação coletiva dos trabalhadores, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho (Mtb). A partir de então, as políticas públicas de trabalho e emprego são custeadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Com a regularização dos artigos 201 e 239 da Constituição Federal, Lei 7.998 de 11/11/1990¹, os recursos dos Programas de Integração Social (PIS) e Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP) deixaram de ser contabilizados como pecúlio individual de cada trabalhador e foram transformados num fundo coletivo (FAT), que tem como principal objetivo o custeio do Financiamento do Seguro-Desemprego, pagamento do Abono Salarial e Programas de Desenvolvimento Econômico. Esses são os três eixos de atuação da política pública de trabalho e emprego, mas devido

¹ Alterada pela Lei 8019/90, 8458/92 e 8900/94

à abrangência dos objetivos o FAT envolve atividades ligadas à formação, qualificação e requalificação profissional, intermediação de mão-de-obra e a recolocação no mercado de trabalho, atendendo a demanda especial do desemprego vigente no sistema econômico no Brasil.

Portanto, as políticas públicas na área do trabalho dizem respeito à política social de assistência ao trabalhador. Ou seja, uma parte atende o setor formal e informal e se refere à qualificação profissional e aos programas de geração de emprego e renda e a outra, atende o setor formal através das medidas de proteção ao trabalhador.

Os recursos do FAT são administrados por conselhos deliberativos nas três instâncias: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), Conselho Estadual de Trabalho e Emprego (CETE) e Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE). Os conselhos são tripartite, deliberativo e paritário, os quais são compostos por nove instituições, sendo três dos trabalhadores, três dos empregadores e três do Governo. Sendo assim, no Brasil, a política de trabalho e emprego age de forma descentralizada, englobando tanto a mobilização do governo como da sociedade civil para solucionar as complexas questões de geração de emprego e renda e a construção de políticas públicas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), administra 40% dos recursos do FAT, com especial ênfase a programas e projetos que propiciam a manutenção e geração de novos postos de trabalho. Enquanto o CODEFAT administra os outros 60% dos recursos do FAT, autorizando a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) o repasse dos recursos aos Conselhos Estaduais que por sua vez repassam aos Conselhos Municipais. (ver quadro)

Nesse sentido, descentralizar a política de trabalho e emprego significou o repasse de recursos e a coordenação e execução dos respectivos programas, enquanto, a coordenação dos planos e as normas gerais cabem ao CODEFAT. Dessa forma, não ocorre uma descentralização efetiva como possibilidade de coletivizar e democratizar as decisões para atender as demandas locais, a não ser de forma superficial.

Uma das críticas que recaiu em torno dessa política pública é justamente sobre a maneira de descentralizar, porque a responsabilidade e os recursos financeiros foram repassados aos Estados e Municípios. Entretanto, as regras, os planos e o controle dos repasses de recursos continuam sendo administrados pelo governo federal de forma centralizada, ou seja, não houve uma descentralização efetiva como prevê a Constituição Federal de 1988 em seu art. 204, inciso I e II (Constituição Federal de 1988, p. 137).

Mas, ao mesmo tempo, no Brasil, a política pública de trabalho e emprego possibilitou com a criação dos conselhos Estaduais e Municipais espaços institucionais de participação social com poder deliberativo que permite maior eficiência da gestão pública e amplia o acesso ao poder de novos sujeitos sociais. A outra crítica é em relação à participação, pois reconhece apenas os segmentos sociais organizados formalmente.

Dessa forma, os Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego são responsáveis pela definição das áreas e segmentos prioritários em cada unidade da Federação, por isso, têm como objetivos: fazer o **Diagnóstico**: a análise do mercado de trabalho local na perspectiva regional; análise do perfil de mão-de-obra disponível; elenco em ordem de prioridade, na área de trabalho; e o **Prognóstico**: a tendência do mercado formal de trabalho (com base nos indicadores

analíticos de emprego); análise das tendências dentro do mercado informal de trabalho; identificação das alternativas para capacitação e absorção da mão-de-obra desempregada; estabelecimento de diretrizes e prioridades para ação (Publicado no DOU de 28/04/1995).

Nesta direção, a política pública de trabalho e emprego também possibilita maior inserção dos segmentos não-inseridos e excluídos do mundo do trabalho, pois não se limita a geração de renda via mercado de trabalho formal vislumbrando gerar trabalho através de novos postos de trabalho denominados de ocupação²². No entanto, essa política precisa avançar nas propostas de empreendimentos de economia solidária, já que o acesso ao crédito proveniente do FAT não é acessado por segmentos não organizados formalmente, devido às exigências do PROGER, o que acaba excluindo os sujeitos não inseridos nesse contexto formal.

Este quadro é uma síntese da Política Pública de Trabalho e Emprego brasileira e permite visualizarmos como está organizada a partir de 1990.

²² O emprego no século XXI vem transformando-se em desemprego ou em diferentes tipos de trabalho, entendendo por trabalho uma ocupação econômica tanto formal como informal (AUED, 1999).

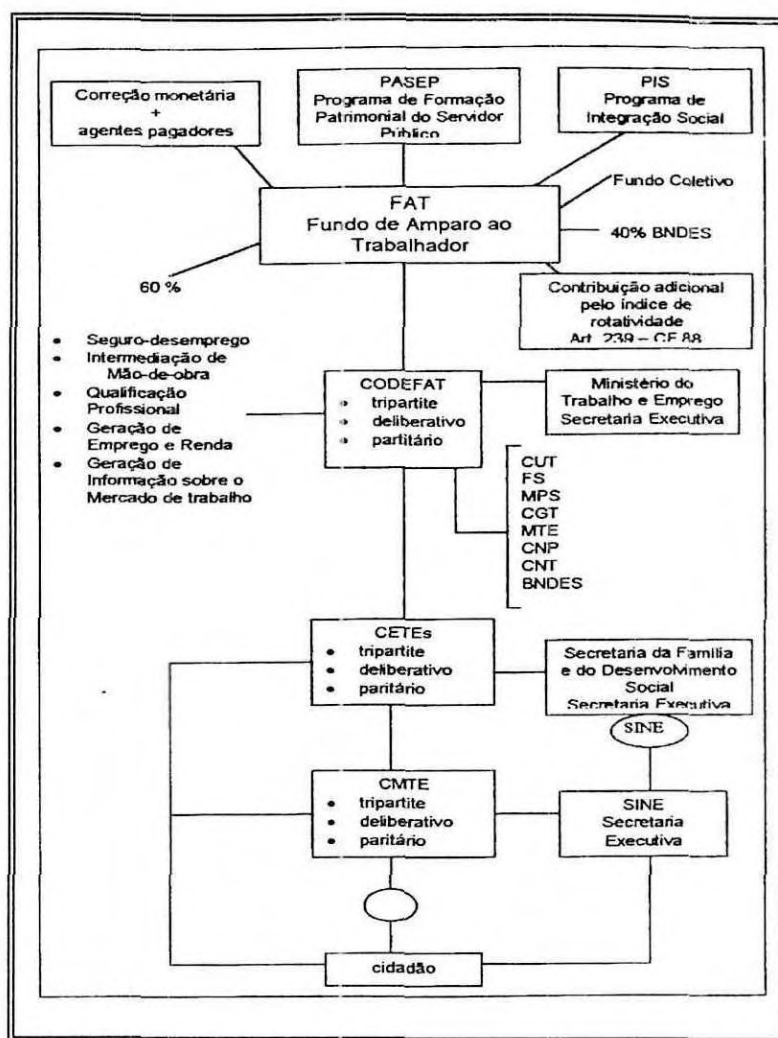


Figura 1 – Fonte CHAVES, 2001, p. 99.

Nesse contexto, buscamos conhecer a política pública de trabalho e emprego do município de Florianópolis e sua interface com os segmentos atingidos pelo desemprego.

2.1.1 No Município de Florianópolis

O Município de Florianópolis, capital de Santa Catarina, possui uma área territorial de 436,50Km quadrados, conta com uma população de aproximadamente 271,281 habitantes. De 1991 a 1996, houve um crescimento de 10,80% oriundo da migração dos municípios de Lages, Curitibanos, Chapecó, Xanxerê, entre outros. Os motivo da migração, característica do êxodo rural, deve-se ao fato da busca por trabalho e melhores condições de vida. Os migrantes acabam instalando-se nas periferias da cidade e em áreas de risco, sem nenhuma infra-estrutura. Entre outros fatores, o crescimento da população resulta na não-absorção da mão-de-obra no mercado do trabalho.

Dado a isso, os indicadores sociais do município revelam uma situação de pobreza, destacando-se as “precárias condições de moradia; o grande número de pessoas nas ruas: crianças, adolescentes e adultos; o aumento do índice de desemprego com o crescimento no mercado informal de trabalho e o aumento de casos de violência doméstica e de pessoas com dependência química” (PMAS apud PASSOS, 2000, p. 23).

A regulamentação do CMTE – Florianópolis foi oficializada pela Resolução nº 90 de 19/04/1995, do CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT³ (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que tem por finalidade implementar os planos, regras de assistência ao trabalhador, (re) inserção no mercado de trabalho e geração de trabalho e renda, que serão executados via parcerias e secretarias. (ver quadro)

³ Publicado no DOU de 28/04/1995.

Florianópolis foi o último município catarinense emancipado até o ano de 1994 a oficializar a criação do CMTE, as negociações iniciaram-se no final deste ano, durante o governo da Frente Popular (1993 - 1996). Até então a mobilização em torno dessa questão não recebia o apoio nem aprovação das administrações públicas municipais, bem como dos poderes locais paralelos.

De acordo com a legislação que trata da formação legal dos conselhos, repassada ao CETE e CMTE pelo CODEFAT, determina que se organizem em forma tripartite e paritário, tem como entidades constituintes os segmentos dos trabalhadores, empresários e governo. No entanto, não inclui os trabalhadores informais e representantes sócio-comunitários.

Nesse sentido, que a gestão de 1998 do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis, através da *conselheira Assistente Social Simone Matos Machado* representante do segmento do governo, faz a busca da participação comunitária à questão central do trabalho realizado. Almejando a fortificação da relação comunidades – CMTE e a participação das entidades comunitárias como parceiros na operacionalização, fiscalização e avaliação das ações do Plano Estadual de Qualificação, foi realizado o I Fórum Municipal de Trabalho e Emprego que mobilizou as entidades comunitárias para discutir e propor ações à política municipal de trabalho e emprego (CHAVES, 2001, p. 114).

Porém, para fins desse trabalho de conclusão de curso, descreveremos a política pública de trabalho e emprego desenvolvida pela administração municipal em Florianópolis, a partir do ano de 2001 que recebe a denominação de política pública de geração de renda e trabalho.

É necessário esclarecer que essa política é desenvolvida por dois segmentos, Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE), que atuam em parceria e paralelamente.

Nessa ocasião, a política de geração de renda e trabalho estava sob responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento Social/ Prefeitura Municipal de Florianópolis (DDS/PMF) que fazia parte da Secretaria da Saúde e do Desenvolvimento Social. Em março de 2001, o DDS/PMF deixa de existir, sendo então criada a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS), Decreto Lei nº 5831 - Câmara de Vereadores, que passa a ser responsáveis pelas ações de Assistência Social do Município, orientando seu plano de trabalho através do Plano Municipal de Governo e Plano Municipal de Assistência Social.

A finalidade do Departamento de Desenvolvimento Social era “promover o desenvolvimento do bem-estar social da comunidade através de serviços de assistência social à população de carência social”; entre os objetivos destaco:

- Fortalecer as estruturas familiares que se encontram em situação de exclusão social;
- Oportunizar o acesso às atividades remuneradas, formação e qualificação profissional, bem como estimular formas alternativas de trabalho e emprego; (Documento do DDS apud PASSOS, 2002).

Para alcançar esses objetivos o DDS/ PMF se repartia em quatro divisões, dentre elas a Divisão de Capacitação Profissional, que tinha como finalidade desenvolver cursos de capacitação/qualificação profissional, em comunidades

carentes, bem como orientar, encaminhar e acompanhar os egressos dos cursos ao trabalho e incentivar outras formas de geração de renda. As atribuições dessa divisão eram:

- Coordenar os trabalhos de capacitação profissional e geração de renda;
- Mobilizar, organizar e acompanhar a comunidade nos trabalhos na área de geração de emprego e renda;
- Desenvolver e acompanhar cursos de qualificação profissional;
- Orientar e encaminhar ao mercado de trabalho;
- Assessorar, dar apoio metodológico e acompanhar a organização e o planejamento de empreendimentos produtivos coletivos e populares.
(Documento do DDS apud PASSOS, 2002).

O DDS desenvolvia os seguintes programas:

- Programa de Capacitação Profissional: neste, estava inserido o Projeto Centro de Profissionalização Popular (CPP);
- Programa de Geração de Emprego e Renda: envolvia o Projeto de Incentivo e Apoio à Formação de Empreendimentos Produtivos. O projeto tem como objetivo disseminar e incentivar a idéia da cooperativa e/ou associações ou grupo de produção (empreendimentos), promover maior capacitação profissional para os trabalhadores informais (Documento do DDS apud PASSOS, 2002).

Atualmente, no município de Florianópolis, a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS) é o órgão municipal responsável pelos programas de geração de renda e trabalho, localizada na Avenida Mauro Ramos. A Secretaria propõe como missão, “promover o desenvolvimento social sustentável das famílias florianopolitanas, otimizando e articulando os recursos institucionais e ampliando parcerias, visando a melhoria da qualidade de vida”. Quanto às ações, em geral, são voltadas as famílias das comunidades de baixa renda do município, prestando serviços de assistência social integral à família, com os seguintes objetivos: promover condições habitacionais; prestar serviços de assistência social; e, capacitar para o trabalho e promover a geração de renda e trabalho (SHTDS apud PASSOS, 2002).

A secretaria está estruturada em quatro gerências, entre elas, a Gerência de Geração de Renda e Trabalho (GGRT), na qual focaremos nossas análises. Esta, por sua vez, está organizada em Divisões:

- Divisão de Capacitação Profissional: tem como proposta o desenvolvimento do potencial trabalho. Propõe as seguintes ações: cursos profissionalizantes e/ou capacitação para a partir do próprio trabalho obter renda; capacitar para a organização de empreendimentos produtivos; assessorar legalmente as entidades, além de conceder equipamentos e insumos para iniciarem o empreendimento.
- Divisão de Geração de Renda: proposta de promover a criação de novas oportunidades de trabalho. Através de: estudos para identificar novas alternativas e oportunidade de trabalho; levantamento sobre a disponibilidade de mão-de-obra qualificada no município; pesquisa para analisar as tendências da demanda de produtos e serviços no município; articular com

empresas/instituições meios para facilitar o ingresso do pessoal qualificado no mercado de trabalho; facilitar o acesso da população desempregada aos empreendimentos alternativos e trabalhos emergenciais; incentivar e apoiar a criação de empreendimentos produtivos; conceder auxílio financeiro às famílias envolvidas nos empreendimentos alternativos vinculados à Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social; apoiar iniciativas institucionais e comunitárias que possam colaborar com a capacitação profissional e o desenvolvimento de produtos/serviços em empreendimentos produtivos; auxiliar na criação de espaços para a comercialização dos produtos desenvolvidos/fabricados pelos empreendimentos produtivos; oferecer incentivos fiscais às empresas que absorvem mão-de-obra ou produtos/serviços oriundos dos empreendimentos produtivos; propor legislação que facilite a comercialização de produtos/serviços oferecidos pelos empreendimentos produtivos.

- Divisão de Ação Comunitária: propostas de ação: assessorar lideranças das comunidades carentes; executar projetos; inserir as comunidades nos projetos de desenvolvimento social (SHTDS, 2002).

Conforme a estrutura e propostas a Gerência de Geração de Renda e Trabalho visa gerar trabalho e renda e tem por missão “contribuir para o desenvolvimento sustentável da população em exclusão social, articulando Redes de Serviços para a organização comunitária, geração de trabalho e renda, e melhoria da qualidade de vida”. Atualmente, a GGRT, atua nas comunidades Chico Mendes, Monte Cristo e Saco Grande II através do Projeto Bom Abrigo da Prefeitura

Municipal de Florianópolis que faz parte do programa municipal de habitação (Divisão de Geração de Renda, 2002).

Em relação à política pública de renda e trabalho no âmbito da administração municipal, identificamos que esta se propõe enfrentar a questão social – desemprego – com estratégias coletivas, participativas e organizativas, priorizando a classe social mais atingida pelas transformações do mundo do trabalho.

Para maior entendimento centramos as discussões em torno dos projetos que estão em desenvolvimento na comunidade Chico Mendes, denominado Projeto Chico Mendes (1998 – 2003) que faz parte do Projeto Bom Abrigo desenvolvido pelo Programa Habitar Brasil/BID financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento Social, o qual visa o reassentamento das famílias que residem no local em situações diversas. Esse programa se caracteriza por sua ênfase nos projetos da área social (nos moldes do padrão hegemônico), sendo que, a geração de trabalho e renda é uma das exigências do BID. Por esse motivo, bem como pelos os objetivos propostos por esta Secretaria e Gerência, vale ressaltar a nossa experiência vivenciada no estágio curricular obrigatório.

Em 2001, o sub-núcleo de Serviço Social, sob a coordenação da professora Teresa Kleba Lisboa, via projeto de extensão assessorava a proposta de formar uma Cooperativa de Doces e Salgados de mulheres na região do Monte Cristo. Por isso, no mês de dezembro, procuramos o DDS/PMF, órgão responsável pela geração de trabalho e renda com o objetivo de apresentar o projeto à equipe técnica, a fim de firmar parceria para a implantação do mesmo. Nesse momento, a Assistente Social responsável pelo DDS nos informou que o mesmo estava passando por um processo de estruturação e não dispunha de recursos financeiros, materiais e/ou humanos para estabelecer algum tipo de parceria (Relatório de Reunião, 2001).

Novamente, em julho de 2002, voltamos a procurar o órgão responsável pela geração de trabalho e renda, a então Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. O projeto ao qual vínhamos buscar parceria tratava da proposta de formar um grupo de produção de marmitas com as mulheres desempregadas da região do Monte Cristo, em especial a comunidade Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória.

Nesse momento faremos uma breve análise dos projetos propostos por essa gerência, bem como sua efetividade, em relação ao nosso processo de intervenção na comunidade Chico Mendes e Nossa senhora da Glória para formar o grupo de produção.

Segundo a Gerência de Geração de Renda e Trabalho (GGRT), responsável pela geração de renda do Projeto Chico Mendes, os projetos elaborados para atender essa demanda, estão em fase de implantação, exceto o primeiro que cito. São eles: Projeto Associação dos Recicladores Esperança (ARESP); Projeto Central de Serviços (Banco de Emprego); Projeto Educar (Educação para Adultos); e, Projeto Capacitação (Higiene Beleza, Padeiro, Construção Civil, Eletricista).

No cronograma aprovado pelo BID estes recursos estariam disponíveis nas diversas etapas de implantação, porém, a informação que se têm é que os mesmos são insuficientes e, por hora inexistente (Reunião - 17/07/2002, Coordenadora da Gerência de Renda e Trabalho, Lourdes). Porém, tais informações parecem ser de difícil comprovação, pois não tivemos acesso as informações referentes à quantia monetária dos recursos financeiros, cronograma e aplicação das verbas do referido programa disponível para área social.

No entanto, durante todas as nossas ações nas comunidades citadas sentimos uma grande carência no que se refere à promoção de inserção dos

moradores na sociedade via trabalho, de forma que a promoção da cidadania e da construção da identidade seja resultado da consciência como sujeitos protagonistas de sua história. No decorrer do nosso trabalho nos deparamos com ações imediatistas, os quais reconhecemos sua necessidade, mas que mantêm uma condição clientelística.

Para que a política de geração de renda e trabalho proposta pela administração municipal possibilite ao seu público alvo efetivo apoio institucional e de recursos públicos, se faz necessário que suas ações estejam respaldadas pelo repasse linear dos recursos financeiros. Para que, realmente, a gerência consiga implantar os projetos planejados no plano de geração de trabalho e renda da gestão municipal.

Nesse sentido, entendemos que os projetos que a Gerência de Geração de Renda e Trabalho propõe almeja atender a demanda por geração de renda e trabalho, no entanto, esbarra em limitações tanto ideológicas no que se refere ao plano de governo e nas dificuldades em trabalhar na perspectiva de economia solidária. Porém, não podemos ignorar a proposta dessa gerência, pois em seu plano de intervenção propõe gerar renda através de novos postos de trabalho - empreendimentos produtivos - assumindo uma concepção nova de mundo do trabalho, além do processo de formação desse tipo de empreendimento que requer a participação de todos os envolvidos.

Nessa direção, buscamos alguns dos conceitos teóricos que, provavelmente, perpassam a proposta da gerência de geração de renda e trabalho, a fim de identificarmos como a política pública de trabalho e emprego pode ser vislumbrada.

2.2 Economia Solidária no Mundo do Trabalho: estratégia coletiva

O mundo do trabalho está dividido em trabalho formal e informal. As novas relações que se estabelecem na ideologia neoliberal dão margem para o avanço do informal, flexível, temporário, terceirizado e com precárias condições de trabalho, ou seja, a precarização do mundo do trabalho.

As propostas de Economia Solidária e Cooperativismo não podem ser consideradas trabalho formal, nem mesmo mercado informal, por isso se faz necessário esclarecer alguns conceitos. Segundo Chaves (2001) o conceito de trabalho informal pode ser definido como,

ocupação cujas atividades produtivas são executadas à margem da Lei - legislações trabalhistas; enquadra-se os trabalhadores que não trabalham com carteira assinada, os autônomos que não contribuem à previdência e os não-remunerados (p.139).

Nesse sentido, Lisboa (2000) nos diz que,

não podemos confundir o setor da economia informal, mera "sombra" da economia de mercado, com o conjunto de pessoas que se dedica a atividades econômicas e que dependem da realização do seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução (p. 54).

No entanto, estamos buscando um entendimento dessas formas alternativas de sobrevivência e inserção no mundo do trabalho por parte dos desempregados (excluídos e não-inseridos), como novas oportunidades de organização e relações de trabalho. Assim, partimos do pressuposto que as iniciativas coletivas de cunho solidário rompem com a lógica capitalista, apesar de dependerem das relações de mercado buscam relações de mercado diferenciada e solidária.

No Brasil, a expressão economia solidária, adotada pelo economista Paul Singer, refere-se às experiências de organizações coletivas voltadas para a geração de renda e baseadas na igualdade e no respeito a diferenças (IFAS, 2002, p. 24).

Atualmente as experiências cooperativas de cunho solidário e de autogestão são geradores de trabalho e renda, como também alternativas reais ao desemprego e aos atuais programas de geração de emprego e renda (PROGER) que buscam as saídas para a questão de forma individualizada. Entendemos diante da globalização financeira que se faz essencial o incentivo a novas formas de organizações sociais capazes de alterar a atual conjuntura do mundo do trabalho.

Singer (2000), ao problematizar a questão do desemprego, alerta para a necessidade de criação de opções reais capazes de ingressar e reinserir os sem-trabalho na economia. Para esse autor, as cooperativas de produção e de consumo, formadas por associações dos sem-trabalhos e dos que sobrevivem precariamente do trabalho incerto, constituem alternativas consistentes ao desemprego (SINGER apud IFAS, 2002, p. 24).

Para tanto, o entendimento de economia solidária, que perpassa toda a discussão aqui proposta é fundamentada no conceito de Lisboa,

Trata-se de uma economia comprometida com seu entorno, primeiramente com a comunidade na qual está inserida. (...) A Economia Popular Solidária é uma construção cidadã, que promove a cidadania, centrada na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento humano, no benefício real que pode produzir para pessoas concretas (e não nos fluxos dos valores financeiros em circulação), adaptada às potencialidades e especificidades das condições locais (2000, p. 58).

Nos anos de 1960 e 1970, os empreendimentos solidários de geração de renda ganham um novo valor, adotam o princípio de fortalecer a capacidade produtiva dos empobrecidos, dão lugar a ações que buscam a emancipação dos setores sociais assistidos.

É a partir das características da economia solidária que são recuperados valores e práticas deixadas de lado dando novo sentido a inclusão e a reconstrução pessoal dos indivíduos, desenvolvendo uma atitude socialmente participativa de parte de seus protagonistas. Segundo, filósofo chileno, Luiz Razeto

são as iniciativas que implicam relações e valores solidários, no sentido de que em suas atividades as pessoas estabelecem relações de ajuda mútua, cooperação, comunidade ou solidariedade, não como algo acessório, secundário, mas como inerente ao modo em que se procurava enfrentar os problemas, satisfazer as necessidades ou desenvolver as atividades próprias da organização (apud IFAS, 2002, p. 28).

Nesse sentido, não podemos deixar de considerar o momento histórico brasileiro de democracia expresso nas eleições de Lula que em seu discurso oficial declara como sendo prioridade do seu governo o social, enquanto o centro da atenção mundial é o sistema financeiro global. Dado a isso, a grande esperança é que, o Brasil em 2003, terá uma trajetória diferenciada da vivenciada até o momento, principalmente, no que se refere ao desemprego será enfrentado vislumbrando os princípios cooperativistas e de economia solidária.

Em Santa Catarina o governador recém eleito Luiz Henrique da Silveira/2002, adotou como política pública de geração de trabalho e renda: o "Programa Berçário de Empreendimentos Produtivos Populares e Solidários". Esse programa teve suas origens nas ações da UFSC, coordenadas pelo professor Norberto Sühnel junto ao convênio Centro de Profissionalização Popular (CPP). (ANEXO I)

Atualmente, o Governo Por Toda Santa Catarina (2003/2006) vem ao Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) e pede assessoria para a elaboração do plano de governo que trata da questão de geração de trabalho e renda. O referido programa faz parte do Projeto Inclusão Social Através da Geração de Trabalho e Renda, que tem como princípios norteadores gênero e

ecologia. Trata-se de uma incubadora de cooperativa que receberá todo o apoio institucional a nível estadual aos municípios que adotarem esse programa. No município de Biguaçu – SC o programa Berçário já é uma realidade, sendo um dos seus resultados a Cooperativa de Costureiras COOPVEST e encontrasse em processo de formação uma Cooperativa de Reciclagem de Adubos Orgânicos.

Portanto, discorrer sobre o presente tema vai além da alternativa ao desemprego conjuntural e estrutural. Significa, também, a esperança na possibilidade de abandonarmos práticas clientelistas, ações fragmentadas e individualizadas, entre outras formas de manter o indivíduo na condição de submissão, que infelizmente configuram o cenário das políticas sociais públicas.

Em nossa prática de estágio tivemos como referenciais a concepção de Economia Solidária, percebemos que a Gerência de renda e trabalho da PMF em seu plano de intervenção também compartilha com essa concepção. No entanto, observamos que sua articulação pode ser considerada inexistente em relação à proposta de formar um grupo de produção em uma das regiões em que atualmente desenvolve projetos, demonstrando assim, uma lacuna em relação ao que propõe em seu plano e seu movimento para efetiva-lo.

Em seguida, continuaremos as reflexões sobre o mundo do trabalho, porém, sob o enfoque de gênero propomos algumas reflexões sobre as mudanças no processo produtivo e as novas relações de trabalho que se estabelecem.

2.3 Trabalho, Gênero e a Política Pública de Geração de Trabalho e Emprego – Aspectos Gerais

Nessa direção, com clareza do momento histórico, buscaremos tratar do tema: gênero e geração de trabalho e emprego. Aprofundando as discussões do mundo do trabalho para as mulheres sob a perspectiva de gênero, bem como as políticas de geração de trabalho e renda, nesse viés. Para isso, é necessário refletir sobre o conceito de gênero.

Segundo Louro (1997) o conceito de gênero está ligado à história do Movimento Feminista, no entanto, somente no final da década de 1960, no ocidente, 'período compreendido como um processo maior', que este passa a ser engendrado e problematizado. No Brasil, o conceito de gênero passa a ser incorporado pela academia, a partir da década de 1980.

Gênero se constitui como uma categoria analítica que busca a partir da relação entre os sexos enfatizar a necessidade de pensar o feminino e masculino como construções sociais relacionais, bem como em articulação com as outras categorias sociais. Assim, a concepção da questão de gênero propõe desconstruir o reducionismo do gênero feminino a distinção biológica ou sexual, que justifica a segregação social, política, opressão, exploração e submetimento a que as mulheres foram historicamente conduzidas (LOURO, 1997).

Para Joan Scott, historiadora que escreve sobre relações de gênero, é preciso desconstruir o 'caráter permanente da oposição binária', masculino-feminino, marcada pela dicotomia e polarização sobre os gêneros (SCOTT apud LOURO, 1997).

Portanto, a identidade de gênero é constituída no contexto sócio-histórico e cultural, por isso essa categoria não pretende discutir ou construir a noção de uma história de separação entre o feminino e masculino, mas demonstrar que não são propriamente as características sexuais que determinam as diferenças e, sim o que socialmente se construiu sobre os sexos em determinada sociedade, grupos e momento histórico configurando-se na 'prática social' como feminino e masculino (LOURO, 1997, p. 24).

Nessa direção, pretendemos refletir sobre a conjuntura em que as mulheres se encontram no mundo do trabalho, não perdendo de foco que são as diferenças sexuais que constituem as relações sociais, sendo este o contexto que as desigualdades de gênero e sociais se legitimam.

Essa construção histórica da cultura masculina se sustenta à medida que as *mulheres permanecem à margem dos acontecimentos históricos e das relações sociais*. A lógica da sociedade atual está pautada nos valores da sociedade tradicional, seja nas instituições ou na sociedade onde a figura masculina é predominante, dado a divisão sexual do trabalho.

Atualmente, no Brasil, como em outros países, identidade social da mulher vem se transformando, por vários fatores, entre eles, a mulher no mercado de trabalho.

Segundo Bruschini (2000), desde a década de 1970, no Brasil, há um crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo no espaço urbano. De acordo com a autora, não só a busca da complementação salarial, mas também as expectativas de consumo redefiniram o conceito de necessidade econômica, tanto para as mulheres pobres como as da classe média.

No Brasil, entre 1985 a 1995, houve um acréscimo de cerca de 12 milhões no crescimento da força de trabalho feminina, na ordem de 63%, as mulheres desempenham um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Porém, a concentração feminina em determinados setores ocupacionais e em postos de trabalho mais instáveis e de pior remuneração vem demonstrando a segmentação de gênero no mercado de trabalho (Bruschini apud Neves, 2000, p. 73). Constata-se que a divisão sexual do trabalho permanece mesmo diante desse conjunto de transformações.

Segundo aponta o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil (1996) as mulheres são mais pobres do que os homens: essa disparidade começa no próprio mercado de trabalho.

Em 1990 as trabalhadoras ganhavam, em média, 63% dos salários masculinos. A própria forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho responde amplamente por diferenciais: a feminização de uma ocupação é, em geral, acompanhado por baixos salários e baixo prestígio (p. 22).

Portanto, a disparidade no mercado do trabalho retoma a discussão sobre as atuais mudanças no mundo do trabalho e do emprego, isto é, a nova divisão do trabalho entre os sexos e as diferenças salariais. A inserção da mulher no mercado de trabalho representa maiores oportunidades de emprego para as qualificadas⁴ e ao mesmo tempo contribui para um contexto de precarização das relações de trabalho, flexibilização, instabilidade e vulnerabilidade no mundo do trabalho contemporâneo.

Nesse sentido, as mulheres que buscam colocação no mercado de trabalho enfrentam desafios cada vez maiores: maior exigência de qualificação; menores

⁴ No novo contexto qualificação passa ser entendida com a noção de competência, ou seja, habilidades individuais para a resolução de problemas (Hirata (1994) apud Neves, 2000, p. 178).

salários; dupla jornada de trabalho, entre outros. Mas sobre tudo na atualidade, não podemos olhar esse momento de inserção das mulheres no mercado formal de trabalho apenas com pessimismo.

No que se refere ao trabalho feminino, tanto nos países europeus como na América Latina, as novas tecnologias podem significar em novas oportunidades positivas de empregos qualificados, mas também, podem reforçar a marginalização das mulheres, sobretudo, para as trabalhadoras não-qualificadas. Para Neves (2000), geralmente, trabalhadores masculinos situados nas empresas de ponta da cadeia produtiva, recebem maiores oportunidades de qualificação, em relação às trabalhadoras femininas. Nesse caso as trabalhadoras femininas, a inserção no processo produtivo ocorre ao longo da cadeia produtiva, como forma de redução de custos.

Mesmo assim, percebe-se uma continuidade do trabalho doméstico, o qual não tem reconhecimento como valor econômico, ainda sob a responsabilidade das mulheres, trabalho esse que sobrecarrega com a dupla jornada de trabalho. Através do trabalho doméstico pode-se entender a dupla contribuição das mulheres tanto para o sistema econômico produtivo, bem como na economia do lar.

As políticas públicas de trabalho e emprego para terem o caráter de universais deveriam tratar e considerar as diferenças entre os sexos, bem como a possibilidade de inserção de ambos no mercado de trabalho. Como esse aspecto não está contemplado na lei, faremos uma breve reflexão sobre a condição do trabalhador em relação a essa política pública.

Segundo Sposati (1995), no Brasil, temos um Estado de Bem Estar Ocupacional, isto é, as condições de reprodução social foram seletivamente estendidas a estratos ocupacionais a partir de sua importância econômica ou do

grau de organização política. É o contrato de trabalho que define imediatamente, as condições de reprodução do trabalhador no mundo da previdência ou da assistência social. Sendo assim, vinculam as políticas de proteção social ao contrato de trabalho e não aos direitos humanos e de cidadania. Os trabalhadores informais, por exemplo, não se inserem nesse Estado de Bem Estar por não terem contrato de trabalho. É a essa realidade que pertence à maioria dos moradores de periferia do Brasil, em especial, as mulheres que duplamente são excluídas dos contratos de trabalho.

No entanto, existe uma política pública de trabalho e emprego para inserção dos desempregados (excluídos e não-incluídos), mas não é suficiente para atender a demanda. Os excluídos e não-incluídos ficam a mercê das políticas sociais e de assistência social que novamente os exclui da inserção no mercado de trabalho, concedendo-lhes o direito a subsídios sociais e não a conquista do direito ao trabalho e a cidadania.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a ser embasada mediante políticas sociais, que inclui em suas discussões a questão de cidadania e os direitos da população empobrecida. Da mesma forma a LOAS, Lei 8.742/93 que regulamenta os art. 203 e 204 da Constituição Federal, diz que a Assistência Social além de políticas compensatórias promova a Cidadania, os Direitos Sociais e Humanos.

Entretanto, ao contrário do preconiza a LOAS sua política de proteção social (atualmente residual) é basicamente de caráter compensatório, emergencial, de mínimos sociais para sobreviver. Enquanto, no art. 25 dessa Lei menciona que os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeiramente e tecnicamente,

iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhorias das condições gerais de subsistência.

Dentro dessa conjuntura se encontra o direito ao trabalho como um dos principais fatores de resgate e exercício da cidadania. Porém, o programa Benefício de Prestação Continuada se propõe garantir uma renda, desde que o usuário comprove a necessidade de mínimos sociais⁵. No Brasil, mesmo diante das discussões, parece que estamos longe de viver o pleno emprego e a renda social incondicional, isto é, longe de uma política de renda mínima.

Somente a partir da década de 1980, no Brasil, surge uma preocupação de incorporar a questão de gênero nas políticas públicas, certamente não por representar uma categoria de análise que se reduza ao espaço acadêmico, pois a discussão sobre as relações de gênero sempre esteve presente em todo o movimento pela redemocratização no Brasil. Talvez não há interesse político e nem a percepção da necessidade de um atendimento diferenciado à mulher, podemos dizer que as políticas públicas, em sua maioria, não estão acompanhando as mudanças sócio-econômicas da sociedade atual, em que a mulher exerce papel fundamental na renda familiar e na chefia da família.

Nessa direção, incorporar a perspectiva de gênero, bem como de raça, nas políticas públicas significa se apropriar de um indicador social de suma relevância para a transformação das desigualdades sociais e de renda.

Há municípios, na maioria de administração popular⁶, que trabalham sob a perspectiva de gênero e raça na elaboração das políticas públicas. O município de

⁵ Mínimos Sociais: geralmente definidos como *recursos mínimos*, destinados a pessoas incapazes de prover por meio de seu próprio trabalho a sua subsistência. Noção introduzida pela LOAS na agenda da política brasileira em 1990. (Pereira, 2000, p. 16 - 21).

⁶ Administração Popular: envolve na gestão pública a participação dos munícipes.

Santo André – São Paulo, desde 1997 a 2001, vem evidenciando nos resultados a eficiência em trabalhar sob essa perspectiva, pois

a necessidade de um espaço de gênero na administração, não só para implementar as ações que alterem as relações de gênero para assegurar a transversalidade – que o enfoque de gênero exige – como também para criar a possibilidade de interferência nas diversas áreas de governo, levando-as a conhecer o perfil do público-alvo dos programas, as demandas deste segmento e tornando, assim, mais eficientes as ações da administração (Fundação Friedrich Ebert, 2001, p. 10).

Nesse sentido, o enfoque de gênero representa um avanço em termos de conhecimento das discriminações vivenciadas pelas mulheres. Sendo assim, as políticas públicas além de ser instrumentos na mudança das relações de gênero, tornando-as mais eqüitativas podem proporcionar um melhor atendimento das demandas da população. Entendemos que as desigualdades de gênero estão expressas nas desigualdades sociais. Concordando com o entendimento da gestão municipal de Santo André ao considerar que,

a elaboração de políticas públicas, para além dos indicadores de pobreza, deve visar à alteração da realidade de exclusão e desigualdade e incluir a perspectiva de reversão da forma como vivem mulheres e homens (Prefeitura de Santo André - SP, 2001, p. 11).

Portanto, há uma necessidade de conhecimento da realidade vivida pelas mulheres, para se criar políticas públicas locais que atenda essa parcela da população que historicamente é tratada com discriminação.

Nesse sentido, a dificuldade de pensarmos em políticas públicas de geração de trabalho e renda que contemple a perspectiva gênero, está no papel que as políticas públicas assumem na contemporaneidade. Porém, na medida que os direitos sociais forem ampliados, amplia-se à responsabilidade coletiva e, por fim, a

multiplicidade das individualidades. Novas demandas e novas dimensões são introduzidas na configuração da cidadania ampla (Câmara, Cappellin, 1998, p.348).

No próximo capítulo, abordaremos a geração de trabalho e renda no bairro Monte Cristo, localidade onde trabalhamos com uma proposta de empreendimento solidário como possibilidade de geração de emprego e renda para as mulheres.

3 AS MULHERES COMO SUJEITOS PROTAGONISTAS DO GRUPO DE PRODUÇÃO

3.1 Trabalhando na e com a Comunidade: Contextualizando

O município de Florianópolis é o segundo mais populoso do Estado, sendo que 41% dos habitantes são originários de outros locais. Segundo dados do IBGE (2000), 10% da população do município não possui instrução ou tem menos de um ano de estudos. As comunidades carentes somam um total de 46, incluindo a ilha e o continente (IPUF, 2000).

Uma destas comunidades carentes é o bairro Monte Cristo e localiza-se na área continental, onde habitam aproximadamente 5 (cinco) mil famílias. Nesta comunidade desenvolvemos nosso Estágio Curricular Obrigatório. Estima-se que o número médio de pessoas por família seja de 7 (sete). Segundo dados da Prefeitura Municipal, essa região possui atualmente, o maior índice de mortalidade infantil da cidade, bem como as piores condições de saúde e saneamento básico, por isso é considerada região de periferia urbana. A principal forma de trabalho dos homens integra o mercado informal, na maioria são serventes de pedreiro, mestre de obra, catadores de papel, vendedores ambulantes, "chapas" (pessoa que fica na BR ou ponto de combustível para descarregar caminhões, trabalha por dia ou serviço); as mulheres concentram-se nos serviços domésticos: faxineiras, lavadeiras, diarista, empregada doméstica, servente de limpeza, auxiliar de serviços gerais e outras. A renda familiar dos moradores desta região está entre R\$300,00 a R\$400,00 mensais.

O bairro Monte Cristo é constituído por um complexo de nove comunidades carentes, cada comunidade tem sua Associação de Moradores e lideranças comunitárias participantes. Atualmente, esses grupos e atores sociais estão envolvidos com a formação do Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo, que em 2002 conseguiu sua legalidade.

Contextualizar o Serviço Social no espaço comunitário é vislumbrar o processo de trabalho do Assistente Social numa perspectiva de organização e educação popular a fim de realizar uma intervenção que extrapole as ações diretas (encaminhamentos, benefícios) para realmente trabalhar com a classe popular, ou seja, trabalhar na perspectiva da transformação social, como se propõem o Serviço Social a partir do movimento de reconceituação, iniciado na década de 1960, no Brasil (SILVA, 1995).

A partir deste pressuposto, através de um projeto de extensão e estágio curricular, iniciamos um processo de intervenção na comunidade para buscar conhecer a realidade sócio-econômica dos moradores, a infra-estrutura que serve a comunidade, bem como a função de cada instituição, já que essa região é foco de vários programas e projetos realizados por entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Entretanto há um grande número de agentes externos desenvolvendo atividades, mas na maioria das vezes não trabalham articulados entre si e/ou nem sabem da existência dos demais trabalhos, o que facilitaria sobremaneira se ocorressem trabalhos de forma integrada.

Aos poucos procuramos conhecer e entender as relações de poder que fazem parte do cotidiano dessas pessoas. Outro fator relevante, internalizado no cotidiano da nossa intervenção, é o fluxo migratório existente na região, as origens étnicas e o

processo de ocupação, isto é, as diversidades e especificidades características dessas comunidades.

Essas foram algumas das observações e conhecimentos constituídos na prática que integraram a nossa ação e reflexão profissional. Entretanto, conhecer a comunidade a partir da realidade local só foi possível porque tivemos as lideranças locais (Dirceu, Ivanir, Preta, Antônio, Francisca, Valeria, Manoel) como ponto de partida para estabelecer o elo de ligação entre a teoria e a prática. Sendo assim, as lideranças comunitárias foram os facilitadores dos primeiros contatos com as mulheres, sujeitos desse processo de intervenção profissional.

Por isso, a experiência vivenciada no estágio curricular obrigatório⁷, nos mostra que conhecer a realidade social da comunidade significa entender o antagonismo de classe e das camadas subordinadas seja pela política, pobreza ou no processo de produção. Assim, respeitar o popular, o povo é ter clareza de que na comunidade não encontramos marginais, pobres, carentes - ideologia dominante - encontramos marginalizados, excluídos, pessoas que tem estratégias de sobrevivência próprias, formas de ver o mundo e entender as relações sociais, o poder, a políticas a partir do seu conhecimento.

Nesse sentido, trabalhar com esse conjunto que integra o popular representa estimular e propor formas de reivindicar, de se organizar e mobilizar, pois o verdadeiro processo político se realiza de forma coletiva, na luta por melhorias para que juntos os sujeitos construam novas estratégias de sobrevivência. Enfim, nossa prática, comprometida com os setores populares, implicou numa prática coletiva que instiga a consciência de sua situação, por isso, que os caminhos da educação

⁷ No capítulo II apresentaremos a experiência vivenciada no estágio curricular obrigatório 2002.

popular fizeram parte da metodologia de intervenção utilizada por nós equipe responsável pelo projeto Grupo de Produção (SILVA, 1995).

Assim, trabalhar com a comunidade numa perspectiva de educação popular significa estimular os indivíduos para que na ação-reflexão do seu cotidiano tomem consciência de si mesmos, para entender sua realidade e agir sobre ela, ou seja, viabilizando reflexões a cerca do seu dia-a-dia, dos projetos individuais e coletivos e contribuindo para a sistematização do saber popular (SILVA, 1995).

Na maioria das vezes os moradores das comunidades não participam dos movimentos sociais ou sócio-comunitários tornando esse processo mais complexo, dado a isso, a necessidade do assistente social colocar a sua prática a serviço das demandas das classes populares. Ao intervirmos na comunidade através de projetos específicos, no nosso caso de geração de trabalho e renda foi indispensável sustentar um processo participativo, sendo este fruto dos anseios e necessidade dos sujeitos que participaram ativamente na elaboração dos mesmos.

Segundo Menegasso (1985),

as ações a serem desenvolvidas junto aos grupos populares, pelo Serviço social, deverão ser de enfoque educativo e de natureza participativa, cooperando com os sujeitos da experiência a um desenvolvimento pessoal, adequado às suas necessidades humana, o que contribuirá significativamente para as transformações sociais que se fazem necessárias (apud SILVA, 1995, p. 178).

Nessa perspectiva dialética nós desenvolvemos o processo de intervenção, partindo de uma idéia inicial das mulheres até se configurar na proposta de formar o grupo de produção. Foi através da organização e participação, subsidiada pelos princípios da educação popular, que atuamos como co-participante no processo de formação do grupo de mulheres, ora atuamos como educador, ora educando.

É por esse motivo que a maioria dos autores apontam a educação popular como uma ação conscientizadora, consideram o Serviço Social como uma “profissão de caráter social e educativo que trabalha com comportamentos e valores” (Sousa apud Silva e Silva, 1995, p. 180).

Nesse contexto, ao identificarmos por meio de uma pesquisa a demanda por *geração de trabalho e renda que originou a idéia de formar um grupo de produção*. Em seguida expomos a pesquisa que foi realizada com as mulheres de comunidade de periferia e sua implicação no processo de intervenção desenvolvido pela equipe do sub-núcleo, na assessoria para formar um grupo de produção.

3.2 Trajetórias Sócio-ocupacionais das Mulheres de Comunidades de Periferia

A pesquisa que vamos apresentar extrapolou os objetivos teóricos delimitados, pois sua metodologia proporcionou a aproximação e articulação com os sujeitos da intervenção, para que desenvolvêssemos nossa prática. Foram entrevistadas 10 (dez) mulheres das comunidades: Santa Terezinha I e II, Nova Esperança, Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória situadas no bairro Monte Cristo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, “Gênero e Qualificação – trajetórias sócio-ocupacionais de mulheres”, elaborada em 2001, pela professora coordenadora do sub-núcleo de Serviço Social e Relações de Gênero que vislumbrando conhecer e interpretar a realidade sócio-ocupacional das mulheres de periferia se propôs a:

- Conhecer as trajetórias sócio-ocupacionais de mulheres migrantes, moradores das comunidades de periferia de Florianópolis;
- Trabalhar a diferenciação das exigências qualitativas do mercado de trabalho para mulheres, no atual quadro de reestruturação produtiva;
- Valorizar e divulgar as demanda qualitativas das mulheres no atual mercado de trabalho. (ANEXO II)

Nesta direção, a pesquisa realizada com as mulheres em torno de suas trajetórias sócio-ocupacionais possibilitou, entre outras, perceber a mobilidade social dessas mulheres; a baixa qualificação; as dificuldades sócio-econômicas; a falta de políticas públicas que contemplem as demandas do gênero feminino; os sonhos e aspirações profissionais dessas mulheres; e por fim, as mulheres e a proposta de formar um grupo de produção.

A metodologia mais adequada foi a História de Vida através da técnica denominada “trajetórias sócio-ocupacionais”. A categoria trajetórias sócio-ocupacionais foi utilizada por possibilitar identificarmos as ocupações que estas mulheres tiveram desde pequenas e a escassa ou nenhuma mobilidade social.

Sendo assim, a pesquisa foi o instrumento teórico que sustentou nossa prática, ou seja, a pesquisa diagnosticou a demanda por ocupação e a sensibilidade às propostas de economia solidária, para que o Serviço Social intervisse por meio de assessoria junto a essas mulheres, sujeitos da pesquisa.

Nessa direção e com tal entendimento buscamos categorizar as trajetórias sócio-ocupacionais das mulheres de periferia. Preservamos nesse trabalho de conclusão a linguagem coloquial. Em forma de narrativa apresentaremos as

narradoras grafadas pelas iniciais do nome e suas referidas trajetórias sócio-ocupacionais.

Quem são essas mulheres? Com histórias de vida diferentes, mas que na diferença se assemelham. Avós, mães, filhas cada uma com seu jeitinho de levar a vida e entender o sofrimento. Sofrimento este que marca o perfil de cada uma, apresentamos as mulheres protagonistas da proposta do Grupo de Produção:

V.C.C., 52 anos, sou viúva, mãe de quatro filho, trabalho de faxineira há 13 ano, porque desde quando eu vim pra Florianópolis. Eu era de Curitiba e aí, meu marido que me trouxe pra cá e, depois me deixou aqui e voltou pra lá. Depois acabou morrendo e eu fiquei por aqui sozinha só com meus filhos.

R.R.d.P.C, 25 anos, eu sou daqui mesmo, tenho 5 filho, minha infância foi ruim. Eu tinha 15 anos eu parava um pouco na minha madrinha, parava mais um pouco com a minha tia eu andava assim que nem, aonde eles chutava a bola eu ficava, eu morava ali do outro lado.

R.d.C, 31 anos, eu era de Laguna e vim pra Florianópolis, vim e voltei, lá em Laguna eu engravide, nem sabia o que tava acontecendo, praticamente eu considero um estupro(...) eu não queria, fiquei sabendo que eu estava grávida quando já estava de barriga. Aqui encontrei o meu companheiro e fomos morar juntos, nem namoramos.

S.M.C., 34, criança foi uma infância boa, não foi mais boa por falta de espaço, como em 4 irmãos. Fui mãe com 15 ano. Minha vida foi sempre indo e vindo Laguna/Florianópolis pra Laguna de novo (...) Trabalhei muito, agora por último trabalhava das 14h às 22h na limpeza, mas eu to afastada na perícia por acidente de trabalho, de esforço repetitivo, com bursite no braço.

S.A.C., 58, nasci em Laguna. Eu era muito arteira rodei 7 ano no 2 ano, mas eu não ia pra escola ia só na hora da merenda e de pegar os deveres pra fazer em casa. Quando eu passei pro 3 ano cheguei em casa faceira e no outro dia queria ir cedo pra escola pega o livro do 3 ano, mas o pai e a mãe disseram que eu não ia pra escola eu ia pra roça já que eu tinha passado.

A maioria dessas mulheres são migrantes, ao falarem da cidade de origem e infância relatam a pobreza, a falta de perspectivas e oportunidades de estudar. Desde muito cedo tiveram que trocar a escola pelo trabalho, o "ser criança" foi

substituído pelos deveres de cuidar de outras crianças. Este é o retrato da vida simples e sacrificada da maioria das mulheres de periferia.

C.d.S., 46, eu nasci em Machadinho Rio Grande do Sul, minha vida sempre foi de pobreza, meus pais se separaram quando eu tinha 9 mês (...). Meu pai eu fui conhece eu já tinha 30 ano. (...) Quando eu achei que o sofrimento ia para, que meus filho tavão grande ele cairam nas droga. Tenho três filho, dois preso na cadeia e um na Fucabem, mas eu tenho fé em Deus que um dia vai melhora.

R.C.d.S., 29 ano, minha infância não gosto muito de lembrar, momentos muito difícil pra mim. Nos viemo mora pra cá em 1988 que o pai trouxe nois, lá nois passamo o pão que diabo amassou.

M.S.C.D.S, 41, eu sou natural de Lages, a minha familia é assim muito carente, a gente era do sítio, então eu nunca tive infância, nunca tive carinho de mãe e de pai. Meu pai era daquelas pessoa bem do meio do mato, ele era muito ruim.

F.d.C.d.S., eu nasci nordeste, a cidade é Piauí, nós éramos em 10 irmãos, eu sou a mais velha da família. Meu pai era agricultor, plantava e nós era pequeno e todos plantava e colhia. Depois começamo a estuda, trabalhava um período e estudava o outro trabalhava. A minha infância todos era legal, trabalhava, às vezes de noite a gente brincava de várias brincadeiras.

M.R.C., 32 ano, eu sou gaúcha, filha de pai gaúcho e mãe Catarina, eu nasci em Porto Alegre e fiquei lá a minha infância toda, até os 14 anos. Fui criada lá, filho de pais separados, também não foi fácil pra minha mãe criar três filhos sozinha sempre trabalhando e a gente dependente dela, mas tivemos uma infância até que boa porque a mãe trabalhava e sustentava nos.

Para essas mulheres, pensar nas suas origens, descendência ou etnia é algo vago. Identificamos um saudosismo que não permite no discurso relembrar ou referenciar algumas situações e relaciona-las com a etnia, mesmo que, as atuais condições sócio-econômicas foram sendo determinadas desde o Brasil Colônia, onde a etnia foi um dos fatores determinantes da classe social.

Minha origem, minha descendência, minha mãe era alemã meus avós do lado da minha mãe vieram da Alemanha, meu pai era brasileiro mesmo com origem espanhola e aí por diante (**V.C.C.**).

Eu sou daqui mesmo, de Florianópolis, meus pais acho que também. Nós somo Barriga Verde mesmo (**R.R.d.P.C.**).

Sou brasileira, minha mãe e pai também são brasileiros **(R.d.C.)**.

Sou brasileira, minha mãe a mistura dela de pai era alemão e a mãe era bugra, é mistura de raça **(S.M.C.)**.

Meu pai era meio branco porque o pai dele era alemão e a mãe dele era negra africana, negra bugra que usava o beijo furado com uma pena, ela só vivia no mato de caça e pesca, esses são os pais do meu pai. Minha mãe era bugra. Eu só nega, brasileira **(S.A.C.)**.

Nem sei muito, sou brasileira **(C.d.S.)**.

Eu sou de Lages, sou brasileira **(M.S.C.d.S.)**.

Os meus pais são morenos, todos assim. Meu pai é moreno, esse nego do cabelinho enrolado. Ele é o nego, que o nego é esse, minha mãe também, ela é um pouco mais claro. E nós, os nosso irmãos, nos temos uns mais escuros e outros mais claros **(F.d.C.d.S.)**.

Os pais da minha mãe é uma mistura de alemão da parte do pai e a mãe é bugra. A minha mãe é parecida com a mãe dela. E nós somos uma mistura de pai gaúcho e mãe Catarina **(M.R.C.)**

A realidade sócio-econômica e a esperança de uma vida melhor fizeram essas mulheres “ganhar o mundo”, de um lugar para outro foram deixando para traz sua infância e adolescência. Apesar de muitas vezes pela idade não serem consideradas adultas, as idas e vindas às fizeram assumir responsabilidades de gente grande, foram fazendo sua história.

Eu nasci em Piem – Paraná que é uma cidade do interior e me criei em Agulhas do Sul, lá onde fiz minha juventude, quando tava com meus 20 anos eu fui para Curitiba. Lá eu me encontrei com alguém, primeiro veio o meu companheiro e eu fiquei em Curitiba trabalhando, ele trouxe a menina mais velha e o menino e, aí um mês depois eu vim. Só que eu não gostei, a primeira vez que eu vim não queria ficar aqui, eu voltei para Curitiba, mas daí ele foi lá e disse não você vai te que ir lá para cuidar das crianças. Eu morei 2 anos no centro de Florianópolis numa pensão, a pior da cidade. E aí eu não consegui mais pagar o aluguel porque o meu companheiro vinha de Curitiba pra cá só para me atormenta ele não me ajudar (...) Eu sei que foi um sufoco, depois nós saímos de lá e eu fui obrigada a sair e, aí pra procurar uma casa aonde? Aonde que vou arrumar uma casa pra, não tinha outras condições de pagamento era só o meu salário, tinha criança de escola e tudo mais, só sei que saímos correndo, fomo lá falar com o pessoal da COHAB. O pessoal da COHAB já disseram que nos só podia encontrar uma solução se nos encontrássemos uma pessoa com o nome de Ivone do

CAPROM, que ela podia nos ajudar, foi aonde que a gente se organizou e foi assim que invadimo aqui foi em 29 de julho de 1990 (V.C.C.).

Outra característica da vida dessas mulheres é a mudança freqüente de um lugar para outro, de uma cidade para outra, sempre buscando um emprego, uma renda e melhores condições de vida.

Primeiro bairro que eu me lembro que eu morava lá no Abraão, me criei lá sai de lá tinha uns 6,7 anos de idade, lá em brincava com minhas primas porque nós morava tudo perto assim sabe da família do meu pai. Só que meu pai era muito ruim pra minha mãe, judiava da minha mãe, batia na minha mãe, botava a mãe dormi na rua, pra dentro do banheiro. Minha mãe se mudou e nós fomos pro Bairro Ipiranga, e então no fim nós procurava a rua pra se diverti, sabe chegou um tempo que nós sem necessidade nós saia pedi pão, nos saia pra rua mesmo todo dia e de noite agente apanhando um surra do pai, que o pai não gostava. A mãe que toda vida trabalhou não deixou faltar nada pra nós. Daí depois nós vimo pra cá, daí foi minha adolescência foi pior ainda, a mãe saiu de lá se separou do meu pai e nós viemo morar numa casinha aqui de aluguel (R.R.d.P.C).

Com 13 anos e meio o pai me mandou pra cá, trabalhei de babá na casa de uma mulher, ali eu fiquei mocinha e fui pra Laguna e engravidei, pra dá o nome pra ela foi difícil porque eu era de menor. Em Laguna eu morava num sítio, não era na cidade. Eu voltei pra Florianópolis eu trabalhei numa mulher de babá, lá no centro. Daí eu sai e encontrei a Dóris, fui morar com a Dóris, no Jardim Atlântico, ela e o Marco me assumiram como filha. De lá eles vieram morar aqui perto, na favela Chico Mendes e esse meu marido morava do lado, daí conheci ele e foi que a gente foi morar junto, quatro ano. Depois eu voltei pra Laguna, eu com ele, e fomo trabalha lá, fiquei três ano. Por último voltemo pra Florianópolis, andemo de beco em beco e tamo morando aqui (R.d.C).

Fui pra Porto Alegre, casei tive meus 3 filho me separei. Daí um dia minha mãe ficou invalida na cama, me mandaram me chama e eu vim, em Laguna de volta, ajuntava até coisa do lixo pra dá pra esses filho come, morava com a minha mãe. Daí minhas filhas que eram mocinha vieram trabalhar aqui em Florianópolis e daqui conseguiram serviço pra mim, eu vim embora, trabalhei um tempo e voltei pra Laguna, onde uma doutora fico sabendo e me pegou pra trabalha. Depois disso vim pra Florianópolis de novo e trabalhei numa rede de motel, numa fabrica de alho, aí comprei uma casinha no tempo do 50 cruzeiro aqui nesse chão, onde eu to até hoje (S.A.C)

Nasci em Machadinho e depois eu vim Caçador em Santa Catarina, mas quando eu tinha 13 anos eu conheci o meu marido. De lá depois duns 4 ano nois fomo pra Lages, eu não tinha nada, pagava aluguel, daí nois fomo pra Caçador de novo, ele vivia desempregado parava um pouco empregado mais ele bebia demais daí... Daí viemo de Caçador pra cá, viemos só com os filho, sem nada, eu nem sabia pra onde que ia, daí ele viu uma noticia que era bom de vive. Paremo na casa de uma cunhada não dava certo, na outra não dava certo. Foi aí que nois chegamos aqui era só um banhado, ocupamo enfrentamo policia e tudo. Apareceu uma mulher que tinha umas

maderinha e que, se nois trabalhasse no quintal dela ela dava pra nois, fizemo uma casinha 3 por 4 (C.d.S.).

A precária condição econômica foi fator condicionante para que essas mulheres se submetessem a exploração do trabalho infantil, pois esse se constituía num único meio sobrevivência. Apesar do trabalho pesado e das condições desumanas que muitas delas foram submetidas, todo esse esforço não representou maiores perspectivas de qualidade de vida ou libertação.

Eu sou de Lages, daí eu sempre dizia assim pra minha mãe: Minha mãe, um dia eu vou crescer e quando tiver assim meus 9, 10 ano eu já sou mais grande e eu quero sair daqui. E daí foi uma benção, chegou uma senhora daqui de Florianópolis e ela foi lá, foi lá com muito custo e convenceu ele. Daí depois não deu certo, aí a mulher começou a me massacrar a me fazer de escrava eu já dormia na rua, saí com uma mão na frente e outra atrás. Dormi na praia até eu fica sabendo onde era a rádio e fui lá e consegui emprego em Coqueiros na casa de uma mulher, eu tinha uns 10 ano, limpava tudo a casa, passava roupa até bem tarde da noite, eles chegavam em casa e iam assisti teve e eu tinha que espera eles ir dormi porque eu dormia na sala. Um casal de vizinho via como eu trabalha e tava esgotada e me convidaram pra morar com eles, ali eu fique até que com 15 ano eu conheci um namorado e fugi com ele. Ai vivemo bem, muito bem, 10 ano, nesses anos eu tive 6 filho. Quando casada morei na Procasa, Santos Dumond, Colônia Santana, Abraão. Daí ele me largo e foi quando eu falei com um cara e vim pra cá consegui um terreninho aqui na Santa Terezinha, nessa época as pessoa tava ocupando aqui (M.S.C.d.S.).

Em 1982 eu vim pro Sul, vim pra Porto Alegre com uma amiga minha pra trabalha, depois não deu certo e eu vim pra Santa Catarina, depois foi vindo meus irmãos. Depois de Porto Alegre que eu vim pra Florianópolis, morei no Kobrasol numa casa que eu trabalhava de empregado doméstica, trabalhei uns meses. Depois trabalhei seis anos em Capoeiras, daí depois em 1990 eu vim pra cá e to até hoje (F.d. C.d.S.).

A falta de perspectivas nos seus lugares de origem leva as pessoas mudarem de um lugar para outro, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Eu vim com a mãe porque a minha mãe veio de Porto Alegre pra cuida da minha avó, em Laguna. Viemos passar trabalho porque ninguém ajudava nós e só a mãe mesmo, descascava siri, camarão pra pode dar as coisa pra nós. Daí eu com 14 anos e a minha irmã já com 15 pra 16 anos resolvemos trabalha, aí viemo pra cá pra trabalha. Cheguei aqui já com um emprego arrumado pelas minhas primas. Fiquei 4 anos no mesmo emprego trabalhando de babá. Depois eu arrumei um emprego pra mãe, minha mãe e meus irmão passavam fome. Eu cheguei aqui e fui mora no Jardim Atlântico, depois viemo aqui perto mora num quartinho e depois quando a mãe veio é que a gente ganho esse terreno e foi construindo nossa casinha, com muito sofrimento (M.R.C).

Um terreno, o sonho da casa própria. Assim iniciou-se a luta diária dessas mulheres para a conquista de um local para morarem.

Treze anos em Florianópolis. Agora graças a Deus nessa ocupação a gente ta aqui (Comunidade Novo Horizonte), já 12 ano já mudou muito a nossa comunidade hoje já não é mais a mesma, mudou muito o clima aqui, ele é um clima bastante severo em vista do que a gente tinha no início, que a gente tinha confiança nas pessoas. Aonde ta mudando muito a característica da comunidade, já não é mais aquela comunidade que nós tinha, que era tranqüila, aquela ocupação tudo organizada, tudo no nível, hoje não você olha por aí não dá mais pra acreditar no que participou do início e ta vendo hoje (V.C.C.)

Aqui na Chico Mendes já estou a uns 10 anos. Mora eu, minha mãe, meus irmão moramo tudo por aqui. Morava numa casinha que por causa da fossa estava em área de risco, daí agora eu vim pra cá que e provisório e estou esperando a minha casinha. Graças a Deus. Todas as barreiras ruins que eu tinha que passar eu já passei (S.M.C.).

Fez 19 ano que nos morando aqui, fomo uns dos primeiros moradores aqui (C.d.S.).

Cada uma com sua trajetória de vida unidas em uma comunidade enfrentaram diferentes momentos e situações, assim foram trazendo a família para juntos ocuparem seu espaço. Nessa caminhada os agentes externos tiveram um importante papel na conquista do terreno e da casa própria, dessa forma que o CAPROM é lembrado por todos fundadores das comunidades.

No final de 1989 conhecemo o pessoal do CAPROM, que era Apoio ao Migrante, ai começamo a participa, é que tinha pessoal da igreja, advogado, ai eles davam apoio a esse pessoal que onde não tinha onde mora, que não podia pagá alugel. Aí existia uma ocupação de terra, que aqui no Novo Horizonte foi a primeira comunidade de forma organizada, de ocupação e em 1990 nois era instruido pelo pessoal do CAPROM e nos ocupamo, ai a polícia chego. "O que ta fazendo?" Viemo pra cá que nós não temos aonde mora, então aqui que nós vai ficar". Desde 1990, faz 11 anos (F.d.C.d.S.).

Fazem 12 anos que eu mora aqui. A gente morava assim, não tinha água encanada pra todo mundo, não tinha luz era rabicho, não tinha um tanque, não tinha nada do que tem agora. Era um lugar neutro, perigoso porque naquele tempo tinha muito estupro, era um capão cheio de buraco, um morro (M.R.C.).

O baixo nível de instrução, a conjuntura atual de desemprego, a exploração da força de trabalho, a falta de políticas públicas que garantam a cidadania e os direitos humano faz com que homens e mulheres trabalhem por uma renda insuficiente para uma vida digna. Muitas vezes a sobrevivência depende da solidariedade.

Eu to ali há 4 anos já na firma, contratada com carteira assinada pelo Shopping Itaguaçu como servente. Como eu ta afastada pela pericia eu ganho R\$250,00, mais R\$50 reais que o pai do outro ajuda já dá R\$300,00, com mais que lê ganha R\$130,00, eu faço unha, mas não da pra vive com R\$300,00 com 5 filho, nem com 2 não dá **(S.M.C.)**.

Mora eu, meu marido, minha filha e netinha. E só ele que trabalha, quando chove ele não pode trabalha por ele trabalha com papelão. Ele ganha por dia, nois fizemo uma média de R\$200,00 por mês. A casa a gente não paga aluguel, só paga luz, água e telefone e a comida **(C.d.S.)**.

Com o que eu consigo e o menino tem ajuda do governo pro leite e às vezes eu saio em alguns luga arrecada coisa pra mim. Eu não trabalho, mas to indo buscando alimento através da igrejas. E o pai deles quando falta as coisa ele põe pra dentro de casa. A casa é minha e eu só pago a luz. Hoje não da pra sabe quanto porque eu já to fora, o que entra eu gasto, eu ganho uma cesta básica. Antigamente eu recebia R\$200,00 em dinheiro e R\$100,00 em tique. Daqui um tempo eu vou recebe a bolsa escola das meninas, mas faz pouco tempo que eu to recebendo essa ajuda do governo **(R.C.d.S.)**.

A renda aqui eu já falei mais ou menos assim para vocês é porque meu marido ele trabalha de chapa, o nome da profissão dele é chapa porque eles ficam na BR. Às vezes ele trabalha um dia inteiro por R\$20,00 é muito pouco pra carrega peso o dia inteiro, descarrega geladeira, freezer, soja, mas ele vai, às vezes, não faz nada o dia inteiro e se no final do dia aparece alguma coisa por R\$10.00, 15.00 ele tem que ir. Bota que ganha R\$ 80 – R\$100,00 por mês que esse dinheirinho que entra é pra tudo. Então luz, eu sei que é errado, mas a gente não paga porque é rabicho da mãe, água nunca vem conta, esse dinheiro é mesmo só pra comida **(M.R.C.)**.

Trabalhar fora, cuidar dos filhos, sustentar a casa é a rotina de muitas das mulheres de periferia. A luta pela sobrevivência e a vontade de dividir o fardo com um companheiro. Às vezes do seu lado alguém que lhe dá força, outras vezes sofrem com o abandono, mas ficam com a certeza de que são fortes para enfrentar os desafios sozinhas. A dura realidade da mulher chefe de família, que assumem os

filhos, o lar e o trabalho, se preocupando sempre em não deixar falta nada dentro de casa.

Eu casei com 15 ano, acho que eu tinha 17 ano quando eu engravidei dele e tamo junto até hoje. E antes nois namorava, ele é muito querido pra mim, se não fosse ele eu não sei... **(R.R.d.P.C)**.

Eu casei fiquei 8 anos separei. Hoje eu tenho um companheiro que a gente mora junto a 4 ano, pai do meu menorzinho. Eu prefiro vive só do que mal acompanhada é porque eu sempre fui independente nunca dependi de homem pra vive, pra come, pra pagar minha dividas, dar roupa pro meus filhos. Eu não gosto de depender de ninguém, porque depender de alguém é muito ruim, te que esperar trazer pra gente come é muito ruim **(S.M.C.)**.

Me separei quando meu filho tinha dois ano e hoje ele já tem uns 31ano. Aqui em Florianópolis eu arrumei dois companheiro. Um eu conheci no baile esse morreu eu tava grávida de 3 meses, nós morava junto. Depois arrumei o outro que foi embora **(S.A.C.)**.

Graças a Deu se não fosse ele... então já faz 7 ano que eu vivo com ele que me ajudou a cria as guria, os meus neto, ele ta ajudando, que me dá uma força, ele é pedreiro **(M.S.C.d.S.)**.

Marido eu não tenho, companheiro também não. Porque no tempo que eu tive o filho era só namoro. Então nunca eu, não morei com ninguém, assim não me ajuntei. Porém tem suas paquera, porque a gente (risos) **(F.d.C.d.S)**.

Com 17 pra 18 ano eu engravidei, mãe solteira. Depois de ta morando sozinha uns dois anos, numa pecinha que eu fiz pra mim, que eu conheci meu marido, casei e nós ta construimos a casa **(M.R.C.)**.

Mães solteiras ou casadas, filhos planejados ou não, em fase de crescimento ou adultos, elas continuam batalhando por um futuro melhor, acolhem seus netos e se necessário seus filhos novamente.

O mais velho é Marlon Everton da Silva ele tem 7 anos o outro de 5 anos é o Everson de Souza Silva, dai tem o Cleison que tem 3 anos e tem o outro o Cleiton de 3 anos que são gêmeos e tem o outro que é o Geverson que tem 1 ano e 6 meses **(R.R.d.P.C)**.

Luiz Carlos 33 ano, Alcides 29, Altair 27, Eva 23, Adão 22 e a outra 20 e o Ezequiel tem 18. E, 13 netos **(C.d.S.)**.

Muitas dessas mulheres ficaram grávidas na adolescência. Hoje depois de passarem por tantas dificuldades não querem isso para os seus filhos, mas a história se repete e novamente de maneira precoce seus filhos tornam-se pais.

Ganhei em 1988, mãe solteira. Até, ele não conhece o pai até hoje. Então, quando em vim pra cá ele tinha três anos. Ele tem 14 anos **(F.d.C.d.C)**.

Tem a Monique que tem 14 anos, depois da Monique tem a Treisse que tem 7 anos, depois tem o Peterson que tem 5 anos, depois o Anderson de 3 anos, depois a Éster de 2 anos e a Daiane que é a última que tem 1 ano, fez 1 ano dia 22 de março **(M.R.C.)**.

Todas começaram a trabalhar muito cedo, passaram por situações difíceis ao longo de suas trajetórias ocupacionais. Iniciaram em profissões que não exigia muita qualificação e não era bem remunerada, porque não tinham experiência e nem qualificação.

Com doze anos a mãe morreu e 3 anos e meio o pai mandou nós pra Florianópolis e eu fui trabalhar pra uma mulher de babá, uma mulher que uma irmã minha trabalhou com ela, a mulher tinha dois filhos, eu cuidava deles e ajudava ela na casa. Sempre em casa de família, porque eu não tenho estudo. O que eu queria mesmo é trabalhar em loja, de vendedora, porque eu sou bastante comunicativa, alegre, eu gostaria **(R.d.C)**.

Pra ajuda eu comecei a trabalhar com 11 anos de babá e ajuda limpa a casa, limpa um banheiro, faz uma comida da minha professora de manhã e ela me pagava 1 salário e estudava à tarde na 3 série. Depois ela não pode mais me paga e arrumou outra casa pra mim trabalha, lá eu cuidava do nenê e lavava a roupinha dele **(S.M.C.)**.

Na parte de serviço é bem difícil, deixo vê eu trabalhei, quando eu conheci o Fábio trabalhei. Quando nós namorava, eu trabalhava na Beira Mar eu era domestica, a minha profissão era domestica. Mas por pouco tempo, eu quase não trabalhei, depois que eu tive meu filho eu quase não trabalhei. Trabalhei só 1 ano que daí eu fiquei (...) **(R.R.d.P.C)**.

A primeira ocupação dessas mulheres se limita ao trabalho doméstico, serviços de limpeza, porém, essa ocupação representou a possibilidade de uma vida melhor, de autonomia.

Eu trabalhava na roça, no cabo da enxada, na lavoura desde criança e com 15 ano eu parei de estuda e só trabalhei. Uma vez em Santa Catarina eu

fugi da roça pra trabalhar na cidade passa roupa com ferro a brasa, ária fogão à lenha, eles comiam e eu ficava espiando atrás de uma porta se sobrava eu comia senão, tipo escravidão àquela época. Eu fui me embora pra Porto Alegre, lá me casei tive 3 filhos desse casamento, daí não deu certo porque ele me deixou. Quando o filho mais novo dele ia faze 2 ano eu comecei a trabalha e sempre trabalhando, nunca deixei de trabalhar pra sustenta esses filho e os filho foi crescendo e eu sempre cuidando deles **(S.A.C.)**.

Com 6 ano de idade eu já trabalhava fora, trabalhei em fera livre carregando coisa, limpando e depois já trabalhei nas casa, em loja de ferragem, várias lojinha pra ganha o pão de cada dia. Praticamente tive que trabalha desde criança porque eu rnorava com a minha avó e ela era doente, tinha problema de saúde, era uma vida muito sofrida **(C.d.S.)**.

Toda vida, minha idade de 7 ano eu já comecei a trabalhar, levantava 5 horas da manhã. Que eu tinha que levar café pro meu pai, que meu pai varria rua na época. A gente tinha que buscar lenha, a lenha era muito longe, tinha que faze 2 Km, lavar roupa 2 Km. Cheguei a estudar muito pouco, porque eu não tinha aquele tempo de me dedicar ao estudo e ao serviço. Primeira vez que eu fui trabalhar numa casa, eu tinha 7 ano e não podia nem com o peso da criança. Ai a mulher botava eu sentada, eu cuidava da criança ali, quando eu pra se levanta pra cuidar da criança ele pegava e me botava, num lugar onde era pra mim ficar. E ainda tinha que chegar em casa e tinha que estar com o dinheiro na mão e tinha que ta no horário **(M.S.C.d.S.)**.

Trabalhava na roça plantava e colhia com uns 11 anos. Quem não podia ir na roça ficava em casa cuidando da casa e dos mais novo, tinha que prende os bicho, que meu pai criava ovelha, assim cavalo, cabrito. A gente tinha que ajuda a cuida mesmo, a gente trabalhava pra dedéu **(F. d.C.d.S.)**.

Os anos foram passando, foram adquirindo mais experiências, mas continuam nas mesmas ocupações e com baixos salários, pois são desvalorizadas em relação às outras. Ainda hoje, as mulheres trabalham nas mesmas ocupações em que começaram suas trajetórias ocupacionais. Enfrentam o desemprego, a falta de qualificação e de instrução o que as mantém sem mobilidade social e ascensão econômica.

Eu praticamente faz uns 15 anos que to trabalhando, tive que procurar um serviço procurei um serviço de condominio aonde, só que naquele eu não permaneço até hoje fiquei ali 3 anos, no primeiro, dai depois sai do primeiro e fui lá no segundo, no segundo que já estou a 10 anos e talvez pretendo ficar ali até me aposentar se isso não for difícil pra mim, mas fazer o que **(V.C.C.)**.

Eu não trabalho, meu último trabalho foi de doméstica **(R.R.d.P.C.)**.

Eu sou doméstica, trabalho há 4 anos na mesma casa, olha eles são um amor comigo, o que eu ganho de coisa. Oh! Meu Deus do Céu, como eles são bons pra mim, quando eu digo que eu to sem comida em casa minha patroa me dá coisa pra trazer, me dão roupa e essas coisa aqui dentro de casa eu comprei quase tudo deles, quando ela mudou de casa muita coisa não tinha espaço, aí ela vendeu pra mim por um preço bem baixo, geladeira, forno, fogão (R.d.C.).

O trabalho pesado e o esforço repetitivo desde a infância resultam em sérios problemas de saúde.

Já trabalhei de babá, de doméstica em casa de família, uns bons anos de faxineira, já trabalhei em firma como limpeza, como copeira, como assessorista quem fica no elevados, faxineira, cozinheira na mesma firma na ONDREPSBI, eu era volante daí eu ia quebrar os galhos nos lugares, ganhava fixo, eu fiquei quebrando o galho mais eu não trabalhava todo dia. Tanto que eu entrei na firma 3 vezes, quando eu não queria mais porque estava cansada, esgotada eu saía, nunca completava um ano. Eu não gostava de trabalhar fixo. Hoje eu to na perícia (S.M.C.).

Trabalhei em casa de família, na fabrica de alho, amarra, empacota e vende alho no centro. Trabalhei de cozinheira no restaurante, numa rede de motel lavei piscina, arrumei cama, varri pátio, o dono que era um gringo que me chamava de nega me colocou enche freezer de bebida, eu acho que ele não queria mais que eu trabalhasse, mas eu agüentei. Daí os anos passou, catei papelão, depois catei latinha, trabalhei no jornal Diário Catarinense, vendendo jornal nos ponto de sinaleira pegava sol e chuva, trovoadas, frio. Um dia me pegaram caída na rua, me levaram trabalhar lá dentro do jornal, meu problema era pressão alta por causa do coração, foi indo, fui consultar e levei os papeis para perícia e hoje eu to aposentada. (S.A.C.).

A falta de qualificação e instrução é uma característica da mulher de periferia, sendo assim acabam excluídas do mercado formal de trabalho.

Sempre trabalhei fazendo as coisa pros outro e ganhava alguma ajuda, as pessoas daqui sempre ajudaram muito nos, davam as coisa. Depois que eu casei só trabalhei mesmo na frente de trabalho. Agora por último eu trabalhei na frente de trabalho foi só três meses, mas já deu pra ajuda, foi no que eu mais gostei de trabalhar porque era divertido, fazia gincana, nois ia passear, tinha uma monte de amigo (C.d.S.).

Hoje eu não to trabalhando, mas antes eu saía às 7 da manhã e voltava às 7 da noite e meu emprego case sempre foram de limpeza, hoje quando aperta um pouquinho e eu to boa de saúde eu sai faço umas faxina por aí (R.C.d.S.).

Eu trabalhava de empregada doméstica, hoje eu sou agente de saúde do posto de Capoeiras, mas trabalho aqui na comunidade (M.S.C.d.S.).

Eu to sem emprego, então eu arrumo umas faxinas, só que daí a Monique tem que falta aula pra fica com a pequeninha e não da pra ela fica perdendo aula **(M.R.C.)**.

Ainda quando crianças, as mulheres, começaram trabalhar, logo não foi possível conciliar estudo e trabalho, acabaram abandonando os estudos. Depois veio mais trabalho e responsabilidades, a casa, a família e sem instrução as portas do mercado de trabalho não se abrem, mantendo-as na exclusão.

Olha eu vou conclui o 2º ano, eu to estudando **(V.C.C.)**.

Estudei até a 2ª série **(R.R.d.P.C.)**.

Eu estudei até a 4 série, lá em Caçador, quando eu quis começa estuda mesmo eu já conheci ele e já parei. **(C.d.S.)**.

Na minha infância eu fiz o 1º e o 2º ano a metade porque meu pai não me deixo estuda. Daí em 1998 eu comecei faze o supletivo aqui no SESI aí eu fiz terminei em 1999 e fiz a minha formatura. Hoje eu to fazendo o 1º grau no período do noturno **(R.C.d.S.)**.

Eu tenho três ano de estudo, estudei pouco na infância, graças a esse meu estudo que eu sou agente de saúde, porque eu sei lê **(M.S.C.d.S.)**.

Eu mesmo estudei só até a 2 série, depois começamos a fugir da escola e a mãe tirou **(M.R.C.)**.

No decorrer de suas trajetórias ocupacionais algumas mulheres fizeram alguns cursos, que na maioria das vezes não lhes possibilitou novas oportunidades de trabalho. Esses cursos teriam por objetivo capacitar para o mercado de trabalho ou novos postos de trabalho, mas eles não contemplam a realidade do mundo do trabalho atual.

Vivo fazendo cursinho, tudo que é curso que eu posso fazer aqui na comunidade eu faço. De pintura, crochê, fazer salgadinho, no clube de mães **(R.d.C.)**.

Eu to estudando porque eu quero se auxilia de professora, as vez eu vo lá na creche e ajudo a professora **(R.C.d.S.)**.

Eu tentei fazer um curso que a prefeitura da de auxiliar de enfermagem, mas eu não consegui minha cabeça não dá, porque eu tenho pouco estudo e muita coisa pra se preocupa, daí eu não consegui e pedi pra me tirarem. Agora quero ver se eu faço alguma coisa da computação, um curso que tem aqui no lar Fabiana, vou ver se eu consigo (M.S.C.d.S.).

Eu faço todos os cursos que tem aqui na comunidade eu faço, de pintura, de bijuteria, pintura, crochê, bordado, culinária. Sempre pensando em aprende alguma coisinha pra fazer para vende, porque é um pouquinho, mas já ajuda. A Monique também fez um cursinho de bordado ponto cruz e ela borda toalha de banho e vende, tem uma moça do fórum que ajuda ela a vende (M.R.C.).

O emprego e a falta de emprego são uma constante na vida dessas mulheres.

O que essas mulheres pensam a respeito de sua condição atual no mercado de trabalho?

Eu não tinha problema assim de ta esperando, fazendo ficha 1.500 vez, eu não fazia porque eu procurava mais de imediatamente, assim um serviço, como já se diz, aquele que se diz serviço de emergência. Eu sempre dizia que faxineira era serviço de emergência, que é uma coisa que a pessoa vai ganhar pouquinho, mas tem alguma coisa parra fazer quase todos os dias, então, eu achava que a faxineira é serviço de emergência, é uma coisa que você fazer o serviço e à tarde ta com alguma coisa no bolso. É ai comecei trabalhar com faxina primeiro como provisório, mas até hoje to concluindo 10 anos no mesmo local quem sabe mais uns tempo ainda, não sei (V.C.C.).

Às vezes passa no rádio pra doméstica, mas tem que ter o 1º grau tem que ter não sei quantos anos de referência, às vezes tem muita pessoa que não tem. As vez pra dormi, as vez aparece um bonzinho, mas tem que dormi no serviço, que nem pra uma pessoa que nem eu não dá. Também é ruim a gente arrumar um serviço que tenha que ficar dependendo das pessoas pra pegar as criança da creche, que nem aqui às vezes a gente não tem. Até eu já fui, já bati nas porta de apartamento pedir se não tinha, as vez tão precisando, mas a gente bate na porta eles não querem porque é muita coisa, não tiro a razão deles, às vezes é medo, não tiro a razão deles porque é muita gente, muita coisa, às vezes tem empregada que vão lá e roubam, então eles se sujam e sujam nos também. Por isso que às vezes exigem tanto isso porque é de medo de pega (R.R.d.P.C).

Eu nunca tive problema pra arruma emprego, mas ta muito difícil, ta mais difícil pro homem do que pra mulher. Eles preferem pega uma mulher pra trabalhar do que um homem, porque a mulher é bem mais responsável, bem mais valoriza do que o homem. Mas o homem não admite isso pelo machismo. No lugar que eu trabalho eles preferem pegar mais mulher do que um homem, tanto que as vagas é sempre pra mulher. Antigamente era só o homem, hoje é só a mulher, mulher, mulher. Babá era bom, mas tem criança que é muito chorona. Eu prefiro lidar com público, por isso que eu gosto de fazer serviços gerais. (S.M.C.).

Agora ta difícil pra procurar emprego porque ele perguntam a idade, se a gente tem curso, tem estudo e a gente fica assim pensando eu não estudei. A minha filha sempre diz que vai largar o estudo e eu digo não lague você já esta na 8ª série vai em frente. Também pela idade, porque se a gente vai fazer um curso à gente não sabe muito **(C.d.S.)**.

A minha dificuldade de arruma emprego é por causa que eu dependo muito de médico, aí eu não to indo procurar emprego. Mas, se mais tarde eu for e isso acontece é por que eu já ouvi fala que isso acontece com outras pessoas por causa da nossa comunidade, porque mora em tal lugar, porque as pessoa olham de um modo regular pras pessoas porque acham que quem faz acham que todo mundo é igual então tem que dizer que mora em outra comunidade. A mulher sente mais dificuldade que o homem no trabalho porque ela é discriminada,mas ela continua e os home tem mais facilidade, mas eles são o ta. Mas no outra lado hoje em dia as mulhe tão superando mais, mais do que os home, tão perdendo o lugar. Veja só antigamente só via segurança homem hoje tendo segundo grau e fazendo o curso deles você pode ser segurança. Nos tamo quase acompanhando os homem, tamo superando esse tipo de serviço, hoje em dia a gente escuta fala que se precisa de trabalha de pedreiro ela trabalha. **(R.C.d.S.)**.

É difícil encontra emprego, é porque eu já fui na rádio ali na Gazeta, já fui em firma fazer inscrição, mas nunca me chamaram. O que eles dizem é: preenche uma ficha e fica ali, no caso de abrir uma exceção eles chamam, mas é claro que tem pessoas que eles preferem, aquelas que tem mais estudo, alguma coisa, e eu como não tenho nada pra mim garanti que o meu serviço é bom só eu indo uma primeira vez. Até eu tava fazendo faxina, mas ta bem difícil pra moça me chamar **(M.R.C.)**.

Nesse sentido, quais seriam as políticas públicas de geração de trabalho e emprego que possibilitaria a mobilidade social, a ascensão econômica, flexibilizando os horários de trabalho para compatibilizar com jornada de trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Quanto aos cursos de capacitação oferecidos para qualificar as mulheres de periferia e ao incentivo a volta aos estudos está sendo eficiente e compatível com a realidade do mercado de trabalho.

Apresentamos a seguir, um quadro síntese da amostra de dez mulheres entrevistadas, para demonstrar que as mulheres ingressam no mundo do trabalho em determinada ocupação não apresentam mobilidade social. O gênero feminino padece de políticas públicas que proporcionam a mobilidade social, bem como ainda são discriminadas pela divisão sexual do trabalho.

Para visualizarmos os resultados da pesquisa sistematizamos da seguinte maneira: a faixa etária em que as mulheres entrevistadas tiveram sua primeira ocupação. Por fim, a mobilidade social que essas mulheres atingiram na atual conjuntura.

Primeira Ocupação	Nº de Mulheres	Faixa Etária (ano)	Ocupação Atual	Número de Mulheres	Faixa Etária (ano)
Doméstica	04	06a15	Doméstica	01	25 a 60
Babá	04		Faxineira	01	
Faxineira	01		Serviços Gerais	02	
Serviços Gerais	01		Agente de Saúde	01	
--	--		Desempregada	04	
--	--		Aposentada	01	

Figura 2 – Fonte: Quadro da Autora

Dado a atual condição dessas mulheres de periferia, que nós, equipe do sub-núcleo, vislumbramos as novas formas de organização como alternativa de transformação da realidade da condição feminina no mundo do trabalho. Nessa direção, a Economia Solidária representa a inserção das mulheres num espaço que se opõem à discriminação pela divisão sexual do trabalho.

Nesse contexto, apresentaremos, no próximo item, um grupo de produção como alternativa ao desemprego para as mulheres de periferia.

3.3 O Grupo de Produção Quentinhas das Amigas da Comunidade como alternativa ao desemprego

As iniciativas coletivas pautadas nos princípios da economia solidária rompem com a lógica capitalista porque buscam relações de mercado diferenciadas e solidárias, além de representar novos postos de trabalho (ocupações) independente do crescimento vegetativo da economia. Com esse propósito configura-se a proposta de formar um Grupo de Produção, como forma de enfrentamento coletivo ao desemprego, bem como novas oportunidades às trabalhadoras das comunidades de periferia.

Estudos recentes mostram que enquanto as saídas para o desemprego continuarem sendo enfrentadas através de alternativas de caráter individual não se efetuarão mudanças necessárias, nesse sentido, o trabalho pode ser apontado coletivo apontado como uma alternativa a essa realidade.

Nessa direção, a criação do grupo de produção Quentinhas das Amigas da Comunidade significou uma proposta de inclusão, de reintegração dos excluídos no mercado informal, bem como as chances de mobilidade social. Como já mencionado esse tipo de empreendimento tem caráter educativo onde a produção faz parte de um conjunto de fatores que visam a qualidade de vida, por exemplo, qualificação e instrução, novas formas de organização do trabalho e não exploração.

Essa proposta de empreendimento solidário teve como foco as mulheres porque elas encontram grandes dificuldades para se inserir no mercado formal de trabalho, por causa dos filhos pequenos, da distância e dificuldades de transporte e de conciliar o trabalho com o da creche. Mas também, porque a ocupação das

mulheres de periferia, em sua maioria, se resume ao trabalho doméstico, faxinas, serviços gerais não lhes oferecendo ascensão econômica e nem perspectivas de um trabalho melhor.

Portanto, o grupo de produção, configura-se como uma proposta de geração de trabalho e representa um espaço que se constituiu a partir dos anseios e expectativas das mulheres que irão trabalhar, no mesmo, pois durante todo o processo de formação as mesmas participaram ativamente nas decisões. Ou seja, a formação de um grupo de produção embasado nos princípios da economia solidária almeja que através do trabalho as pessoas sejam incluídas política e socialmente na sociedade, pois o indivíduo ao se reconhecer como sujeito de sua história tem mais chances de desenvolver sua cidadania e visualizar mudanças através da participação.

O grupo de produção que estamos apresentando como alternativa de geração de trabalho e renda encontra-se em fase de implantação, discutiremos no item seguinte o processo de formação, seus pontos negativos e positivos, bem como a falta de apoio e recursos públicos para que o mesmo iniciasse suas atividades.

3.4 Serviço Social no Processo de Formação do Grupo de Produção: uma Abordagem Grupal

Falar do Serviço Social e o processo de formação do Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade requer inicialmente falar sobre o projeto de

extensão “Da solidariedade Comunitária ao Empreendimento Cooperativo”. (ANEXO III)

Em março de 2001, a professora Teresa Kleba Lisboa coordenando o Sub-núcleo Serviço Social e Relações de Gênero elabora o projeto, com os seguintes objetivos:

- Apoiar e assessorar iniciativas orientadas para a melhoria das condições de vida da população moradora em comunidade da periferia de Florianópolis;
- Estimular, apoiar e orientar experiências populares no campo de geração de trabalho e renda principalmente para as mulheres moradoras de comunidade da periferia de Florianópolis;
- Desenvolver métodos de ação participativa que fortaleçam a prática democrática no interior do grupo e com as mulheres que constituirão o grupo de produção;
- Refletir teoricamente sobre a iniciativa e elaborar propostas de políticas públicas orientadas para o apoio e fomento dos grupos de produção;
- Proporcionar às mulheres desempregadas, a alternativa de trabalhar num empreendimento de base comunitária como estratégia de sobrevivência e inserção no mundo do trabalho;
- Buscar o fortalecimento dos laços de união e socialização das mulheres que formarão o grupo de produção;
- Conscientizar as participantes do grupo de produção para a conquista dos direitos capacitando-as para serem sujeitos de sua história;

- Buscar apoio e parcerias para a proposta de criação de um grupo de produção.

Dessa forma, iniciamos a prática de estágio em Serviço Social assessorando a iniciativa das mulheres, primeiramente fazendo o processo de organização/sensibilização para participarem dos encontros, onde discutimos a proposta.

O projeto de extensão e conseqüentemente campo de estágio iniciou na comunidade Santa Terezinha, os encontros eram coordenados pelos membros do sub-núcleo (Teresa, Josiane, Virginia e Mariana). Nesta comunidade foram realizados encontros durante aproximadamente um ano com moradoras interessadas, membros de Associações de Moradores, professores e alunos participantes do ateliê Modelo de Arquitetura, que resultou na elaboração de um projeto com o objetivo de ser enviado a ONG Alemã, chamada LATZ.

Em abril de 2002, uma consultora da LATZ veio à Florianópolis para conhecer as mulheres e mais detalhes da proposta com o objetivo de elaborar um parecer técnico. Atualmente, a proposta está em tramitação na LATZ e no momento aguardamos resposta referente ao apoio financeiro.

No decorrer desse processo fomos integrando as demais comunidades da região do bairro Monte Cristo. Mas, foi nas comunidades Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória que identificamos um grupo significativo de mulheres interessadas em formar um grupo de produção. Entretanto, ao invés de produzirem doces e salgados pensaram produzir comida caseira para vender em marmitas, pois devido às experiências locais acreditavam haver mais mercado se o preço fosse

acessível em relação aos restaurantes. Como aguardávamos a resposta da ONG referente ao apoio financeiro para a Cooperativa de Doces e salgados, decidimos, junto com todas as mulheres envolvidas, iniciar um outro projeto que contemplasse essa outra idéia, buscando assim novos parceiros. (ANEXO IV)

Assim, continuamos mapeando as mulheres desempregadas centrando nas comunidades Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória. O mapeamento era feito pelas mulheres que contavam com a nossa participação, dando início ao processo de organização/sensibilização e convidando-as a participarem das reuniões.

Apoiando-se nas entrevistas realizadas para a pesquisa e conseqüentemente mapeamento, verificamos que a principal questão social apresentada no local é o desemprego conjuntural e estrutural. A demanda de geração de trabalho e renda era semelhante em todo o bairro Monte Cristo, por isso que a iniciativa de formar um empreendimento cooperativo era viável e compatível com as possibilidades e realidade local.

É na proposta da economia solidária que se fomenta o Projeto Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade, que vem responder a demanda de geração de trabalho e renda para as mulheres de periferia excluídas ou em vias de exclusão do mercado de trabalho.

O desafio hoje para os profissionais de Serviço Social é estar atualizado para acompanhar e explicar as particularidades das questões sociais a nível nacional, regional e municipal, pois não é possível construir propostas de mudança de uma realidade que não se conhece.

O projeto, proposto pelas mulheres das comunidades Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória, de formar um Grupo de Produção de Marmitas tornou-se nosso

campo de estágio no período compreendido entre março de 2001 a dezembro de 2002. Este projeto "Da solidariedade Comunitária ao Empreendimento Cooperativo", continuou sendo coordenado pelo Departamento de Serviço Social (DSS) e recebendo apoio do Departamento de Apoio a Extensão (DAEX).

Nesse momento, discorreremos sobre o nosso papel como estagiária de Serviço Social no processo de formação desse grupo de produção.

O contexto sócio-econômico da comunidade em que estamos atuando, bem como a realidade sócio-econômica e cultural das mulheres requer do profissional de Serviço Social competência para propor projetos e intervir na realidade que está inserido, formular e gerir políticas públicas, visando romper com as ações de cunho imediatistas com as políticas públicas fragmentadas de benefícios.

Assim, concordamos com Yamamoto quando diz que cabe ao profissional de Serviço Social "desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo" (1997, p. 8).

Dessa forma, entendemos que a proposta, grupo de produção, firmada nos ideais da economia solidária é a possibilidade de propormos uma política pública de geração de trabalho e renda, que ultrapassa as práticas assistencialistas, porque ao atender a classe empobrecida busca prover a autonomia e sustentabilidade da mesma pelas vias do trabalho.

De acordo com o compromisso ético-político, como futura profissional de Serviço Social, tivemos uma atenção especial com as especificidades locais e regionais dos clientes que demandaram a necessidade deste projeto na área social.

Assim, tivemos no processo democrático e participativo a forma de assessorar essas mulheres na elaboração do projeto Grupo de Produção, visando atender a demanda por ocupação, bem como suas especificidades de gênero, classe, etnia e locais.

O Projeto Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade desenvolvido pelo Sub-núcleo de Serviço Social e Relações de Gênero foi idéia das mulheres. Nesse contexto, iniciamos junto com as mulheres a elaboração de um projeto, também, propomos reflexões sobre o que representa formar um grupo de produção pautado nos princípios da economia solidária.

Quanto à metodologia adotada pela equipe do Sub-núcleo para assessorar essa iniciativa:

- Primeira etapa do projeto consistiu em: através de visitas domiciliares e reuniões divulgar e sensibilizar para a idéia e proposta de criação deste grupo de produção, esclarecendo os objetivos do mesmo; mostrando as vantagens deste tipo de experiência; motivando e convidando as mulheres interessadas a participar. Este processo de conscientização e motivação foi desenvolvido no decorrer de toda a assessoria para formar o grupo.
- Segunda etapa: formado o grupo de mulheres sustentamos toda a prática utilizando a abordagem de grupo como instrumento, sempre trabalhando com a técnica denominada dinâmica de grupo. Realizamos reuniões semanais com as dez mulheres interessadas na criação do grupo de produção, para discutir a proposta, esclarecendo os seguintes itens: o que é e como funciona um grupo de produção, normas, regras, estatuto; quem somos nós, as mulheres que vão formar este grupo; o que significa mulheres unidas

trabalhando coletivamente no mesmo empreendimento, entre outros temas pertinentes ao processo de formar um grupo de produção.

- Terceira etapa: divulgação e sensibilização para a propostas do Grupo de Produção aos possíveis parceiros.

As mulheres protagonistas do Grupo de Produção, aqui caracterizadas como objeto de intervenção da prática do Serviço Social, estão inseridas num contexto de precárias condições de sobrevivência, desigualdades sociais e, principalmente, no que se refere ao mercado de trabalho. Trata-se de trabalhadoras temporárias, não qualificadas, sem instrução, sem carteira assinada, desempregas e não-incluídas no mercado de trabalho. Também, sofrem com a desigualdade de gênero, que é constituída cultural e historicamente, marcada pela divisão sexual do trabalho, opressão, exploração e marginalidade do sexo feminino.

Uma das mulheres é considerada pelo grupo como a coordenadora da proposta, é possível identificar na sua fala como se iniciou a assessoria do Serviço Social no processo de formação do grupo de produção:

Antes de nós se reunirmos eu participei de uma reunião lá na Santa Terezinha, a primeira reunião que participei, depois nós começamos fazer encontro na minha casa, fazer as entrevistas gravadas. Depois eu fui apresentando mais pessoas pra elas (estagiária do projeto), a mesma coisa que elas fizeram comigo faziam com elas (a entrevista). Nessa proposta da cooperativa, sabemos que a gente tem que fazer um projeto, ter um projeto pra poder ter aquela coisa certa (Relatório de Reunião 28.05.2002).

Portanto, apoiando-se no referencial teórico do Serviço Social, que os instrumentos visitas domiciliares, reuniões, observação e a abordagem de grupo foram considerados o mais apropriado para o desenvolvimento da prática, sempre

tendo como eixo de intervenção os sujeitos – mulheres - como capaz de mudar o rumo de sua história, de sua trajetória.

Foi através das visitas domiciliares que nos aproximamos da realidade social das mulheres, que através de conversas informais conhecemos a realidade de cada uma das integrantes, percebendo suas inquietudes, expectativas em relação ao grupo e como elas se vêem e entende sua realidade. Para o Assistente Social a visita domiciliar representa uma prática mais eficiente e eficaz, pois dá subsídios para que intervenha a partir do local, do cotidiano. Nesse sentido, a visita domiciliar contribuiu com o processo de grupo em todos os momentos, seja na resolução dos conflitos ou entendimento das atitudes.

A reunião, também utilizada como instrumental, cria um espaço que favorece e estimula as condições de participação promovendo a possibilidade de autonomia do grupo. Com o objetivo de mobilizar e organizar, propor reflexão sobre a realidade do grupo e avançar no processo de formação do grupo de produção.

Durante toda a prática utilizamos a observação para compreender a realidade, conhecer os fatos, entender as subjetividades, perceber os motivos e causas dos fatos. É um processo mental que possibilita a intervenção técnica.

Portanto, visitas domiciliares, reuniões e a observação foram utilizadas durante toda a prática, por entendermos que são instrumentais que complementam e ao mesmo tempo compõem a abordagem de grupo.

A partir da reconceitualização do Serviço Social a abordagem de grupo passou a ser entendida com uma visão mais crítica de seu significado de intervir na realidade dos sujeitos, não mais como forma alienada de adapta-los ao meio. Apoiamo-nos no conceito de Kisnerman e entendemos que,

O grupo é o recurso operacional dinâmico que o Serviço Social utiliza para o conhecimento e ação, já que permite a investigação de sua própria problemática e a do contexto que está inserido, e a intervenção planejada como sujeito enquanto complexo de indivíduos e interação com determinado objetivo (...) levados de uma passividade receptiva e alienante a uma atitude crítica que lhes permite mediante ao diálogo apreender e interpretar os seus problemas (KISNERMAN, 1980, p. 15).

O grupo é uma produção do contexto sócio-histórico, por isso, seus integrantes se unem mediados por uma tarefa em comum e nas suas relações sociais. Também, pode ser um espaço transformador desde que o coordenador (co-participante ou facilitador) desencadeie esse processo tendo a visão do grupo dentro do seu contexto sócio-histórico.

Assim, a abordagem grupal, possibilitou-nos a contínua ação-reflexão-ação em torno do processo de grupo, desde as visitas domiciliares até as reuniões, dentro do grupo a partir de sua realidade. Para as mulheres significou a construção da proposta de formar o grupo de produção, que em seu processo proporcionou, apesar das dificuldades, a saída do espaço privado para o público. Assumiram papéis no grupo que antes não faziam parte do seu cotidiano, reconhecendo seus valores para superar as próprias limitações.

Ilustramos essa colocação com acontecimentos vivenciados no grupo: Uma das mulheres, a mais extrovertida do grupo, fala que seu companheiro não gosta das suas brincadeiras e por ele estar em casa ela preferia que a reunião não fosse em sua casa. Outra situação, uma participante do grupo diz que seu esposo não gosta muito que ela fique em volta (na rua), mas que ela vem igual nas reuniões. Como também, uma das mulheres desistiu de participar das reuniões pela dificuldade de conciliar o trabalho doméstico e o assalariado e porque seu esposo não gosta que ela saia de casa.

O processo de grupo durante a formação do grupo de produção teve momentos de fluxo e refluxo, entendido na teoria dialética, como um processo que se constitui na ação e reflexão, ou seja, que o grupo ora vive momentos de sensibilização e participação estando seus membros numa fase ativa e ora enfrenta a falta de motivação com pouca participação de seus integrantes, numa fase passiva.

Essa realidade faz parte do universo das mulheres, como podemos constatar nas suas falas: “As mulheres são acomodadas e estão esperando as coisas darem certo”. (Reunião – 25.06.2002); “Eu nem queria vir, porque dá raiva, porque a gente vai na casa das mulheres com aquela alegria e não adianta...” (Reunião - 25.06.2002); cabe ao profissional fazer a mediação para o entendimento das diversas situações que o processo de formação do Grupo de Produção pode enfrentar. Por outro lado, há consciência em relação ao que significa um projeto dessa magnitude como podemos constatar na fala de uma das mulheres do grupo Catarina: “Nunca aconteceu isso na nossa comunidade e hoje está acontecendo e espero que sempre vá em frente...” (Reunião 25.06.2002).

Buscamos nos conhecimentos teóricos-metodológicos o entendimento dos desafios que perpassam a prática, isto é, o entendimento de que através dos instrumentos técnico-operativos pode-se fazer a mediação e intervenção para que o processo de grupo não se dê por encerrado diante das dificuldades, ou seja, internalizar o sentido da práxis. É a leitura da realidade social e das relações sociais que nos possibilita refletir sobre as dificuldades e ausência de políticas públicas de geração de trabalho e renda que atenda a demanda, em específico das mulheres do bairro Monte Cristo.

Também, entendemos que o processo de grupo (abordagem grupal) revela-se um instrumento eficiente para trabalhar as diversas questões externas ao grupo, mas que fazem parte do cotidiano das mulheres, bem como os conflitos internos. Além disso, representa um espaço que no coletivo possibilita trabalhar com a idéia de transformação da realidade.

Nesse sentido, como estagiária de Serviço Social em formação profissional, assumimos a figura de coordenador do grupo, ou seja, co-participante do processo de conscientização. Nessa perspectiva de educação popular o processo de grupo busca o reconhecimento de todos os seus integrantes da sua condição de sujeitos e, por fim, de agentes transformadores.

Buscando priorizar um processo participativo, democrático optamos por utilizar a técnica dinâmica de grupo, também entendida como instrumental técnico-operativo do Serviço Social, que nos possibilitou resgatar a subjetividade de cada participante, bem como atingir os objetivos metodológicos. As dinâmicas de grupo utilizadas e seus resultados serviam-nos de elementos para análise do processo de grupo e seus desafios, ou seja, visualizar os aspectos negativos e positivos do grupo em relação à proposta e as relações pessoais que estavam se estabelecendo.

É relevante deixar claro que a técnica dinâmica de grupo requer do coordenador não só um método de aplicação, mas o acompanhamento e reflexão sobre seus resultados, ou seja, aplicá-la sem objetivos e análises posteriores pode ser geradora de conflitos e angústias, correndo o risco de romper com o processo até então construído. Trata-se de um conhecimento produzido pelos próprios sujeitos que requer ser absorvido e trabalhado, por isso, a necessidade de ter um coordenador preparado, nesse caso com algum conhecimento prévio tanto de psicologia como das ciências sociais.

Também, é importante apresentar sempre para o grupo os objetivos do trabalho que está sendo propostos e após a dinâmica, os resultados proporcionados por este. Por isso é significativo fazer avaliação junto com o grupo para discutir a metodologia. As propostas nem sempre são compreendidas pelas participantes.

Nesse momento propomos algumas reflexões sobre a abordagem de grupo e o uso da técnica dinâmica de grupo. Durante uma das avaliações uma das participantes falou o que pensava das dinâmicas de grupo: “acho interessante às dinâmicas, mas acho que se perde muito tempo que poderia estar sendo usado para conversarmos sobre como vai funcionar o grupo de produção. Até quando vão entrar pessoas novas?”

Nesse momento o coordenador precisa sustentar a proposta metodológica para garantir o processo de grupo (abordagem grupal). Dessa forma, o coordenador procura mostrar a validade das dinâmicas resgatando e interpretando junto com o grupo alguns momentos significativos em que a técnica apresentou-se como facilitadora. Perguntei-lhes se a dinâmica da argila aplicada em outra ocasião não tinha sido uma maneira de nos ajudar a pensar e decidir o nome do Grupo de Produção e que este é o objetivo e a razão de trabalharmos as questões importantes de forma diferente. Mesmo assim é importante que o coordenador abra para o grupo a discussão sobre o uso das dinâmicas de grupo. Por isso propomos que poderíamos pensar juntas o assunto e organização de cada encontro.

Para o coordenador o momento de avaliação é muito importante, porém, sua avaliação deve ser constante em relação aos avanços proporcionados ao grupo pelas dinâmicas. Sendo assim, se o coordenador considerar que o uso desse instrumental apresenta bons resultados deve persistir, nunca perdendo de vista um processo aberto, participante e de qualidade.

Assim, solicitamos às mulheres que participaram no último encontro para refletirem e, conversando umas com as outras, sobre a dinâmica em que *construíram com as mãos como imaginavam o grupo de produção* (espaço, utensílios necessários, trabalho). Para as que não estavam nesse dia expliquei como foi a dinâmica e que a tarefa era imaginarem como seria o grupo de produção. Seguindo o momento em que as mulheres conversaram entre elas, o coordenador propôs uma dinâmica como continuação dessas reflexões.

Nessa direção, a partir desse momento, optamos por discutirmos metodologicamente sobre o uso desse instrumental e o desenvolvimento do processo de grupo utilizando como referencia uma das técnicas de dinâmica de grupo.

A dinâmica desenvolvida, denominada “dinâmica do espelho”, teve por objetivo despertar as mulheres para que elas se reconheçam como os instrumentos mais importantes na a formação do Grupo de Produção, ou seja, elas como as protagonistas dessa proposta. Esta dinâmica consiste no seguinte: Dentro de uma caixa enfeitada é colocado um espelho. O coordenador pede que cada participante vai abrir a caixa se olhar no espelho e retornar ao seu lugar sem falar nada.

As instruções dadas ao grupo pelo coordenador foram as seguintes: Pensando na importância de cada um na formação do grupo de produção, qual é meu papel nesse processo? (minutos para reflexão). Enfatizamos que na caixa está o instrumento mais importante que não pode faltar para a construção do grupo de produção. *Descrevendo a dinâmica: uma a uma dirigiu-se até a caixa abriu a tampa e olhou para dentro e voltou para o seu lugar. Depois que todas olharam o objeto dentro da caixa cada uma falou o que sentiu. Apresentamos algumas das falas resultantes da dinâmica:*

Quando eu me vi ali, a gente se vendo mesmo é que a gente vê que tem coragem e que é possível realizar alguma coisa quando se tem vontade. Olhando ali, eu já via o grupo indo sempre pra frente, eu senti isso. Talvez seja o espelho da vida (M).

Na hora que eu olhei ali pensei assim, a gente se olhando a gente vê a importância que tem a pessoa, porque a pessoa pra gente é como um espelho. Olhando a pessoa a gente vê a sinceridade e como é bom ta junto num grupo de amigas, pra gente formar um grupinho e formar também um trabalho que é muito importante na nossa vida. O espelho reflete a nossa vida, a nossa formação (C).

Eu quando abri e me olhei no espelho eu pensei: realmente é aquilo que a gente falou, que é importante a gente se vê, ter a imagem do trabalho que cada um vai fazer daqui pra frente, quer dizer, é imagem de todos nós, a imagem do trabalho de cada uma, realmente depende do dia-a-dia e do trabalho de cada uma, a coragem (G).

Eu sempre achei, não só me olhando no espelho, o grupo somos nós todas e nós somos as ferramentas principais, porque se não tiver o grupo não adianta ter panela, não adianta ter nada, tem que ter em primeiro lugar nós, o grupo. A amizade e a compreensão de cada um (M).

Uma das mulheres, quando chegou a sua vez, não quis falar do que sentiu ao se olhar no espelho. Mais tarde, algumas mulheres insistiram para que colocasse ao grupo o que sentiu. O grupo perguntou se havia acontecido algo, ela respondeu: "eu nem queria vir, porque dá raiva, porque a gente vai na casa das mulheres convidadas com aquela alegria e não adianta". O grupo entrevistou: "não podemos parar e olhar pra traz, porque assim o grupo não vai andar pra frente". Entendemos por sua fala que estava muito decepcionada com a situação em que o grupo se encontrava, por isso pensava em desistir. Nesse momento, novamente, o grupo entrevistou: "não podia pensar essas coisas, porque o grupo já havia passado por coisa pior, como aquela reunião na Santa Terezinha, naquele momento, fomos com as carteiras de trabalho para começar a trabalhar e, se não bastasse ainda fomos maltratadas". Além disso, "não poderia ficar pensando em quem não vem, porque não quer ou não pode e, sim, pensar em que esta lá lutando como ela".

Assim, iniciamos o processo de trabalho com o produto da dinâmica, falando da importância de recebermos bem as pessoas quando chegam no grupo. Receber as pessoas que vêm a primeira vez como parte do grupo. Que no grupo não existe uma pessoa mais ou menos importante do que a outra, todas são iguais e indispensáveis para que o grupo se mantenha vivo. Retomamos todas as falas refletindo sobre as mesmas, bem como a importância do grupo diante de cada colocação, pois esse é o momento de amadurecimento e fortalecimento do processo de formação do Grupo de Produção.

Nessa situação descrita é possível observar como a técnica dinâmica de grupo é um instrumento que possibilita resolver conflitos, trabalhar as lideranças, a subjetividade dos indivíduos, as relações sociais. O problema que se expressou através da dinâmica poderia não ser trabalhado caso não fosse identificado, o que ocorre geralmente num processo tradicional. Também, possibilitou-nos sentir como as participantes estavam pensando e internalizando o momento vivenciado no grupo e quais os pontos negativos que poderíamos estar trabalhando para avançarmos em direção a autonomia do grupo para a resolução dos seus problemas. Por isso, que as dinâmicas devem ser aplicadas em sintonia com o contexto e/ou momento que o grupo esta vivenciando, não de forma isolada ou estática, sempre tendo como horizonte o que se pretende trabalhar e quais seus objetivos.

Entretanto, a efetiva implantação do projeto Grupo de Produção não depende exclusivamente da vontade e amadurecimento das mulheres em relação aos princípios da economia solidária e sua proposta de geração de trabalho e renda. Para que as mulheres consigam criar o grupo é necessário apoio dos órgãos e recursos públicos e/ou outros setores. Isso não quer dizer que essa proposta depende desses setores para se consolidar, mas que dada à realidade sócio-

econômica dos sujeitos envolvidos, acaba sendo condição essencial para que se realize.

Nesse sentido, o processo de grupo não se resume nas relações internas, pois tem como condição o contexto externo (situação econômica, política, social do País) e as relações estabelecidas com os setores representativos que compõe a sociedade. Por isso, que o profissional de Serviço Social é considerado o mais apto para trabalhar com esse segmento - grupos populares - que se associam para gerar renda e trabalho. Isso quer dizer que durante o processo de formação do grupo trabalhamos essa totalidade de questões que direta e indiretamente fazem parte do cotidiano do grupo.

Nossa intervenção junto ao grupo de mulheres se deu através das atividades de Extensão Universitária (Universidade Federal de Santa Catarina e Departamento de Serviço Social), de acordo com suas diretrizes⁸ e comprometida com as finalidades da Universidade Pública que desenvolvemos esse projeto, ou seja, também podemos nos considerar uma parceria.

De acordo com a realidade brasileira, marcado pela intervenção face ao pauperismo – onde o profissional social desenvolve suas atividades a partir de políticas e programas, faz-se necessário a esse profissional a busca de meios para atender a demanda que lhe chega. Ou seja, não se limitar às normas institucionais, burocráticas e sociais, mas sim, buscar formas de manejar tais limitações. Orientar, informar ou esclarecer em relação aos direitos e as normas institucionais é um dos caminhos, bem como buscar novas parcerias.

⁸ Leis de Diretrizes e Bases Número 9394 de 20 de dezembro de 1996.

Embasados nesse entendimento das capacidades do Assistente Social frente aos mecanismos de controle social, que buscamos diversos parceiros para que o projeto pudesse ser implantado.

Anteriormente, mencionamos que por duas vezes recorremos ao setor responsável pela geração de trabalho e renda da PMF, nesse momento detalharemos como foram esses contatos e reuniões, bem como com os demais, realizados neste período de 2001 a 2002.

Como proposto na metodologia de trabalho, a terceira etapa consiste em divulgar e sensibilizar para a proposta os possíveis parceiros, entendidos por nós como: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Associações de Moradores e outras Associações atuantes na comunidade, Igrejas com projetos na área social, instituições e entidades que integram o chamado terceiro setor e que possam contribuir de alguma forma com o projeto.

Assim, apresentamos a proposta do Projeto Grupo de Produção para a ONG Fé e Alegria e a Associação dos Amigos da Chico Mendes, que não dispunham de recursos financeiros, mas, colaboraram na divulgação da proposta ajudando-nos no convite/sensibilização das mulheres a participarem das reuniões, já que desenvolvem projetos com as crianças, adolescentes e famílias (Relatório de Reunião 28.05. e 03.07 de 2002). Da mesma forma, apresentamos a proposta para a Associação de Moradores Chico Mendes, Associação de Moradores da Nossa senhora da Glória, Associação de Moradores do Monte Cristo e as pessoas envolvidas no processo de formação do Conselho Comunitário das Comunidades do Monte Cristo, que se mostraram solidários em relação à proposta.

Após essa articulação com os representantes e líderes comunitários e alguns agentes externos que atuam na comunidade, iniciamos os contatos com as

entidades que poderiam ser parceiros com recursos financeiros. O primeiro parceiro foi o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC), trata-se de uma entidade com fins sociais que desenvolve cursos de capacitação, sendo assim, ficaram responsáveis pelo curso de culinária direcionado aos objetivos da proposta Grupo de Produção de Marmitas (Relatório de Reunião 20.05.2002).

O próximo passo, talvez o mais importante, foi apresentar a proposta a PMF por dois motivos: a existência da Gerência de Geração de Renda e Trabalho que desenvolve projetos nestas comunidades; o Projeto Chico Mendes desenvolvido pela PMF com expressivo financiamento do BID; e sua representatividade no CETE e CMTE. Vale salientar que nas rubricas do Projeto do BID constam valores para financiar projetos ligados a geração de trabalho e renda principalmente com mulheres (Relatório de Reunião 03.07.2002).

Inicialmente apresentamos a proposta do grupo de produção a uma das Assistentes Sociais do Projeto Chico Mendes/ Habitar Brasil/BID, como encaminhamento desta, foi o possível agendamento de uma reunião com a Secretária Municipal da SHTDS, naquela ocasião Maria Eduvirges, através de um ofício via Departamento de Serviço Social UFSC. (Relatório de Reunião 03.07.2002)

Em 17 de julho de 2002, recebemos a resposta do ofício encaminhado a SHTDS, marcando uma reunião com a coordenadora e equipe da Gerência de Geração de Renda e Trabalho. Nós, equipe do sub-núcleo, e algumas mulheres representando o grupo fomos à reunião solicitando os seguintes itens: recursos financeiros; apoio técnico para acompanhar e assessorar o grupo; incorporação dessa proposta aos projetos de geração de renda que seriam desenvolvidos pelo Projeto Chico Mendes; e principalmente, um espaço físico para que o grupo iniciasse

a produção. Nesta ocasião, colocamos algumas sugestões de lugares que poderiam ser destinados a essa proposta desde que a PMF apoiasse com recursos.

Porém, no momento, 2002, o Projeto Chico Mendes no que se refere à geração de renda tinha alguns projetos em fase inicial na comunidade Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória, cito: o Projeto Central de Serviços (Banco de Emprego) e o Projeto Capacitação – locados para reinserir as pessoas no mercado formal de trabalho; e, o Projeto Incubadora de Cooperativas e Empreendimentos que aguarda a construção do espaço físico, previsto para início de 2003, para iniciar o processo de formação e assessoria as iniciativas. Por enquanto nas referidas comunidades não tem muitas informações a respeito, a priori não há nenhum processo de sensibilização ou participação em relação ao mesmo.

Este último, a princípio, parecia contemplar nossa proposta, no entanto, refere-se a cursos temporários onde as pessoas após o término podem trabalhar individual ou em grupo por um período de três a seis meses. Ou seja, após esse período a pessoa precisa procurar outro lugar, pagar aluguel, manter o estabelecimento sem nenhum apoio institucional se pretende continuar trabalhando na mesma atividade.

Recorremos também a Ação Social Arquidiocesana (ASA), que através do Mini-Projetos Alternativos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Regional Sul, apóiam projetos de geração de renda na área de Iniciativas Cooperadas, a partir da devolução de Fundo Rotativo até o valor de R\$5.000,00. Apresentamos o projeto para a Assistente Social da ASA, Maria Dolores Thiesen, que esclareceu algumas das exigências da entidade e nos entregou um roteiro padrão de elaboração de projeto. Segundo a Assistente Social, devido ao saldo do fundo rotativo e de algumas iniciativas fracassadas a proposta apresentada a ASA

não foi aprovada. Mesmo assim, a entidade se colocou disposta a formar parceria. A princípio a ASA esta assumindo a administração do Lar Fabiano de Cristo, neste local há uma cozinha mobiliada e, nos fundo do terreno, um galpão abandonado que poderá ser reformado para abrigar a iniciativa do Grupo de Produção, as negociações estão abertas (Relatório de Reunião 06.08.2002). Em todos os encontros com os possíveis parceiros a presença das mulheres era algo que recebia atenção especial, eram formadas comissões que representavam o grupo, pois dessa forma conseguíamos incentivar e desenvolver a autonomia e auto-estima dessas.

Porém, o grupo de mulheres encontrava-se num momento delicado em relação à assiduidade nas reuniões comprometendo o processo de formação do grupo de produção. A possibilidade de parceria com a ASA foi levada, através da comissão, ao grupo que no momento estava composto por 04 mulheres. Era preciso retomar o processo de grupo com a participação massiva de todas as mulheres que se interessavam pela proposta. Dessa forma, o primeiro passo foi agendar o curso de culinária oferecido pelo SENAC, para isso, nós, durante três semanas divulgamos o curso e motivamos as mulheres a participarem do mesmo.

Devido o momento vivenciado pelo grupo, percebemos a necessidade de motivá-las, porque diante da possibilidade de estabelecer uma parceria com a ASA seria decisivo fortalecer o grupo e capacita-las imediatamente. Por isso, decidimos em reunião, com as mulheres que se mantinham participando, abrir as inscrições para o curso de culinária estendendo para as demais moradoras interessadas. Assim, em reunião elaboramos, junto ao SENAC, o cardápio a ser ministrado, dias e horários e, carga horária do curso.

O curso foi realizado no Centro Comunitário do Bairro Monte Cristo, no período de 13 de novembro a 20 de dezembro de 2003, iniciou com 20 mulheres

sendo que 15 concluíram e receberam o diploma. O curso foi dividido em duas etapas: preparo dos alimentos; e, higiene e cuidados com os alimentos. Ministrado pelas professoras do SENAC, com o objetivo de preparar marmitas para a comercialização.

A realização do curso de culinária só foi possível graças à aprovação do Projeto enviado ao Pró-Extensão (2002) e parceria com o SENAC que assumiu todas as despesas com honorários dos professores. O recurso do Pró-extensão foi utilizado para realizarmos a compra dos equipamentos e utensílios de cozinha e alimentos para serem manipulados no curso de culinária.

Durante todo o curso de capacitação a equipe do sub-núcleo acompanhou o grupo sempre tendo em vista a sensibilização e motivação para a proposta de formar um empreendimento de produção. Nessa prática, procuramos historiar todo o percurso do grupo de produção até resultar no curso de culinária, bem como as possibilidades de parceria com a ASA. Como trabalhamos na perspectiva de autonomia e participação procuramos motivar as mulheres a formarem uma comissão para conhecer o local onde poderá ser criado o grupo de produção de marmitas. Ao término do curso algumas mulheres mostraram-se interessadas em conhecer o espaço do Lar Fabiano de Cristo decidiram que entrariam em contato com a Assistente Social do local e com a equipe do sub-núcleo.

A assessoria do sub-núcleo de Serviço Social e Relações de Gênero prossegue no corrente ano de 2003, porém, a experiência de estágio obrigatório encerrou com o curso de culinária em dezembro de 2002.

Nessa direção, abordaremos os limites e dificuldades da assessoria realizada até o momento, bem como os pontos positivos e negativos.

Ao mesmo tempo em que surgem novas possibilidades para o grupo de produção tornar-se realidade, o mesmo encontra-se num momento de refluxo, como já mencionado, desencadeado pela desmotivação que entendemos como característica do longo processo vivenciando neste 18 meses (março de 2001 – agosto de 2002). Também, porque muitas das mulheres desempregadas conseguiram ocupações temporários (faxinas, frente de trabalho) o que as afastou das reuniões do grupo.

As mulheres - sujeitos da proposta - são responsáveis pelo sustento da casa e/ou complementação da renda e não podem recusar uma ocupação temporária para dedicar-se a um empreendimento sem perspectiva de renda em curto prazo.

A falta de apoio institucional e condições para estimular esse tipo de iniciativa dificulta a formação do empreendimento, pois esbarra na burocracia dificultando o acesso a recursos públicos.

O processo de grupo ainda não resultou na formação do grupo de produção, porém, desenvolveu em cada participante o espírito do coletivo, da organização e participação, como percebemos em seus depoimentos. Foi uma experiência rica em termos de transformação social, pois as reflexões sobre seu cotidiano, seu compromisso social com a sociedade e do Estado em relação a elas, foi tomando forma nas ações práticas do dia-a-dia, algumas participaram de reuniões que estavam acontecendo na comunidade com os candidatos a Deputado Estadual, eleições 2002, a fim de apresentar a proposta, entretanto, perceberam que "eles só vem com promessas".

Mesmo que o grupo de produção não se realize nesse período temos a certeza de que foi uma iniciativa significativa, que na primeira oportunidade ganhará

força, também, nos preocupamos com o entendimento das mulheres sobre a nossa prática e seus limites.

O Grupo de Produção encontra-se num momento que vislumbra através da parceria com a ASA conseguir o espaço físico (cozinha) para iniciar suas atividades, sendo assim, tem grandes chances da proposta se concretizar, entretanto o projeto pelo qual o sub-núcleo assessora essa iniciativa tem seus limites institucionais, por isso, é essencial que tenha um profissional de Serviço Social acompanhando o processo de formação e de trabalho do grupo.

A PMF tem que ser novamente mobilizada, pois entendemos que a Gerência de Renda e Trabalho da Prefeitura Municipal dispõem de profissionais para assessorar esse tipo de iniciativa. Além disso, a PMF através da SHTDS é secretaria executiva do CMTE, com isso, pode mobilizar recursos do FAT via BNDES para financiamento do empreendimento, bem como através dos recursos destinados a geração de renda do Projeto Chico Mendes/BID, apoiando financeiramente o empreendimento na compra dos equipamentos.

Porém, todo o processo que foi desenvolvido até aqui foi muito intenso, tanto para nós equipe do sub-núcleo como para as mulheres, tentando superar as dificuldades e limites dentro das nossas percepções da prática profissional.

Trabalhar com os princípios da economia solidária no âmbito teórico apresenta-se como uma alternativa de geração de trabalho e renda que perpassa a construção da cidadania e transformação social, no entanto, na prática a teoria se esbarra nas diferentes culturas; no controle social; na contradição de classes; na ideologia dominante; na falta de políticas públicas eficientes; na não transparência em relação à administração dos recursos públicos; e, entre outras infinidades de entraves que nos deparamos no decorrer dessa trajetória.

Tentando sempre garantir uma prática comprometida com os princípios éticos e políticos da profissão, coube a nós buscar caminhos que extrapolassem o espaço comunitário que estávamos inseridos. Sabemos que o social, comunitário e o popular em nosso País se restringem as políticas públicas que se apresentam como compensatórias em relação a complexibilidade do trabalho social.

Na busca por alternativas fora do espaço comunitário demonstramos maturidade em relação ao processo de grupo proposto e sustentado no decorrer da nossa intervenção, outras vezes, nos faltou experiência e conhecimentos mais aprofundados de como poderíamos desenvolver a nossa prática. Talvez uma das nossas maiores falhas nesse processo tenha sido em relação à própria política pública de trabalho e emprego, pois não recorremos ao CMTE, nos limitamos a PMF que também na limitação do trabalho social, nada pode fazer. Também não conhecemos a fundo as diretrizes e metas em que consiste o Projeto Chico Mendes, pois diante dele poderíamos ter reivindicado uma parceria mais efetiva por parte da Gerência de Renda e Trabalho.

Porém apesar de todos os limites que o estágio apresentou, dado a distância física e espacial da comunidade em relação à Universidade e pela complexibilidade que essa iniciativa representa, tenho a certeza que todo o processo de formação profissional que resultou neste trabalho de monografia oportunizou construir a minha identidade como futura assistente social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, atualmente apresenta os maiores índices de desaceleração da economia, desemprego, pobreza, exclusão social, desigualdade social de todos os tempos, devido as grandes transformações econômicas, sociais e políticas desencadeadas num contexto global e hegemônico do capitalismo contemporâneo.

Vivemos um modelo de Estado, que permite ao sistema capitalista via mercado se auto-regular, onde o econômico esta em detrimento do social, marcado pela oposição ao sistema de proteção social e permitindo apenas intervenção face ao pauperismo.

Nesse contexto, o Assistente Social é o profissional que trabalha com as questões sociais, entre outras, as referentes ao mundo do trabalho – má distribuição de renda, desigualdades e exclusão social. São as políticas públicas que objetivam minimizar a questão social. Assim, a política pública de Geração de Trabalho e Emprego se propõe inserir os sujeitos sociais no mundo do trabalho, para que possam prover suas necessidades básicas.

A Política Pública de Geração de Trabalho e Emprego assumida no Brasil a partir do ano de 1990 apresentou-se como um avanço por ter caráter tripartite, paritario e deliberativo que permite a participação dos atores e grupos sociais. No entanto, precisa de ajustes, sendo a descentralização um dos pontos a ser revisto, para que seja efetiva precisa dar autonomia para o planejamento dos programas em cada esfera pública.

Esta política no âmbito da administração municipal de Florianópolis é planejada de maneira que vislumbra novos caminhos, apesar das limitações em

relação à gestão municipal, apostam novas formas de geração de renda através de cooperativas, associações e grupos de produção, porém, a demanda do município é muito maior que a atendida. Apesar dos grandes projetos que recebem financiamentos do Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento Social a geração de renda no município ainda não é expressiva. Cabe ao profissional de Serviço Social trabalhar como mediador entre a política desenvolvida e as demandas populares, dessa forma, os projetos sociais que contemplam a geração de renda podem servir como aliando no desenvolvimento de uma política efetiva e eficiente.

Nessa direção, avaliamos nosso trabalho com o grupo de mulheres. Apesar de todas as dificuldades, entraves e limites que fizeram parte da nossa prática, acreditamos que a economia solidária apresenta-se como um dos caminhos mais viáveis para gerar trabalho e renda. Superar a competição do mercado vista pela solidariedade. Este é o desafio!

Porém, temos a clareza que é indispensável o apoio público, pois os sujeitos demandantes – excluídos socialmente – não têm nenhuma possibilidade de autogerir essa iniciativa.

Da mesma forma, apostamos na importância de políticas públicas elaboradas sob a perspectiva de gênero, pois dada às mudanças na função social da mulher, seja no trabalho ou na renda familiar, é indispensável à existência de políticas que contemplem tais transformações.

Assim, a proposta Grupo de Produção como alternativa ao Desemprego além de possibilidade de gerar renda respeita e contempla a perspectiva de gênero em seus princípios.

Entretanto, o processo de Formação do Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade apontou algumas dificuldades que não foi possível superar, pois o espaço comunitário não tem acesso fácil aos recursos públicos. Por isso, diante da experiência vivenciada entendemos que para esse tipo de iniciativa é indispensável desenvolver vínculos com os órgãos públicos e grupos sociais, pois são reconhecidos legalmente e representam maior legitimidade e perspectivas no que se refere ao apoio financeiro e no âmbito das políticas públicas.

Assim, a experiência vivenciada representa, então, mais um campo de atuação para o profissional de Serviço Social, por ter nos seus conhecimentos teórico-metodológicos e sua capacitação através dos instrumentais técnico-operativos a habilidade de mediação, de propor políticas e as estratégias para realizá-las, capacidades específicas para estimular a participação e autonomia dos usuários.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. & JORGE, A. & SORJ, B. **Projetos de Geração de Renda para Mulheres de baixa renda**. IN: PROPOSTA/FASE, Rio de Janeiro, março/maio 1977.

ARANGO, Luz Gabriela. Família, Trabajo y Identidad de Género: analogias y contrastes entre dos categorías socio-profesionales em América Latina. In: **Gênero e Trabalho na Sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, p.169. (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do trabalho).

AUED, Bernadete W. (org.). **Educação para o (Des) emprego**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BORTOLUZZI, JOSIANE. **Relatórios de Estágio Curricular Obrigatório**: processo de formação do Grupo de Produção – Quentinhas das Amigas da Comunidade, 2002. Digit.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. 1º Ed. Campinas – SP: Ed. 34, 2000, p.13.

CÂMARA, Cristina e CAPPELLIN, Paola. Gênero, Trabalho e Cidadania nos Anos 90: contribuir para atualizar o referencial teórico. In: **Gênero e Trabalho na Sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, p. 333.(Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do trabalho).

CARVALHO, Maria do Carmo A. & RIBEIRO, Matilde (org.). **Gênero e Raça nas Políticas Públicas**: experiências em Santo André – SP. São Paulo: Polis nº 39, 2001.

CHAVES, Luiz Carlos. **O Conselho Municipal de Trabalho e Emprego e a Participação Popular em Florianópolis**: conflito e Luta Política. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 2001.

COELHO, Clair Castilhos. Gênero e Políticas Públicas. In.: **A Integração Política da Mulher na Esfera Pública: curso de capacitação política para mulheres**. Escola do Legislativo do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 36.

HIRATA, Helena. **Reestruturação Produtiva, trabalho e relações de gênero**. In: Estudos del Trabajo (Gênero, Tecnologia e Trabalho). São Paulo, ALAST, ano 4, n.7, 1998.

HIRATA, Helena e DOARÉ, Hélène Le. Os Paradoxos da Globalização. In: **O Trabalho das Mulheres: tendências contraditórias**. Cadernos Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Debate CRESS-CE. Fortaleza: 1997.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996**. Brasília: PNUD, 1996.

LESBAUPIN. Ivo. **Poder local x Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis, R.J: Vozes, 2000.

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da Economia Popular Solidária. In: **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS**. Salvador: Setembro/Outubro 2000, nº 189.

LOPES, Marta Julia; MEUER, Dagmar Estermam & WALDOW, Vera Regina. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas – Série Enfermagem, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**: Petrópolis, R.J: Vozes, 1997.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, outubro de 1999.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação Produtiva, Qualificação e Relações de Gênero. In: **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. 1º Ed. Campinas – SP: Ed. 34, 2000, p.171.

PASSOS, Simone Aparecida. **Formação de Empreendimento Produtivo no âmbito da Política Pública: relato de uma experiência**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, William César Castilho. **Dinâmica de Grupos Populares**. 7ª Ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 1991.

REVISTA EMPREGO E RENDA. Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos – DESEP/ Órgão da CUT. São Paulo, nº 3, maio de 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para Viver**: os Caminhos da Produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

SEMINÁRIO REGIONAL SUL FLORIANÓPOLIS/SC. **Formação de Formadores em Políticas Públicas de Trabalho e Renda**. Florianópolis, maio de 2000.

SERRA, Rose (org.). **Trabalho e Reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez: Rio de Janeiro: Petres – FSS/UFRJ 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: **Cartilha IFAS**. Estar junto pode ser o segredo: economia solidária será que eu sei o que é isso. Cidade, 2002.

SPOSATI, Aldáiza de Oliveira, FALCÃO, Maria do Carmo & TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os Direitos (dos desassistidos) Sociais**, 3ª edição, São Paulo: Cortez, 1995.

ANEXO I – Plano de Governo “Governo Por Toda Santa Catarina” - Programa Berçário de Empreendimentos Produtivos Populares e Solidários.

GRUPO	PROJETO Nº	TÍTULO DO PROJETO	AÇÃO Nº
INCLUSÃO SOCIAL	01	INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DESCRICÃO DA AÇÃO	
"BERÇÁRIO DE EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS"			
ETAPA 1: ARTICULAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS, TÉCNICOS, INSTITUCIONAIS, CONSELHOS DE DIREITO E COMUNITÁRIOS, GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS RELACIONADOS COM A TEMÁTICA DO PRESENTE PROGRAMA			
AÇÕES:			
1. DIAGNÓSTICO DOS ATUAIS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DA SECRETARIA ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA - SINIF			
2. SENSIBILIZAR AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS A CONSTITUIREM O SEU PROGRAMA "BERÇÁRIO DE EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS", PROMOVENDO UM PACTO SOCIAL MUNICIPAL VISANDO A INCLUSÃO SOCIAL, VIA A GERAÇÃO DE TRABALHO COM RENDA DIGNA			
3. ALOCAR RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, BNDES, BADESC E BRDE PARA A REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE CAPACITAÇÃO ARROLADOS NESTE PROGRAMA.			
4. PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA: FOLDERS, CARTILHAS, RECURSOS ÁUDIO VISUAIS, A SEREM DISTRIBUÍDOS À SOCIEDADE CARIANINENSE			
5. ARTICULAR COM O PRESENTE PROGRAMA, AS AÇÕES ASSISTENCIAIS DE COMBATE À FOME EXISTENTES NOS ÂMBITOS MUNICIPAL, REGIONAL, ESTADUAL E FEDERAL DE TRABALHO E EMPREGO MUNICIPAIS E ESTADUAL.			
7. REALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TANTO A NÍVEL MUNICIPAL QUANTO REGIONAL;			
8. REALIZAÇÃO PRELIMINAR DE ESTUDO/DIAGNÓSTICO SÓCIO ECONÔMICO A NÍVEL LOCAL, MUNICIPAL E REGIONAL PARA SUBSIDIAR AS AÇÕES INICIAIS DO PRESENTE PROGRAMA (IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO SOCIAL A PARTIR DOS MAPAS DE EXCLUSÃO SOCIAL EXISTENTES);			
RESULTADOS PREVISTOS			OBSERVAÇÕES
1. REALIZAÇÃO DE DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS (293) DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS;			1. AS PRESENTES AÇÕES SE INSEREM NUM PROGRAMA COM ETAPAS METODOLÓGICAS E PROJETOS, EM ANEXO A ESTE DOCUMENTO
2. REALIZAÇÃO DE VINTE E CINCO (25) DIAGNÓSTICOS REGIONAIS;			
3. REALIZAÇÃO DE DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS (293) PLANEJAMENTOS PARTICIPATIVOS;			
1. FORTALECIMENTO DOS DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS (293) CONSELHOS MUNICIPAIS DE TRABALHO E EMPREGO;			
3. INCLUSÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE SANTA CATARINA (FAMESC) NO PROCESSO DE GESTÃO PÚBLICA VOLTADA PARA A INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHADOR E RENDA;			
3. INCLUSÃO DE VINTE E CINCO UNIÕES MUNICIPAIS DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO PROCESSO DE GESTÃO PÚBLICA VOLTADA PARA A INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA;			
1. INCLUSÃO DE MIL E QUINHENTAS (1500) ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE SANTA CATARINA NO PROCESSO DE GESTÃO PÚBLICA VOLTADA PARA A INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA;			
1. LEVAR AO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO CATARINENSE EM IDADE DE TRABALHO (APROXIMADAMENTE TRÊS MILHÕES DE CIDADÃOS) O PRESENTE PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL.			
1. AUMENTO DOS RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT) DESTINADO AO ESTADO			
CUSTO ESTIMADO TOTAL DOS RECURSOS DESTINADOS AO PRESENTE PROGRAMA PARA O ANO DE 2003 É DE QUATORZE MILHÕES DE REAIS (R\$14.000.000,00)		DURAÇÃO (MESES)	PERÍODO 2003/2006
ORGÃO INDICADO PARA EXECUÇÃO			SECRETARIA ESTADUAL QUE VIER A DESENVOLVER O PRESENTE PROGRAMA

ELABORAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO		ACÇÃO Nº
GRUPO INCLUSÃO SOCIAL	PROJETO Nº 02	TÍTULO DO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DESCRIÇÃO DA AÇÃO
"BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS"		
ETAPA II - APROXIMAÇÃO FÍSICA E MOBILIZAÇÃO SÓCIO COMUNITÁRIA VOLTADA PARA A GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SÓCIO COMUNITÁRIOS SOLIDÁRIOS, PRÓPRIOS PARA CADA ÁREA OU REGIÃO GEOGRÁFICA.		
AÇÕES:		
1. AMPLIAR/REORGANIZAR O QUADRO DE ASSISTENTES SOCIAIS E TÉCNICOS AFINS, DA SECRETARIA ESTADUAL, ARTICULANDO-SE COM AS PREFEITURAS MUNICIPAIS PARA OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SÓCIO COMUNITÁRIA;		
2. REALIZAÇÃO DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA SOCIAL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, BEM COMO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, EM ESPECIAL ASSISTENTES SOCIAIS E TÉCNICOS AFINS (METODOLOGIAS DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA VOLTADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA);		
RESULTADOS PREVISTOS		OBSERVAÇÕES
1. MOBILIZAR E CAPACITAR A TOTALIDADE DOS QUADROS DE ASSISTENTES SOCIAIS E TÉCNICOS AFINS PARA AS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SÓCIO COMUNITÁRIA;		AS PRESENTES AÇÕES SE INSEREM NUM PROGRAMA COM ETAPAS METODOLÓGICAS E PROJETOS, EM ANEXO A ESTE DOCUMENTO.
1. ESTIMADO TOTAL DOS RECURSOS DESTINADOS AO PRESENTE PROGRAMA PARA O ANO DE 2003 É DE QUATORZE MILHÕES DE REAIS (R\$14.000.000,00)	PERÍODO 2003/2006	ÓRGÃO INDICADO PARA EXECUÇÃO SECRETARIA ESTADUAL QUE VIER A DESENVOLVER O PRESENTE PROGRAMA

ELABORAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO		ACÇÃO Nº
GRUPO INCLUSÃO SOCIAL	PROJETO Nº 03	TÍTULO DO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DESCRIÇÃO DA ACÇÃO
“BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS”		
TAPA III - IDENTIFICAÇÃO, ATRAVÉS DE PESQUISA DE CAMPO (PESQUISA PARTICIPANTE) DO POTENCIAL OCUPACIONAL PRODUTIVO E DO CONSUMO LOCAL, MUNICIPAL, REGIONAL E ESTADUAL DA COMUNIDADE EM FOCO. MAPEANDO PESSOAS E EMPREENDIMENTOS ALVO DO PRESENTE PROGRAMA		
ACÇÕES:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARTICULAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES, PREFERENCIALMENTE AS PÚBLICAS, FEDERAL E ESTADUAL, PARA O DESENVOLVIMENTO APRIMORAMENTO METODOLÓGICO DO BANCO DE DADOS COMUNITÁRIO 2. ARTICULAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INFORMACIONAL E LOGÍSTICA DO BANCO DE DADOS 3. REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS PARA MANEJO/OPERAÇÃO DO BANCO DE DADOS, DESDE A ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ATÉ A ELABORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA. 		
RESULTADOS PREVISTOS		OBSERVAÇÕES
<ol style="list-style-type: none"> 1. ELABORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS (293) BANCOS DE DADOS MUNICIPAIS; 2. ELABORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE VINTE E CINCO BANCO DE DADOS REGIONAIS 		AS PRESENTES ACÇÕES SE INSEREM NUM PROGRAMA COM ETAPAS METODOLÓGICAS E PROJETOS, EM ANEXO A ESTE DOCUMENTO
JUSTO ESTIMADO TOTAL DOS RECURSOS DESTINADOS DO PRESENTE PROGRAMA PARA O ANO DE 2003 É DE JATORZE MILHÕES DE REAIS (R\$14.000.000,00)		ORGÃO INDICADO PARA EXECUÇÃO SECRETARIA ESTADUAL QUE VIER A DESENVOLVER O PRESENTE PROGRAMA
DURAÇÃO (MESES)		PERÍODO 2003/2006

ELABORAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO		ACÇÃO Nº
PROJETO Nº	TÍTULO DO PROJETO	
04	INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO		
<p align="center">"BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS"</p> <p>MAPA IV - CAPACITAÇÃO OCUPACIONAL, PRODUTIVA E PROFISSIONAL DOS MEMBROS DA COMUNIDADE, A PARTIR DOS DADOS DO RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA DE CAMPO.</p>		
<p>CÓD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MOBILIZAR AS ESCOLAS TÉCNICAS, OS COLÉGIOS AGRÍCOLAS E AS ENTIDADES LIGADAS AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE, PARA PARTICIPAREM DO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL. 2. ALOCAR RECURSOS DO FAT PARA OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DEFINIDOS A PARTIR DA PESQUISA DO POTENCIAL, DOS MORADORES E PESQUISA DO POTENCIAL DE CONSUMO DOS BENS/SERVIÇOS ENVOLVIDOS. 3. ARTICULAR RECURSOS FINANCEIROS DE FONTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA FINANCIAMENTO DOS REFERIDOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES. 4. PROPOR AO CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO E EMPREGO DE SANTA CATARINA (CETE/SC), E NA CONTINUIDADE AO CONSELHO DELIBERATIVO DO FINIJO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT), UMA POLÍTICA DE USO DOS RECURSOS DO FAT PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ONDE O REPASSO DOS RECURSOS SEJA FEITO COM RUBRICAS DIFERENCIADAS PARA AS DESPESAS COM INSTRUTORES (PADRONIZADO A NÍVEL NACIONAL, R\$ 30,00 PARA NÍVEL SUPERIOR E R\$ 15,00 PARA NÍVEL TÉCNICO) E DESPESAS COM A INFRA-ESTRUTURA DOS CURSOS. 5. REALIZAR OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES EM ESCALA DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO ASCENDENTE (DE MENOR QUALIFICAÇÃO PARA MAIOR QUALIFICAÇÃO). 6. ARTICULAR O PRESENTE PROGRAMA COM AS AÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MINISTÉRIO/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL. 		
RESULTADOS PREVISTOS		OBSERVAÇÕES
<ol style="list-style-type: none"> 1. REALIZAÇÃO DE QUINHENTOS (500) CURSOS ASCENDENTES EM QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAIS GERAIS 		<p>AS PRESENTES AÇÕES SE INSEREM NUM PROGRAMA COM ELAPAS METODOLÓGICAS E PROJETOS, EM ANEXO A ESTE DOCUMENTO</p>
<p>PERÍODO 2003/2006</p>	<p>DURAÇÃO (MESES)</p>	<p>ÓRGÃO INDICADO PARA EXECUÇÃO SECRETARIA ESTADUAL QUE VIER A DESENVOLVER O PRESENTE PROGRAMA</p>
<p>ESTIMADO TOTAL DOS RECURSOS DESTINADOS AO PRESENTE PROGRAMA PARA O ANO DE 2003 É DE QUATORZE MILHÕES DE REAIS (R\$14.000.000,00)</p>		

ELABORAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO		ACÃO Nº
GRUPO	PROJETO Nº	TÍTULO DO PROJETO
INCLUSÃO SOCIAL	05	INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
DESCRIÇÃO DA AÇÃO		
<p align="center">"BERÇÁRIO DE EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS"</p> <p>ETAPA V - ORGANIZAÇÕES EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS PARA A COMUNIDADE, DEFINIDOS A PARTIR DOS DADOS E RELACIONAMENTO DA PESQUISA DE CAMPO (POTENCIAL PRODUTIVO E DE CONSUMO LOCAL)</p> <p>AÇÕES:</p> <ol style="list-style-type: none"> AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS QUADROS FUNCIONAIS DO ESTADO E MUNICÍPIOS, DE PROFISSIONAIS LIGADOS À TEMÁTICA DO PRESENTE ÍTEM, EM ESPECIAL, ECONOMISTAS, ADMINISTRADORES, CONTADORES, ADVOGADOS, PSICÓLOGOS, ASSISTENTES SOCIAIS, COM O OBJETIVO DE ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DO PROJETO DO EMPREENDIMIENTO E SUA IMPLANTAÇÃO ARTICULAR RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (COOPERFAT, SETOR INFORMAL), DO BNDES, BADESC E OUTROS, PARA FOMENTO OS EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO ESTADUAL, DE AVAL, PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, FINANCIADOR DOS EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS ORIUNDOS PRESENTE PROGRAMA. SENSIBILIZAR A SOCIEDADE CATARINENSE, EM ESPECIAL AS PESSOAS FÍSICAS (PROFISSIONAIS LIBERAIS, INTELLECTUAIS), AS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS DE BENS E OU DE SERVIÇOS, PARA ASSUMIREM A CONDIÇÃO DE "AVALISTA SOLIDÁRIO" DE EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS POPULARES TRANSFORMAR O BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM AGENTE FINANCEIRO DO PRESENTE PROGRAMA, CANALIZANDO RECURSOS DO TAI DESTINADOS A FINANCIAR EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS CONTRATAR ASSESSORIA, PREFERENCIALMENTE DE ORGANIZAÇÕES LIGADAS AO TEMA, NA AUSÊNCIA DE PESSOAL TÉCNICO DO QUADRO EFETIVO DO ESTADO ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE LEI A SER APRESENTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL DURANTE TRÊS (3) ANOS, EXCEPCIONALMENTE PRORROGÁVEL POR DOIS (2) ANOS, AOS EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS ORIUNDOS DESTE PROGRAMA, PROPONDO AÇÕES SEMELHANTES AOS GOVERNOS MUNICIPAIS E FEDERAL; DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO OCUPACIONAL, ASCENDENTES VOLTADOS PARA AS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS (COOPERATIVAS E GRUPOS DE PRODUÇÃO) ORIUNDAS DO PRESENTE PROGRAMA; 		
RESULTADOS PREVISTOS		OBSERVAÇÕES
<ol style="list-style-type: none"> UM FUNDO ESTADUAL DE AVAL; QUINHENTAS (500) PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS COMO "AVALISTAS SOLIDÁRIOS"; GERAR QUINHENTAS (500) COOPERATIVAS DE BENS OU DE SERVIÇOS; GERAR DEZ MIL (10.000) NOVOS POSTOS NOVOS DE TRABALHO APARTE DO CRESCIMENTO VEGETATIVO DA ECONOMIA CATARINENSE; ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DE ESTÍMULO A INCLUSÃO SOCIAL, VIA TRABALHO COM RENDA DIGNA; CONSTITUIR UM "BANCO DO POVO" DE ABRANGÊNCIA ESTADUAL; REALIZAÇÃO DE QUINHENTOS (500) CURSOS ASCENDENTES EM QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS VOLTADOS PARA AS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS ORIUNDAS DO PRESENTE PROGRAMA; 		<p>AS PRESENTES AÇÕES SE INSEREM NUM PROGRAMA COM ETAPAS METODOLÓGICAS E PROJETOS, EM ANEXO A ESTE DOCUMENTO</p>
CUSTO ESTIMADO TOTAL DOS RECURSOS DESTINADOS AO PRESENTE PROGRAMA PARA O ANO DE 2003 É DE QUATORZE MILHÕES DE REAIS (R.14.000.000,00)		<p>ORGÃO INDICADO PARA EXECUÇÃO SECRETARIA ESTADUAL QUE VIER A DESENVOLVER O PRESENTE PROGRAMA</p>
DURAÇÃO (MESES)		PERÍODO 2003/2006

INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

PROGRAMA: "BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS"

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROGRAMA

1. É COMPREENSÃO DO IDEALIZADOR DO PROGRAMA "BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS" QUE A VERDADEIRA INCLUSÃO SOCIAL VIA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA SOMENTE OCORRE COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS CIDADÃOS ENVOLVIDOS E EM TODAS AS ETAPAS DAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DESDE A SUA CONCEPÇÃO ATÉ A SUA OPERACIONALIZAÇÃO INCLUINDO O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO;
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS JÁ IMPLANTADAS, SOMENTE SERÃO, DE FATO, PÚBLICAS, SE OS CIDADÃOS BENEFICIADOS TIVEREM O PODER DE INFLUENCIAR EM SEU APRIMORAMENTO. ESTA PARTICIPAÇÃO, NESTE MOMENTO, PODE SER DIRETA OU ATRAVÉS DE SUAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS;
3. O IDEALIZADOR DO PROGRAMA "BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS" GRUPO TEM A COMPREENSÃO DE QUE A INCLUSÃO SOCIAL SOMENTE OCORRERÁ ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA DESTES TEMA PROPOSTO, OU SEJA, ELA SOMENTE SERÁ VIÁVEL SE HOVER UMA INTEGRAÇÃO COM AS AÇÕES "ASSISTENCIAIS MUDANCISTAS" E DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO "MEIO AMBIENTE", HABITAT NATURAL DO CIDADÃO SUJEITO DA PRESENTE PROPOSTA;
4. UM DESTAQUE ESPECIAL DEVE SER DADO A QUESTÃO DO GÊNERO, POIS EXISTEM VÁRIOS INDICADORES MOSTRANDO ESTA NECESSIDADE. COMO EXEMPLO, UMA EM CADA QUATRO MULHERES POSSUI FILHO(A) EM IDADE DE CRECHE;
5. DO MESMO MODO, UM DESTAQUE ESPECIAL DEVE SER DADO À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE COM DESTAQUE AO "TRATAMENTO DOS RESÍDUOS URBANOS", POIS MAIS DE OITENTA PONTOS PERCENTUAIS (80%) DOS RESÍDUOS URBANOS SÃO RECICLÁVEIS, SENDO QUE APROXIMADAMENTE CINQUENTA PONTOS PERCENTUAIS (50%) SÃO ORGÂNICOS RECICLÁVEIS, FONTE GERADORA DE ADUBOS ORGÂNICOS, NECESSÁRIOS PARA A GERAÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO PROMOTORA DA SAÚDE HUMANA;
6. A POPULAÇÃO BENEFICIADA PELA PRESENTE PROPOSTA DE "INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR", É COMPOSTA DE CIDADÃOS EM IDADE DE TRABALHO E MORADORES DE PERIFÉRIAS URBANAS, OS QUAIS APRESENTAM GRANDES ÍNDICES DE CONSUMO DE DROGAS LEGAIS (TABAGISMO E ALCOOLISMO) QUE, COMPROVADAMENTE, AFETAM SUA ATIVIDADE PRODUTIVA, REFORÇANDO A NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO COM AS AÇÕES "ASSISTENCIAIS MUDANCISTAS";
7. HÁ NECESSIDADE DE INCLUIR, FORTALECER E AMPLIAR A "PARTICIPAÇÃO POPULAR" NOS "CONSELHOS DE DIRETO" TANTO CONSULTIVOS QUANTO DELIBERATIVOS, GERADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PRODUÇÃO DE BENS E OU DE SERVIÇOS, EM ESPECIAL NAQUELES VOLTADOS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, COM DESTAQUE PARA O CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO E EMPREGO - CETE-SC E RESPECTIVOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE TRABALHO E EMPREGO - CMTEs;

INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

PROGRAMA: "BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS"

2 ETAPAS METODOLÓGICAS DO PROGRAMA

1. IDENTIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS/TÉCNICOS, INSTITUCIONAIS, CONSELHOS DE DIREITO E COMUNITÁRIOS, GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS RELACIONADOS COM A TEMÁTICA DO PRESENTE PROGRAMA;
2. APROXIMAÇÃO FÍSICA E MOBILIZAÇÃO SÓCIO COMUNITÁRIA VOLTADA PARA A GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E OU COMUNITÁRIOS SOLIDÁRIOS (GRUPOS DE PRODUÇÃO, ASSOCIAÇÕES PRODUTIVAS E COOPERATIVAS), PRÓPRIOS PARA CADA ÁREA OU REGIÃO GEO-HUMANA;

CRIAÇÃO DE UM CONSELHO OU DE UMA COMISSÃO LOCAL/MUNICIPAL E OU REGIONAL FORMADO(A) POR REPRESENTANTES DOS SEGMENTOS ORGANIZADOS NO LOCAL/MUNICÍPIO/REGIÃO, INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PRESENTE PROGRAMA;
3. IDENTIFICAÇÃO, ATRAVÉS DE PESQUISA DE CAMPO (PESQUISA PARTICIPANTE) DO POTENCIAL OCUPACIONAL PRODUTIVO DA COMUNIDADE EM FOCO E DE CONSUMO TANTO LOCAL, QUANTO MUNICIPAL, REGIONAL E ESTADUAL, MAPEANDO PESSOAS E EMPREENDIMENTOS ALVOS DO PRESENTE PROGRAMA;
4. CAPACITAÇÃO OCUPACIONAL PRODUTIVA E PROFISSIONAL DOS MEMBROS DA COMUNIDADE ATENDIDA PELO PRESENTE PROGRAMA, A PARTIR DOS DADOS DO RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA DE CAMPO;
5. ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS PARA A COMUNIDADE, DEFINIDOS A PARTIR DOS DADOS DO RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA DE CAMPO (POTENCIAL OCUPACIONAL PRODUTIVO E DE CONSUMO LOCAL);
6. APOIOS ORGANIZACIONAIS E MATERIAIS INICIAIS NECESSÁRIOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO (PRODUÇÃO DE BENS E DE SERVIÇOS) DO EMPREENDIMENTO PRODUTIVO POPULAR E SOLIDÁRIO.

INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

PROGRAMA: "BERÇÁRIO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS POPULARES E SOLIDÁRIOS"

3. PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS

1. A INCLUSÃO SOCIAL SOMENTE OCORRERÁ SE HOVER A GERAÇÃO DE TRABALHO COM RENDA DIGNA PARA OS CIDADÃOS ENVOLVIDOS E SUJEITOS EM TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO;
2. A PRESENTE PROPOSTA DE "INCLUSÃO SOCIAL VIA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR" COMEÇARÁ A APRESENTAR RESULTADOS CONCRETOS (GERAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO NÃO ORIUNDOS DO CRESCIMENTO VEGETATIVO DE NOSSA ECONOMIA) A PARTIR DO SEGUNDO ANO;
3. O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DO LOCAL, DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO, EM ESPECIAL, DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS (EMPRESARIAIS E ASSALARIADOS), DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS, DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, ATIVAS E ATUANTES NO MUNICÍPIO, E SENSÍVEIS A PRESENTE PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL;
4. FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE TRABALHO E EMPREGO - CMTES EXISTENTES NO ESTADO, APROXIMADAMENTE TREZENTOS (300);

ANEXO II – Projeto de Pesquisa “Gênero e Qualificação – Trajetórias Sócio-Ocupacionais de Mulheres Migrantes, Moradoras de Comunidades de periferia de Florianópolis”.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROJETO DE PESQUISA – 2001

“GÊNERO E QUALIFICAÇÃO – TRAJETÓRIAS SÓCIO-
OCUPACIONAIS DE MULHERES MIGRANTES, MORADORAS DE
COMUNIDADES DA PERIFERIA DE FLORIANÓPOLIS”

Prof.^a Dr.^a TERESA KLEBA LISBOA

I - JUSTIFICATIVA

As quatro mil famílias, na sua grande maioria migrantes do oeste do Estado, que atualmente habitam as chamadas “comunidades de periferia” do continente de Florianópolis - Chico Mendes, Monte Cristo, Nova Esperança, Novo Horizonte, Santa Terezinha, Nossa Sra. da Glória e Promorar, tem sido fortemente atingidas pela crise do desemprego decorrente da contemporânea reestruturação reprodutiva. As ocupações mais frequentes destes moradores, atualmente, são: vendedor ambulante, carregador, catador de papel, vigilante, serventes de obra ou de limpeza, e serviços domésticos; quando tentam gerar renda de forma autônoma, geralmente seus empreendimentos fracassam, perdem o capital inicial que investiram ou ficam na penumbra por causa da desqualificação e da saturação dos mercados. As exigências em relação ao nível de qualificação solicitado para ocupar uma vaga no mercado de trabalho tem sido a principal barreira para estas pessoas, que migraram do campo para a cidade. Por exemplo, o simples cargo de vigia, atualmente, demanda do requerente ter cursado o segundo grau completo e ter feito curso de computação. Além disso, exige conhecimento no uso de equipamentos eletrônicos para controlar a vigilância por circuitos internos.

As mulheres, em muitos casos as únicas responsáveis pelo sustento da família (no Brasil, 30% das mulheres assumem sozinhas a chefia de suas famílias), encontram nas funções de doméstica (faxineira, diarista, servente de limpeza ou empregada doméstica) a alternativa mais freqüente de ocupação e estratégia de sobrevivência. No caso destas mulheres serem mães solteiras ou abandonadas pelo marido, o trabalho remunerado adquire um sentido particular de honra, de afirmação de si enquanto indivíduo, podendo provar que pode criar os filhos.

Conversando com estas mulheres constata-se que, muitas delas tiveram trajetórias ocupacionais consideráveis, exerceram ocupações e frequentaram cursos de cozinha alternativa, compotas e geléias, micro-ondas e congelados, panificadora e confeitaria, cozinheira, costureira, camareira, garçõete, auxiliar de creche, auxiliar de secretaria e acumularam anos de experiência profissional. Atualmente, porém, este acúmulo de experiência não é valorizado e tampouco conta na rigorosa seleção de “pessoal qualificado” exigida pela reestruturação produtiva no mundo do trabalho, seguida de forte discriminação de classe, gênero, raça/etnia e geração (idade), conforme depoimentos:

“Hoje em dia experiência não conta, eles estão cada vez mais exigentes na seleção de pessoas para trabalhar; para qualquer atividade é exigido diploma, curso de computação, treinamento e principalmente referências!” (Marlene).

“A gente é discriminado porque vem da classe baixa... especialmente o pessoal que mora nas comunidades de periferia. Quando eles ficam sabendo que nós moramos aqui nas favelas, eles são bem claros e dizem ‘a gente não confia nas pessoas que moram lá!’” (Ivani).

“Eu vou fazer 40 anos e tá ficando cada vez mais difícil de conseguir um emprego. Quem vai empregar uma mulher com a minha idade? Eles querem são as novinhas, o que conta é a aparência!” (Potira)

Muitas delas tem vários diplomas de cursos frequentados, uma vasta experiência de trabalho e estão há vários anos desempregadas.

Pretendemos com esta pesquisa problematizar as seguintes questões: a atual reestruturação produtiva no mundo do trabalho/emprego exige maior nível de qualificação para as mulheres do que para os homens? Que tipo de barreiras as mulheres pobres enfrentam com mais frequência em relação às exigências de qualificação para o mundo do trabalho? Até que ponto as mulheres tem mais limitações e dificuldades para se qualificarem do que os homens, uma vez que são obrigadas a conciliarem suas trajetórias ocupacionais com família e profissão? A trajetória das mulheres é caracterizada por maior descontinuidade e multiplicidade do que a dos homens?

II - OBJETIVOS da Pesquisa:

A pesquisa terá como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- conhecer as trajetórias sócio-ocupacionais de mulheres e homens migrantes, moradores das comunidades de periferia de Florianópolis;
- constatar as principais diferenças em relação às exigências qualitativas do mercado de trabalho para mulheres e homens, no atual quadro de reestruturação produtiva;
- identificar as principais barreiras encontradas pelas mulheres em relação às exigências de qualificação para o mundo do trabalho;
- identificar as demandas qualitativas das mulheres pesquisadas, valorizá-las e divulgá-las no atual mercado de trabalho.

III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, a tese de que as novas tecnologias microeletrônicas iriam permitir real igualdade entre homens e mulheres está sendo desmentida: constata-se uma forte segmentação por gênero no atual mercado de trabalho, com a concentração feminina em postos secundários, trabalhos mais instáveis e pior remunerados. Enquanto novo modelo de organização industrial, a flexibilização tem delegado às mulheres, as tarefas repetitivas e monótonas confirmando uma barreira de gênero no envolvimento com tarefas mais qualificadas, geralmente destinadas aos homens.

As recentes pesquisas realizadas nesta área vem assinalando aspectos diferenciados sobre a exigência da qualificação para homens e mulheres. Na atual conjuntura de reestruturação produtiva, a qualificação dos trabalhadores compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais que o tornam capacitados profissionalmente (cf. Neves, 2000:178). Porém, nem todos tem as mesmas chances, nível de instrução e condições sócio-econômicas para capacitarem-se em relação ao nível de exigência de qualificação requerida.

A noção de qualificação envolve diferentes dimensões e aspectos, inclusive sócio-culturais, como aponta Abreu (1993):

- qualificação do emprego – definida pela empresa a partir das exigências dos postos de trabalho e que serve de base aos diversos sistemas de classificação de empresas.

- qualificação do trabalhador – mais ampla que a primeira, por incorporar as qualificações sociais ou tácitas que a noção de qualificação do emprego não considera.

- qualificação enquanto relação social – como resultado da dinâmica conflitante e da correlação de forças entre capital/trabalho.

Segundo a mesma autora, o processo de qualificação é uma construção social, sexuada e histórica. A relação das mulheres com a tecnologia, por exemplo, vai além do ambiente profissional: existe uma apropriação da esfera tecnológica pelos homens que leva à construção social do feminino como incompetente tecnicamente. Portanto, analisar a construção das diferenças por sexo, classe e etnia no trabalho é se debruçar sobre o processo de produção social da qualificação.

A produção social da qualificação dos moradores das comunidades de periferia aqui estudados, que migraram do campo para cidade é elucidativa: quando chegam na cidade, além de sofrerem com o choque cultural, com a falta de moradia, de alimentação e de emprego, os migrantes sofrem ainda com a “perda de propriedades cognitivas”, ou seja, o estoque de conhecimento que tinham para o desenvolvimento no trabalho rural não lhes serve mais, dadas as características diversas do

trabalho urbano (Kowarick, apud Sader, 1988). Na grande maioria dos casos, resta-lhes ocuparem as posições mais penosas e mal remuneradas no mercado de trabalho porque as ocupações ou profissões de uma sociedade urbana exigem valores modernos e qualificações que o migrante rural não tem; inclusive, em razão de sua condição de nativo do campo, o migrante tende a reproduzir no espaço urbano, alguns dos padrões culturais que caracterizam a comunidade de onde veio e que nem sempre são bem aceitos na cidade.

As mudanças nas relações entre capital e trabalho nos últimos anos podem ser facilmente vislumbradas através da reestruturação produtiva do quadro a seguir: há dez anos, pouco mais da metade da população economicamente ativa estava numa situação que permitia ter um emprego assalariado regular, com contrato, tanto no setor privado quanto no público. Hoje, são menos de 45% e a tendência é reduzir essa proporção. Segundo Singer (1999), cada vez mais empresas só empregarão regularmente 10% dos seus trabalhadores, ou seja, os altamente qualificados, procurando colocar os outros 90% na posição de subcontratados.

As novas relações de trabalho tem promovido a erosão dos laços de solidariedade no mundo do trabalho, desencadeando fatores como privatização e “subjetivação”, colocando em risco a ampliação da cidadania. No início os operários eram chamados de companheiros, com o tempo passaram a ser chamados de funcionários e hoje são tidos como colaboradores e parceiros. As empresas modernas combinam uma série de variáveis como tecnologia e talento (gênios), gestão e disseminação de know-how, flexibilidade, polivalência, velocidade, etc. Neste espaço altamente competitivo, onde terá lugar a mulher simples, trabalhadora braçal, migrante, operária e semi-analfabeta? *“As novas relações no mundo do trabalho passam a acirrar as diferenças de gênero, etnia e geração”* (Neves, 2000:179).

A “qualificação” neste novo contexto passa a ser definida como competência, completamente ausente da idéia de relação social. A noção de competência, assim entendida, reduz a noção de qualificação compreendida em seus aspectos multidimensionais e se apresenta centrada na habilidade individual de se mobilizar para a resolução de problemas, muito mais do que sua bagagem de conhecimentos (Neves, 2000:178).

Do ponto de vista do trabalho feminino, o que se constata é que, apesar das inovações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho permanece. Segundo dados do IBGE (1999), 56% da força de trabalho feminina está no setor de serviços; do universo de trabalhadoras no Brasil, cinco milhões de mulheres trabalham atualmente de empregadas

domésticas e somente 23,7% delas têm carteira assinada. Além disso, a remuneração das mulheres é, em média, 60,7% da masculina.

A qualificação atribuída às mulheres tem sido definida pela educação informal, pela experiência nas tarefas domésticas, mas que não tem o reconhecimento no local de trabalho, sendo, assim, discriminada. Percebe-se claramente as dimensões histórica e cultural da qualificação, expressando as relações de gênero na sociedade, em que as mulheres ocupam, na maioria das vezes, situação de subordinação. (Neves, 2000:179)

Esta barreira de gênero é facilmente identificada através das Trajetórias de Vida narradas por mulheres e homens migrantes, moradores de comunidades da periferia. Na grande maioria, a trajetória das mulheres é caracterizada por forte descontinuidade e multiplicidade: além de serem mães, esposas, trabalhadoras, donas de casa, etc., possuem maior dificuldade de conciliar a profissão com a família, enfrentam mais obstáculos para estudar, ou seja, qualificar-se e além disso são discriminadas por geração, classe, etnia e idade.

Historicamente as mulheres pobres sempre trabalharam. Diferentemente das mulheres de classe média, porém, para as quais o trabalho e o nível de qualificação profissional proporcionaram uma mudança significativa no modo de vida, as mulheres pobres, sem acesso à educação de nível médio e superior mantiveram suas condições estruturais no mercado de trabalho ocupando os postos menos privilegiados. Enquanto que para aquelas o trabalho remunerado é condição de libertação e afirmação individual, para as mulheres pobres o trabalho constitui-se como “obrigação moral” frente a rede de relações familiares que implica em ajuda, dependência, hierarquia e complementariedade (Sarti, 1997).

O trabalho para os pobres tem um valor moral altamente significativo, constituindo-se o eixo da identidade social tanto para os homens como para as mulheres. Segundo Sarti (1997), ao lado da negatividade contida na noção de “ser pobre”, a noção de ser “trabalhador” dá ao pobre uma dimensão positiva. A moral do homem é associada ao homem forte, provedor, que traz dinheiro para dentro de casa. Para a mulher, a positividade do trabalho tem como base o trabalho doméstico, que não é considerado trabalho, mas parte do ser mulher. O trabalho fora de casa, para estas mulheres, além de complementar a renda para o sustento da família, é justificado pela satisfação de ver os filhos vestidos, a comida na mesa, ter algum “dinheirinho seu” e romper com o confinamento doméstico.

Portanto, para as mulheres migrantes, moradoras das comunidades de periferia de Florianópolis, o fato de constituírem uma demanda qualitativa através dos cursos frequentados, dos anos de experiência em

determinado tipo de trabalho e principalmente pelo fato de “gostarem” muito do que fazem, o fato de estarem desempregadas e esbarrarem com dezenas de barreiras em relação às novas exigências de qualificação para o mundo do trabalho, constitui-se atualmente um sério problema.

A divisão social e sexual do trabalho imposta pela sociedade coloca as seguintes questões para estas mulheres: a questão profissional e a questão familiar tem o mesmo peso nos seus planos de vida? Elas possuem reais condições para qualificarem-se, ou seja, tempo, oportunidade e disposição (fadiga depois de um dia intenso de trabalho) para estudar, bem como dinheiro para pagar os cursos de capacitação, lugar para deixar seus filhos pequenos e outras limitações de gênero?

IV - METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa, trabalharemos com a técnica denominada “Trajetória de Vida”, que integra as chamadas metodologias qualitativas de pesquisa. Para Giddens (1989), Trajetórias de Vida são construções sócio-históricas que se produzem e reproduzem a partir das relações conflituosas entre estrutura e ação; são práticas ordenadas através do tempo e do espaço.

As metodologias qualitativas, entre as quais as Biografias e Trajetórias de Vida (Relatos Oraís), vem ao encontro de um “novo olhar” nas ciências sociais, de uma nova postura na relação sujeito/objeto na pesquisa, permitindo resgatar aspectos da realidade social outrora obscuros ou reduzidos apenas à operacionalização de variáveis. Esta forma de abordagem trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Pesquisas relacionadas com o tema “mulher e trabalho”, apontam na maioria das vezes dados estatísticos (que não deixam de ter importância significativa), porém, se acrescidos de relatos orais contribuiriam sobremaneira para evidenciar as questões subjetivas do cotidiano das mulheres e suas relações com o trabalho: a dupla ou tripla jornada de trabalho, como conciliar trabalho com cuidado e educação dos filhos, a divisão das tarefas domésticas, a participação no sindicato, conscientização política, relações de poder, discriminação e exploração nos locais de trabalho, dados que dificilmente aparecem em pesquisas quantitativas.

As metodologias qualitativas revelam-se particularmente eficazes em áreas exploratórias, especialmente em campos temáticos onde

inexistem fontes de informações acessíveis e organizadas; também são indispensáveis para compreender fenômenos que se manifestam em longos intervalos de tempo - como o caso de trajetórias de mobilidade social ou mudanças geracionais - ou ainda manifestações sociais que por sua abrangência possibilitam a coleta exaustiva de dados padronizados. Além disso desempenham importante papel na elaboração de hipóteses e construção de novas teorias (Camargo, 1987).

De um modo especial, as metodologias qualitativas são propícias para o estudo de diferentes grupos, culturas, minorias, como idosos, migrantes, mulheres, crianças, etc. Ao contrário da maioria das pesquisas quantitativas que seguem um modelo linear, a pesquisa qualitativa tende a seguir um modelo circular ou em espiral, pois a vida destas pessoas é cheia de quebras e descontinuidades.

Dessa forma, a técnica de pesquisa utilizada será "Histórias de Vida" sendo o roteiro de entrevista elaborado com base no "fio condutor" que vem ao encontro da problemática de pesquisa.

Serão entrevistadas 30 (trinta) mulheres e 10 (dez) homens; a inclusão de homens na pesquisa tem como objetivo efetuar uma comparação entre as trajetórias ocupacionais, uma vez que a pesquisa é pautada sob uma perspectiva de gênero.

VI - ROTEIRO DE ENTREVISTA ("fio condutor" da Trajetória Sócio-Ocupacional)

1. Onde nasceu, lembra da sua origem (étnica), como foi sua infância, estudou até que série? Se a família migrou para Florianópolis, de onde veio, há quanto tempo mora aqui, qual seu itinerário de moradia (morou sempre na mesma comunidade, ou em quais lugares já morou, etc.).
2. Com que idade começou a trabalhar? Qual foi seu primeiro emprego (ocupação) e em que tipos de atividades já trabalhou? O que mais gosta de fazer? Já teve experiência em que tipo de serviços?
3. Atualmente está trabalhando em que? Já teve dificuldade de encontrar serviço? O que era exigido nos locais em que ia se apresentar para trabalhar? Qual é a principal exigência para encontrar um bom serviço hoje em dia?

4. Tem quantos filhos, e qual a idade deles? (No caso da entrevistada ser mulher), como foi quando ganhou os filhos? Parou por quanto tempo de trabalhar? Com quem ou onde ficam ou ficavam os filhos pequenos quando vai (ia) trabalhar?

5. Já teve que parar de trabalhar por causa de algum motivo importante relacionado à família? Doença de algum membro ou parente, mudança de local de moradia ou outro motivo?

6. Mora em casa própria ou alugada, se alugada quanto paga de aluguel? Se a casa é própria como foi a aquisição, foi em processo de ocupação organizada nas comunidades, é financiada, já está quitada?

7. Mora com o marido (esposa) ou companheiro, quantos filhos possuem, e quanto é a renda mensal da família? (salário dela e do marido)

8. Como é seu cotidiano, a que horas sai de casa para o trabalho, como e com quem ficam os filhos, quem faz as tarefas domésticas (cozinhar, lavar, passar, limpar a casa) e quem olha os deveres de escola dos filhos?

9. Como é a rotina do seu dia de trabalho: atividades que realiza no local de trabalho, número de horas, dificuldades encontradas? Faz as refeições no local de trabalho? Leva de casa ou ganha da firma? Ganha algum tipo de benefício: Vale Transporte, Vale Refeição ou outro?

10. A que horas chega em casa, e o que a (o) espera quando chega em casa? Ainda faz algum serviço, prepara algo para o dia posterior?

11. Tem algum problema de saúde? Que tipo?

12. O salário que recebe da firma dá para pagar o quê exatamente? Como administra o salário e como resolve as questões financeiras da casa?

13. Qual a principal diferença entre o trabalho dos homens e das mulheres no mercado de trabalho?

14. Gostaria de participar de um cooperativa de doces e salgados que está sendo criada aqui na comunidade? Em caso afirmativo, o que sabe fazer de doces e salgados e qual sua disponibilidade de horário?

VI - Bibliografia

- ABRAMO, L. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. IN: Abramo, L. & Abreu, A.R. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST/SERT, 1998.
- ABREU, A. Especialização flexível, qualificação e composição da força de trabalho: a contribuição da perspectiva de gênero para o debate. VII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out. 1993 (mimeo).
- ABREU, A. & JORGE, A. & SORJ, B. Projetos de Geração de Renda para Mulheres de Baixa renda. In: **PROPOSTA / FASE**. Rio de Janeiro, març./maio 1977
- ARANGO, L. G. Familia, Trabajo y Identidad de Género. Analogias y contrastes entre dos categorías socio-profesionales en América Latina. IN: Abramo, L. & Abreu, A.R. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST/SERT, 1998.
- DAUSIEN, B. **Biographie und Geschlecht**. Bremen, Donat, 1996.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1989.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1999
- HIRATA, H. Reestruturação Produtiva, trabalho e relações de gênero. In: **Estudios del Trabajo** (Gênero, Tecnologia e Trabalho). São Paulo, ALAST, ano 4 n.7, 1998
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997
- MOTA, A E. **A nova fábrica de consensos**. São Paulo, Cortez, 1998
- NEVES, M. A. "Reestruturação Produtiva, Qualificação e Relações de Gênero. In: ROCHA, M. I. (org.) **Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios**. São Paulo, Editora 34, 2000
- POSTHUMA, A. C. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. IN: Abramo, L. & Abreu, A.R. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST/SERT, 1998.
- REYGADAS, L. Fábricas com aroma de mujer. Las nuevas culturas de trabajo vistas desde la óptica de género. IN: Abramo, L. & Abreu, A.R. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST/SERT, 1998.
- SADER, E. Quando novos personagens entram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- SARTI, C. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, M. **Gênero sem fronteiras – oito olhares sobre mulheres e relações de gênero**. Florianópolis, Editora Mulheres, 1997
- _____. O valor da família para os pobres. In: Ribeiro, I. & Ribeiro, A. C. **Família e processos contemporâneos. Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo, Loyola, 1995.
- SINGER, P. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CUT. **Sindicalismo e economia solidária**. São Paulo, CUT, dez./1999
- VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro, Record, 1997
- VILANOVA, M. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. IN: MORAES, M. **História Oral**. Rio de Janeiro, Diadorim & FINEP, 1994

ANEXO III – Projeto de Extensão

“Da solidariedade Comunitária ao Empreendimento Cooperativo – Cooperativa de Doces e Salgados das Comunidades do Bairro Monte Cristo/Florianópolis”.

“Grupo de Produção: Quentinhas das Amigas da Comunidade”

1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROJETO DE EXTENSÃO

“DA SOLIDARIEDADE COMUNITÁRIA AO EMPREENDIMENTO
COOPERATIVO” - Cooperativa de doces e salgados das comunidades do
continente/Florianópolis

Florianópolis, março de 2001

Coordenadora: Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa
Acadêmica bolsista: Josiane Bortoluzzi

I - JUSTIFICATIVA

As quatro mil famílias que atualmente habitam as chamadas “comunidades de periferia” do continente de Florianópolis - Chico Mendes, Monte Cristo, Nova Esperança, Novo Horizonte, Santa Terezinha, Nossa Sra. da Glória e Promorar, tem sido fortemente atingidas pela crise do desemprego decorrente da contemporânea reestruturação reprodutiva. A grande maioria dos moradores destas comunidades que se encontram desempregados atualmente, tentam gerar renda pelo trabalho autônomo tais como: biscateiro, vendedor, carregador, catador, etc.; mas geralmente seus empreendimentos fracassam, perdem o capital inicial que investiram ou ficam na penumbra por causa da saturação dos mercados.

As propostas de cooperativismo decorrentes da filosofia que integra a Economia Solidária estão sendo colocadas como uma das alternativas de estratégia de sobrevivência para estas famílias, principalmente para as mulheres, que muitas vezes são as únicas responsáveis pelo sustento da família (no Brasil, 30% das mulheres assumem sozinhas a chefia de suas famílias). O difícil equilíbrio entre atividades econômicas e as responsabilidades domésticas favorece a adesão das mulheres a estes projetos de geração de renda, situados na vizinhança de sua casa e sem jornada de trabalho rígida. A principal vantagem apontada por elas é a proximidade do lar, que compensa os baixos rendimentos (Abreu & Jorge & Sorj, 1997).

Em maio de 1999, doze mulheres representantes das comunidades acima citadas reuniram-se juntamente com dois técnicos em cooperativa, representantes da INTERCSOL - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária, professora e estagiárias do curso de Serviço Social da UFSC para discutirem a possibilidade da criação de uma cooperativa de doces e salgados.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dos anos 80, as teses macroeconômicas sobre globalização instituíram visíveis mudanças no mundo do trabalho, porém, não levaram em conta a diferenciação entre a população trabalhadora masculina e a feminina, ou seja, não consideraram a dimensão de gênero.

Quando consideramos o papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho, os efeitos são duplamente óbvios: as estruturas de mercado não somente facilitam a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como também permite o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar de subcontratação, fazendo ressurgir as práticas de cunho patriarcal feitas em casa.

De 1986 para cá os “programas de ajuste estrutural” tendem, pressionados pelo Fundo Monetário Internacional, para uma política de privatizações. Trata-se, conforme Iriarte (1995, p.47), de uma receita imposta por organizações internacionais como a única maneira de salvar a crise econômica. Com o advento do Neoliberalismo as forças do mercado passam a ser as maiores reguladoras da economia.

Porém, pela sua própria natureza o neoliberalismo é discriminatório. A aplicação de suas medidas se traduziu para a classe trabalhadora em uma persistente deteriorização da qualidade de vida, aliada a um enfraquecimento do setor público. Os custos sociais da reforma caíram de maneira desigual sobre os diferentes estratos sociais, atingindo, sobretudo, de forma

muito negativa aqueles grupos que viviam de um salário fixo e os grupos sociais mais marginalizados.

A nova ordem financeira internacional nutre-se de exclusão social e degradação ambiental, conforme dados apontados por Vieira (1997, p. 83):

. Cerca de um terço da força de trabalho no mundo encontra-se ociosa e segundo dados das Nações Unidas há, atualmente, nos países desenvolvidos 2 bilhões de pobres;

. 600 milhões de pessoas na África, Ásia e América Latina ocupam habitações e moram em localidades cuja precariedade representa ameaça para a saúde e perigo de vida; 1 bilhão de pobres vivem em áreas rurais atualmente e até o ano 2005 nascerá, a cada segundo, mais um pobre na área urbana, o que vai acelerar o fenômeno da “urbanização da pobreza”.

. A Conferência Mundial de Alimentação realizada em Roma, em novembro de 1996, divulgou que a América Latina ocupa a quarta posição em número de famintos;

. Em 2025, dois terços da população mundial viverão em cidades. Dos 20 maiores centros, 17 estarão na Ásia, na África e na América Latina;

. Nos países industrializados, o desemprego atinge 35 milhões de pessoas. Segundo estudo elaborado pela Organização Internacional do Trabalho, e divulgado em 1996, há no mundo cerca de um bilhão de desempregados e subempregados, isto é, 30% de toda a força de trabalho existente.

Esta nova desigualdade social (Martins, 1997) que descarta o humano, faz parte de um modelo de desenvolvimento centrado no mercado, na competição, na concorrência e no progresso. E um dos resultados mais cruéis desta ordem de expropriação e exploração ao final deste segundo milênio é a “pobreza de gênero” (Lagarde, 1996, Shiva, 1993). Trata-se da pobreza histórica das mulheres, é produto da dominação-opressão de gênero, e se caracteriza porque

“o gênero feminino é aquele que mais trabalha, recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho, enfrenta mais empecilhos e limitações para alcançar riqueza social, possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais” (Lagarde, 1996, p.170).

Nas famílias pobres, moradoras em comunidades de periferia, geralmente existe uma divisão pré-determinada de papéis; o papel de “chefe da casa” é atribuído à mulher e o de “chefe da família” ao homem (Sarti 1995, p.136). Nesta ordenação há uma hierarquia: o homem detém a autoridade e sua função está associada a de “provedor”; por sua vez a autoridade da mulher é doméstica, baseada no papel de mãe e dona de casa.

As responsabilidades das mulheres pobres geralmente são muitas: além de ser responsável pelas tarefas domésticas, da administração da casa e da educação dos filhos, ela ainda exerce uma atividade remunerada fora de casa para ajudar no orçamento familiar. Em muitos casos ela é a “chefe da casa e da família” e arca sozinha com todas as despesas, o que tem contribuído para o fenômeno chamado “feminização da pobreza”. Calcula-se que em todo o mundo, de 30% a 40% das unidades domésticas urbanas são lideradas por mulheres (IBGE, senso de 1991).

De acordo com Friedman (1996, p.118), os fardos carregados pelas mulheres “chefes de família” são extremamente pesados: *fisicamente*, em termos de puro gasto de energia necessária para cumprir o trabalho diário; *psicologicamente*, pela constante ansiedade para resolver os problemas de subsistência diária, isolamento social e da luta com os homens; *materialmente*, pelas responsabilidades de ter que produzir o que a unidade doméstica necessita para sobreviver.

Há dez anos, pouco mais da metade da população economicamente ativa estava numa situação que permitia ter um emprego assalariado regular, com contrato, tanto no setor privado quanto no público. Hoje, são menos de 45% e a tendência é, cada vez mais, reduzir essa proporção. Segundo Singer (2000), cada vez mais empresas só empregarão regularmente, quem sabe, 10% dos seus trabalhadores, procurando colocar os outros 90% na posição de subcontratados.

É dentro desse contexto que o cooperativismo surge no Brasil. De acordo com Singer (1999), a cooperativa foi literalmente reinventada na década de 90, nas mais diversas regiões do País, quando os trabalhadores foram colocados diante da situação de perder seu emprego ou ficar, eventualmente, com as instalações de empresas falidas. E tiveram que inventar uma forma de gerir, coletivamente a empresa. Reinventaram a cooperativa.

As cooperativas são formas desafiadoras de gestão do trabalho. Nenhuma cooperativa é autêntica se ela não for o resultado da vontade livre e consciente de seus membros. De acordo com Singer (1999, p. 26), *“uma cooperativa de verdade serve para defender os interesses de seus sócios, de modo que ela exigirá pelos serviços dos mesmos uma remuneração que inclua todos os direitos trabalhistas dos assalariados como férias, fundo de garantia de tempo de serviço, 13 salário, etc.”*

Singer ressalta que os princípios de uma cooperativa são totalmente diferentes dos princípios da empresa capitalista, e a implementação desta proposta torna-se um grande desafio: *“transformar a crise do trabalho numa oportunidade de desenvolver um tipo de organização de trabalho anticapitalista, democrática e igualitária”* (id.).

As cooperativas fazem parte das experiências de Economia Popular Solidária - EPS, que, segundo Lisboa (2000), surgem de iniciativas comunitárias vinculadas aos setores populares. São atividades produtivas, que tanto se inserem no mercado como, constituem redes de comercialização próprias, o que é conhecido como Mercado Solidário. O campo da EPS é composto por pequenas empresas comunitárias, de agricultura familiar, de trabalho doméstico e autônomo, em cooperativas e empresas autogestionárias, que seguem na tentativa de superar desafios do Mercado, buscando viabilizar a competitividade do mesmo. Trata-se de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do Estado, no qual os pobres constoem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material da sua existência através das relações de solidariedade. Em pesquisa realizada para nossa tese de doutoramento, constatamos que um dos valores essenciais entre os moradores das comunidades de periferia de Florianópolis é a solidariedade no sentido de compartilhar responsabilidades em torno de um interesse comum. E é acreditando neste potencial de solidariedade que estamos propondo a realização deste projeto.

III - OBJETIVOS do Projeto:

- apoiar e assessorar iniciativas orientadas para a melhoria das condições de vida da população moradora em comunidade da periferia de Florianópolis;
- estimular, apoiar e orientar experiências populares no campo de geração de trabalho e renda principalmente para mulheres moradoras de comunidades da periferia de Florianópolis;
- desenvolver métodos de ação participativa que fortaleçam a prática democrática no interior do grupo e com as mulheres que constituirão a cooperativa;
- refletir teoricamente sobre a iniciativa e elaborar propostas de políticas públicas orientadas para o apoio e fomento dos grupos de produção ancorados em propostas de Economia Solidária;

- proporcionar às mulheres das referidas comunidades, a alternativa de trabalhar numa cooperativa como estratégia de sobrevivência.

IV - METODOLOGIA

Inicialmente as mulheres interessadas em formar a cooperativa participarão da elaboração do Projeto da Cooperativa e de um curso de formação sobre cooperativismo, ministrado pelos técnicos da INTERCSOL, professora e estagiárias do curso de Serviço Social da UFSC. Este curso terá como finalidade preparar as mulheres para este tipo de empreendimento elaborando inclusive o estatuto da cooperativa em conjunto com as mesmas. Além disso, o curso será trabalhado com dinâmicas de grupo e outras técnicas alternativas esclarecendo os seguintes itens:

- o que é uma cooperativa;
- como funciona uma cooperativa, normas, regras, estatuto;
- quem somos nós, as mulheres que vão formar esta cooperativa; o que significa mulheres unidas trabalhando coletivamente no mesmo empreendimento, etc.
- como está o mercado em relação ao produto que vai ser oferecido pela cooperativa?

Em seguida, professora e estagiárias do curso de Serviço Social juntamente com professores e estagiários dos cursos de Arquitetura e Economia, passarão a assessorar o empreendimento, dando especial ênfase para a inter-relação no grupo e trabalhando os aspectos que dizem respeito à coerência com as propostas de Economia Solidária.

V - CRONOGRAMA:

- fevereiro de 2001 - convite e motivação de mulheres moradoras das comunidades mencionadas para participar do curso sobre cooperativismo;
- de março à junho de 2001 – elaboração do Projeto da Cooperativa juntamente com a Associação de Moradores e com as mulheres interessadas; Pesquisa de Mercado.
- de julho à dezembro de 2001 - implementação do empreendimento de Economia Solidária: a cooperativa de doces e salgados das comunidades do continente.

VI - Bibliografia

- ABREU, A. & JORGE, A. & SORJ, B. Projetos de Geração de Renda para Mulheres de Baixa renda. In: **PROPOSTA** / FASE. Rio de Janeiro, març./maio 1977
- FRIEDMANN, John. **Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras, Celta, 1996.
- IRIARTE, Gregório. **Neoliberalismo - sim ou não?** São Paulo, Paulinas, 1995
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993
- HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva, trabalho e relações de gênero. In: **Estudios del Trabajo** (Gênero, Tecnologia e Trabalho). São Paulo, ALAST, ano 4 n.7, 1998
- LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, set/out. 2000
- SARTI, Cynthia. O valor da família para os pobres. In: Ribeiro, I. & Ribeiro, A. C. **Família e processos contemporâneos. Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo, Loyola, 1995.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro, Record, 1997
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997
- LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo - desarrollo humano y democracia**. Madrid, Horas& horas, 1996
- SHIVA, Vandana. O empobrecimento do ambiente: as mulheres e as crianças para o fim. In: Mies, M. & Shiva, V. **Ecofeminismo**. Lisboa, Instituto Piaget, 1993
- SINGER, Paul. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CUT. **Sindicalismo e economia solidária**, São Paulo, CUT, dez./1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO - PRCE

PROEXTENSÃO/2002

Para uso da PRCE

1. IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR

Nome Completo TERESA KLEBA LISBOA	Departamento Serviço Social	Matrícula UFSC 10374-2
Cargo/Função DOCENTE - Professora Adjunto I	Titulação	DOUTORA

2. DADOS DO PROJETO

Título do Projeto Grupo de Produção: "Quentinhas das Amigas da Comunidade"	Duração Um ano (prazo mínimo)	
Linha Programática: Organizações populares – apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas populares e outros	Áreas temáticas: 1- trabalho 2- direitos humanos	
Professores Envolvidos: - Teresa Kleba Lisboa	Departamento Serviço Social	Matrícula UFSC 10374-2
Alunos Envolvidos - Josiane Bortoluzzi - Virgínia C. da Silva - Fernando B. Garcia Segura	Curso: Serviço Social Serviço Social Serviço Social	Matrícula UFSC 00284815 00116394 01184130
Total de Recursos Solicitados R\$ 3.179, 34 (Três mil, cento e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos)		

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.1 – INTRODUÇÃO:

Este Projeto é uma proposta de economia solidária, também chamada economia alternativa, que beneficiará todos os moradores das comunidades que integram o Bairro Monte Cristo no sentido de fornecer alimento a um preço mais acessível para as famílias que ali residem. Também é uma estratégia de sobrevivência para muitas pessoas, principalmente mulheres, que atualmente estão desempregadas; é um complemento ou um auxílio na renda familiar para muitos lares que estão sem suprimento. A proposta será efetivada dentro dos princípios da economia solidária e nenhum integrante do Grupo de Produção poderá visar lucro individual ou fim comercial em benefício próprio. O principal objetivo do projeto é fornecer alimentos a um custo mais acessível para os moradores da região. Trata-se da criação de um Grupo de Produção de Marmitas, ou seja, produção de comida quente (almoço) a um preço acessível, que as pessoas venham comprar e levar para suas casas ou comer no local; também poderá fornecer almoço para peões de uma obra (construção civil) ou qualquer empresa contratante. O empreendimento ficará localizado entre as comunidades Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória, e a matéria-prima será fornecida por empresas que processam

alimentos e descartam uma parte dos mesmos considerando-os “de segunda qualidade” ou alimentos que não estão no formato ideal para serem empacotados (ex. massas, carcaça de frango, carne com osso), legumes e verduras do CEASA e outros. Será estabelecida uma rede entre cooperativas de alimentos, por exemplo, a cooperativa de laticínios do Movimento dos Sem Terra, AGRECO – Associação de Produtores de Alimentos Orgânicos (cultivados sem agrotóxicos) e demais empreendimentos que trabalham com a proposta de economia solidária. Através dos projetos vinculados a “responsabilidade social” das Empresas, serão estabelecidas parcerias com Supermercados e Empresas Atacadistas de Alimentos para que estas possam nos fornecer alimentos a preço de custo.

3.2 – OBJETIVOS:

- Proporcionar às mulheres das referidas comunidades, a alternativa de trabalhar num empreendimento de base comunitária como estratégia de sobrevivência;
- Contribuir no processo de formação e capacitação das mulheres, ou seja, na implementação do curso de culinária – requisito básico para iniciar o empreendimento.
- Desenvolver métodos de ação participativa que fortaleçam a prática democrática no interior do grupo e com as mulheres que constituirão a cooperativa;
- Buscar o fortalecimento dos laços de união e socialização das mulheres que formarão o grupo de produção;
- Refletir teoricamente sobre a iniciativa e elaborar propostas de políticas públicas orientadas para o apoio e fomento dos grupos de produção ancorados em propostas de Economia Solidária;
- Conscientizar as participantes do grupo para a conquista dos direitos capacitando-as para serem sujeitos de sua história;
- Buscar apoio e parcerias para a proposta de criação de um grupo de produção.

3.3 – JUSTIFICATIVA:

As quatro mil famílias que atualmente habitam as chamadas “comunidades de periferia” que integram a região do Monte Cristo no continente de Florianópolis - Chico Mendes, Novo Horizonte, Nova Esperança, Nossa Senhora da Glória, Santa Terezinha e Promorar, tem sido fortemente atingidas pela crise do desemprego decorrente da contemporânea reestruturação reprodutiva. A grande maioria dos moradores destas comunidades que se encontram desempregados atualmente, tentam gerar renda pelo trabalho autônomo tais como: biscateiro, vendedor, carregador, catador, dono de “boteco”, etc.; mas geralmente seus empreendimentos fracassam, perdem o capital inicial que investiram ou ficam na penumbra por causa da saturação dos mercados. A ocupação das mulheres, por sua vez, concentra-se nas profissões de empregada doméstica, faxineira e diarista.

As propostas de cooperativismo, organizações com base comunitária e grupos de produção decorrentes da filosofia que integra a Economia Solidária, estão sendo colocadas como uma das alternativas de estratégia de sobrevivência para estas famílias, principalmente para as mulheres, que muitas vezes são as únicas responsáveis pelo sustento da família (no Brasil, 30% das mulheres assumem sozinhas a chefia de suas famílias). A proposta de um grupo de produção na região beneficiará diretamente as mulheres desempregadas e indiretamente todas as famílias das comunidades que o projeto abrange. A adesão das mulheres a esta proposta será favorecida pelas vantagens apontadas, por exemplo, a proximidade do lar possibilitando o equilíbrio entre as atividades econômicas e responsabilidades domésticas, sem uma jornada de trabalho rígida (Abreu & Jorge & Sorj, 1997).

3.4 – PÚBLICO ALVO:

Aproximadamente 20 (vinte) mulheres serão beneficiados pelo Projeto trabalhando no Empreendimento e repartindo os lucros igualmente entre si. Inicialmente o Projeto atingirá 50% das 5.000 famílias carentes com o fornecimento de refeições a preço de custo, depois que o empreendimento se expandir, aumentará sua abrangência.

3.5 – METODOLOGIA:

- Em agosto de 2001, oito mulheres moradoras das comunidades referidas reuniram-se juntamente com a professora e estagiárias do curso de Serviço Social da UFSC para discutirem a possibilidade da criação de um grupo de produção de marmitas. As mulheres demonstravam grande motivação e tinham bem claro o que queriam: produzir comida quente para vender em marmitas ou para as pessoas comerem ali na comunidade.

- O trabalho inicial feito pelas estagiárias e professora durante o ano de 2001, considerada a primeira etapa do Projeto foi divulgar a idéia e a proposta de criação deste grupo de produção junto aos moradores, esclarecendo os objetivos do mesmo, mostrando as vantagens deste tipo de experiência, motivando e convidando as mulheres interessadas a participar. Este processo de conscientização e motivação foi feito através de visitas domiciliares e em seguida durante as reuniões do grupo de mulheres interessadas. As reuniões foram e continuarão sendo trabalhadas com dinâmicas de grupo e outras técnicas alternativas, e no início foram esclarecidos os seguintes itens: o que é e como funciona um grupo de produção, normas, regras, estatuto; quem somos nós, as mulheres que vão formar este grupo; o que significa mulheres unidas trabalhando coletivamente no mesmo empreendimento, etc.

- Paralelo a este processo, durante o segundo semestre do ano de 2001, as acadêmicas realizaram entrevistas junto à mulheres, moradoras das comunidades que envolvem o projeto, com a finalidade de levantar o número de desempregadas e perguntar sobre o interesse em participar de um grupo de produção na comunidade. Até o presente momento, 18 mulheres foram entrevistadas e todas apresentaram grande interesse em participar.

- No início de 2002, iniciou-se a segunda etapa do projeto, ou seja, doze mulheres interessadas na criação de um grupo de produção passaram a reunir-se periodicamente para discutir a proposta; nestas reuniões foi proposto que o grupo deveria se expandir como forma de fortalecer a iniciativa, e mais mulheres deveriam ser convidadas a participar do grupo de produção. Nesta etapa foram feitas visitas domiciliares inclusive nas comunidades vizinhas, durante as quais foi interpretada a proposta de criação do grupo de produção, seus objetivos, ao mesmo tempo em que outras mulheres foram sendo convidadas.

- O grupo está se reunindo quinzenalmente desde março de 2002, assessorado pela professora, acadêmicas e acadêmico do Departamento de Serviço Social, pensando, discutindo e elaborando conjuntamente todos os itens do projeto. Em cada reunião constata-se que a proposta do projeto está mais próxima de tornar-se realidade e são realizadas dinâmicas (argila, recorte e colagem, pintura e outras) para que as mulheres expressem e visualizem de várias formas como deverá ser o empreendimento.

- As mulheres moradoras das comunidades interessadas em participar da proposta, assessoradas pela professora, estagiárias e estagiário estão elaborando o Estatuto do Grupo de Produção onde deliberarão sobre todos os detalhes do empreendimento. Esta etapa está sendo extremamente importante como forma de garantir um processo participativo, a união do grupo, capacitação de lideranças e desenvolvimento de práticas democráticas de tomadas de decisão.

- Concomitante a estas etapas estamos buscando formas de parceria e apoio financeiro para iniciar o

empreendimento, com entidades que trabalham na perspectiva da responsabilidade social e/ou de economia solidária: ONGs, Bancos que financiam micro-projetos, SEBRAE, Prefeitura Municipal de Florianópolis e outras. Será necessária uma pesquisa sobre a demanda de mercado bem como a liberação de um espaço na comunidade para que o empreendimento possa ser executado.

- Será ministrado um curso de culinária em parceria com o SENAC, no qual as mulheres integrantes da proposta apreenderão a manusear e preparar os alimentos, elaborar cardápios, aproveitar sobras e outros detalhes relacionados a um empreendimento com estas características.

- Firmadas parcerias, iniciaremos o processo de criação e acompanhamento do Grupo de Produção: professora, estagiárias e estagiário do curso de Serviço Social e demais parceiros continuarão a motivar e convidar mulheres para participar do grupo de produção. Especial ênfase será dada para a inter-relação no grupo, trabalhando os aspectos que dizem respeito à coerência com as propostas de economia solidária, quais sejam: um empreendimento autônomo que não reproduza a lógica capitalista (individualismo, lucro e competição), mas sim fortaleça os laços de solidariedade. Será um empreendimento coletivo, ou seja, todos são ao mesmo tempo igualmente responsáveis: não existe "dono" ou chefe, ocorrendo inclusive rodízio de funções.

3.6 – VIABILIDADE DO PROJETO:

O projeto à nível mais amplo já está aprovado pelo DAEX com o nome: "Da solidariedade comunitária ao empreendimento cooperativo"; temos dois bolsistas de Extensão e uma acadêmica de 7ª fase fazendo estágio obrigatório neste Projeto e nossa atuação junto a este grupo já ocorre há quase dois anos. As mulheres interessadas no empreendimento tem participado de todo o processo de elaboração da proposta e neste sentido são co-responsáveis pelo mesmo. Já tivemos vários contatos com a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais especificamente no Setor de Geração de Empregos, Trabalho e Renda para estabelecermos parceria e nos foi liberada uma sala para reuniões do grupo no prédio onde funciona o Projeto Habitat Brasil na comunidade. Também já firmamos uma parceria com o SENAC que liberará professores para ministrar o Curso de Culinária; este será feito nas dependências do Centro Comunitário da Comunidade Monte Cristo que colocará à disposição do curso, uma cozinha semi-equipada. Estamos entrando em contato com ONGs (ASA, Cidade Futura, Programas "Responsabilidade Social das Empresas", e outros) para solicitar verbas para o financiamento da casa que está à venda na comunidade para abrigar o empreendimento. Toda a proposta do projeto será feita dentro dos propósitos da Universidade Federal de Santa Catarina que é integrar o ensino, a pesquisa e a extensão. Para tanto a coordenadora possui dez horas semanais no seu Plano Interno de Trabalho para este Projeto de Extensão.

3.7 – BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, A. & JORGE, A. & SORJ, B. Projetos de Geração de Renda para Mulheres de Baixa renda. In: **PROPOSTA / FASE**, Rio de Janeiro, març./maio 1977
- FRIEDMANN, John. **Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras, Celta, 1996.
- HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva, trabalho e relações de gênero. In: **Estudios del Trabajo** (Gênero, Tecnologia e Trabalho). São Paulo, ALAST, ano 4 n.7, 1998
- LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, set/out. 2000
- LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo - desarrollo humano y democracia**. Madrid, Horas& horas, 1996
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997
- SARTI, Cynthia. O valor da família para os pobres. In: Ribeiro, I. & Ribeiro, A. C. **Família e processos contemporâneos. Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo, Loyola, 1995.

V. **Ecofeminismo**. Lisboa, Instituto Piaget, 1993

SINGER, Paul. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CUT. **Sindicalismo e economia solidária**. São Paulo, CUT, dez./1999

VEIGA, S. & FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro, FASE, dez 1999. Série Economia Solidária.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro, Record, 1997

4. CRONOGRAMA DE TRABALHO

ATIVIDADE	PERÍODOS											
	Out 02	Nov 02	Dez 02	Fev 03	Mar 03	Abr 03	Mai 03	Jun 03	Jul. 03	Ago 03	Set 03	Out 03
Reuniões com o grupo	x	x	x	X	X	X	x	x	x	x	x	x
Contatos com ONGs, parcerias	x	x	x	x	x	x						
Curso de Culinária				x	x							
Implantação do Empreendimento							x	x	x			
Assessoria ao Grupo de Produção, elaboração do Relatório Final										x	x	x

5. RECURSOS FINANCEIROS

5.1 – RECURSOS DISPONÍVEIS:

Duas Bolsas de Extensão

5.2 – ORÇAMENTO:

RUBRICA	VALOR
Material de consumo	1.804,02
Equipamentos:	1.375,32
Serviços (pessoa jurídica)	---
Total	3.179,34

5.3 – JUSTIFICATIVA DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Os alimentos que constam no orçamento são destinados estritamente para a realização do Curso de Culinária – requisito básico para iniciar o empreendimento, que será ministrado em parceria com o SENAC. Os equipamentos de cozinha também serão utilizados no Curso de Culinária para em seguida fazer parte do acervo do Grupo de Produção. O gravador é imprescindível para gravarmos as reuniões, contatos e entrevistas realizadas para o projeto. O material de consumo é destinado para a realização de dinâmicas utilizadas nas reuniões de grupo como também para uso interno dos bolsistas: relatórios, transcrição de fitas e outras atividades acadêmicas. Os passes de ônibus são necessários para o deslocamento dos acadêmicos bolsistas e da professora coordenadora até a comunidade Chico Mendes.

ANEXO IV – Fotos: Mulheres Protagonistas da Proposta de Formar um Grupo de Produção.

O GRUPO DE PRODUÇÃO – QUINTINHAS DAS AMIGAS DA COMUNIDADE

2001 - 2002



1ª - A área de lazer das comunidades Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória

2ª - Crianças brincando na comunidade Santa Terezinha I





Visita da consultora Ivete da ONG LATZ nas comunidades Chico Mendes e Nossa
Senhora da Glória.

Elaboração do Projeto Grupo de Produção Quentinhas das Amigas da
Comunidade





Mulheres e membros da Associação de Moradores da comunidade Santa Terezinha junto com a equipe do Sub-núcleo e Ateleê Modelo de Arquitetura.



Mulheres das comunidades Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória
protagonistas do Grupo de Produção.



Mulheres das comunidades Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória e equipe do Sub-núcleo de Serviço Social em reuniões e visitas domiciliares realizadas no decorrer do processo de formação do grupo de mulheres.





A realização do Curso de Culinária ministrado pelo SENAC e entrega dos certificados.





Confraternização de encerramento do Curso de Culinária realizado no período de novembro a dezembro no Centro Comunitário Monte Cristo.

